



Demonstrações Financeiras 2012

SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A **SUL AMÉRICA S.A.** é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro e que tem como principais acionistas a Sulasapar Participações S.A., com 60,13% das ações ordinárias e 33,47% de participação total, e a *ING Insurance International B.V.*, com 12,93% das ações ordinárias e 32,46% das ações preferenciais e 21,59% de participação total. Em 03/10/2007, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o registro de companhia aberta, passando a ter suas *units* negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) a partir de 05/10/2007, sob o código SULA11, listada no Nível 2 de Governança Corporativa. A Companhia participa, por intermédio de suas controladas, nos segmentos de seguros de danos, pessoas, saúde e previdência complementar, prestação de serviços de assistência à saúde, bem como na administração de recursos de terceiros e administração de fundos de investimentos.

Nessas demonstrações financeiras, a Sul América S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “SulAmérica” é usado para tratar o conjunto formado pela Sul América S.A., suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados “Fundos Exclusivos”.

1.1 AQUISIÇÃO DA SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. – SULACAP

Em 28/05/2012, a Companhia publicou um fato relevante informando que sua controlada Sul América Santa Cruz Participações S.A. firmou contrato de compra e venda de ações com a Saspar Participações S.A. (SASPAR) visando à aquisição da totalidade da participação detida pela SASPAR no capital social da Sul América Capitalização S.A. (SULACAP), representativa de 83,27% do capital social da SULACAP, pelo preço base de R\$214 milhões, podendo este valor ser incrementado em até R\$71 milhões desde que satisfeitas determinadas condições previstas no contrato. A vendedora é controlada pela Sulasa Participações S.A. (SULASA), sociedade controladora da Companhia.

A conclusão da aquisição será submetida oportunamente à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia e estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias pertinentes.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE ÀS NORMAS IFRS E CPC

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e essas práticas diferem do IFRS, pois não existem demonstrações financeiras individuais no IFRS e sim demonstrações financeiras separadas, onde a avaliação de investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) não é feita pelo método de equivalência patrimonial, como são as demonstrações financeiras individuais no BR GAAP, e sim pelo custo ou valor justo.

O BR GAAP compreende a legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela CVM, vigentes na data da publicação destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão sendo apresentadas no mesmo conjunto, pois não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2013.

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção do passivo atuarial de benefícios de renda vitalícia e de indenização para executivos que é apurado pelo método da Unidade de Crédito Projetada e dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros derivativos (nota 6);
- Caixa e equivalentes de caixa (nota 7);
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (nota 8);
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 8).

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a SulAmérica atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da SulAmérica.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuarialmente;
- As contribuições para planos de previdência são reconhecidas como Rendas de Contribuições Retidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida do resultado do exercício;
- As comissões de seguro dos ramos de riscos a decorrer, os agenciamentos de seguros, os custos diretamente relacionados ao processo de angariação de contratos de seguros (INSS sobre comissão de corretagem, inspeção de risco, bônus de produção, custos terceiros e despesas de pessoal) líquidos das receitas com “custos de apólices” são registrados como custos de aquisição diferidos quando devidas. As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros e os agenciamentos referentes aos produtos de seguro saúde e de previdência privada são amortizados pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices. Os demais custos diferidos e as receitas com custo de apólice são apropriados, de forma linear, pelo prazo de vigência dos contratos de seguros, exceto para os produtos de seguro saúde e previdência privada, onde os demais custos são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados em carteira. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica;

- Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (*Incurred But Not Paid*) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expenses – ALAE*), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros mas não diretamente alocáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses – ULAE*).

3.1.2 Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;
- As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na database das demonstrações financeiras;
- Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos;
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

3.2.1 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

- **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos (nota 5.4.2. – letra a) e de acordo com a gestão de riscos documentada.

- **Derivativos**

São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por *swaps*, opções e contratos futuros. A operação de *swap*, que tinha por objetivo a proteção do montante principal das *senior notes* (vide notas 6.2 e 16.4) era avaliada pelo valor justo de acordo com a metodologia de contabilização de operações de *hedge* de fluxo de caixa, com o total das valorizações ou desvalorizações efetivas, líquida de seus correspondentes efeitos tributários, contabilizada diretamente na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no patrimônio líquido. A efetividade deste *hedge* esteve sempre inserida na margem entre 80% e 125%.

3.2.2 Disponível para a venda

Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “empréstimos e recebíveis” ou “mantidos até o vencimento” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há *impairment*, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3 Mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais a SulAmérica possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

3.2.4 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.2.5 Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.2.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos denominados “*senior notes*”, foram liquidados em fevereiro de 2012 e estavam demonstrados pelo valor de contratação, acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros e variação cambial incorridos, líquido dos custos de transação incorridos. Esses empréstimos e financiamentos que estavam em moeda estrangeira, estavam protegidos por instrumentos financeiros derivativos por meio de *hedge* de fluxo de caixa (vide nota 16.4).

Em 06/02/2012, foram emitidas debêntures que estão demonstradas pelo valor de contratação, líquidos dos custos de transações incorridos, atualizados pela variação acumulada das taxas médias diárias – DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, “*over extra grupo*”, acrescida de sobretaxa de 1,15% ao ano, na base de 252 dias úteis (vide nota 16.4).

3.3 INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos:

- Nas demonstrações financeiras individuais, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e em investimentos nas demonstrações financeiras individuais; e
- O ágio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido.

3.4 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*IMPAIRMENT*)

• Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a SulAmérica investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente.

A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.5 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na database das demonstrações financeiras.

A ativação do imposto de renda e de contribuição social diferidos é estabelecida levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 3 a 10 anos.

3.6 ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES DE OPERAÇÕES DE SEGUROS, RESSEGUROS E PREVIDÊNCIA

Os ativos e passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a database das demonstrações financeiras.

3.6.1 Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ajustadas, quando aplicável, pelos seguintes aspectos:

- A Provisão Complementar de Prêmios (PCP) requerida pela SUSEP é revertida para fins de consolidação por não representar uma obrigação presente;
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), no passivo circulante, que não é requerida pela ANS, é reclassificada da conta de Prêmios a Receber – Faturamento Antecipado (conta retificadora do ativo), para fins de consolidação, visando a uniformização com os critérios contábeis estabelecidos pela SUSEP.

As provisões técnicas relacionadas ao seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) são registradas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.

(a) Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base a divisão dos prêmios pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de danos e de pessoas.

(b) Provisão para prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG – RVNE)

A PPNG – RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica entre a PPNG em atraso e a PPNG emitida, de acordo com a avaliação atuarial anual efetuada na data das demonstrações financeiras, para os contratos de seguro de danos. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte e para o seguro de pessoas, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG, aplicando-se a metodologia acima descrita para o cálculo do fator esperado de atraso.

(c) Provisão de riscos não expirados (PRNE)

A PRNE é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base o prêmio de seguro ou a contribuição de previdência líquida de carregamento, divididos pelo número de dias de cobertura total, multiplicado pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de vida individual e previdência complementar.

(d) Provisão de riscos não expirados para riscos vigentes mas não recebidos (PRNE – RVNR)

A PRNE – RVNR é constituída para apurar a parcela de prêmios e de contribuições ainda não recebidos relativos às apólices, contratos e certificados ainda não emitidos cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação do prêmio e da contribuição pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica de atrasos de recebimentos de acordo com a avaliação atuarial efetuada na data das demonstrações financeiras, para os contratos de seguros de vida individual e de previdência complementar.

(e) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a database das demonstrações financeiras, compreendendo:

- Para os ramos de danos e de pessoas, a PSL é constituída pelo valor dos sinistros avisados até a database, adicionada da ALAE. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa de sinistralidade ao final do período de cobertura nos contratos de seguro em vigência. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR);
- Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. A estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos é líquida da estimativa de salvados a receber, calculada também pelo método dos triângulos de *run-off*;
- O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6.1 item (h);
- Para o ramo de seguro saúde, a PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços, adicionada das ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos; e
- Adicionalmente à PSL, as controladas que operam com seguros e previdência provisionam as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas “ULAE”. A ULAE da PSL é calculada para todos os segmentos das controladas que operam com seguros e previdência. A ULAE para os ramos de danos e de pessoas é apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL. Para o ramo de seguro saúde, a ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o montante correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros.

(f) Provisão de sinistros a liquidar em processos judiciais

As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a estimativa de perda que pode ser classificada como provável, possível ou remota. No caso de processos judiciais considerados semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia ou de suas controladas e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração fatores específicos calculados tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordos com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 0,78% ao mês.

As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões Técnicas – Seguros”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais” no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

(g) Provisão de benefícios a regularizar (PBAR)

A PBAR relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual corresponde ao total dos benefícios de pecúlios e rendas vencidos e não pagos aos participantes e beneficiários calculados com base nos avisos recebidos em decorrência de eventos já ocorridos, incluindo atualização monetária. Para os contratos de seguros de vida individual com regime de repartição simples, a PBAR é ajustada com base em cálculos estatístico-atuariais. Tais cálculos se baseiam na estimativa final de sinistros já ocorridos mas ainda não pagos (IBNP) e calculada com base em métodos estatísticos conhecidos como triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos pagamentos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência de sinistros. O desenvolvimento histórico observado é de 140 meses. Tomando-se a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos e subtraindo-se a estimativa final de sinistros ocorridos mas não avisados, obtém-se o valor estatístico de ajuste, que se refere ao desenvolvimento futuro dos sinistros já ocorridos, e que é proporcionalmente registrado parte como ajuste da PBAR e parte como ajuste de IBNR.

(h) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

A IBNR (*Incurring But Not Reported*) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a database das demonstrações financeiras e considera:

- Para os ramos de seguros de danos e de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, a provisão de IBNR é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos mas ainda não avisados, adicionada das ALAE. A IBNR é calculada com base em métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e sempre buscando uma metodologia melhor adaptável considerando a experiência histórica. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos. Tal ajuste é calculado conforme descrito na nota 3.6.1 item (e);

- Para o ramo de seguro de saúde, a IBNR é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado das ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para o ramo saúde o desenvolvimento histórico observado é de 36 meses;
- Para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica representativa, a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação de percentuais estabelecidos pela legislação vigente no somatório das contribuições ou prêmios e no somatório dos benefícios pagos ou sinistros pagos nos últimos 12 meses;
- A ULAE da IBNR é calculada para todos os ramos de atuação das controladas que operam com seguros e previdência. A ULAE para o ramo de danos e pessoas é obtida a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicado a quantidade estimada de sinistros IBNR. Para o ramo de seguro saúde, a ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR.

(i) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) – Judicial

A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial às controladas que operam com seguros, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico por tais controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização às mencionadas controladas.

A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída para os ramos de danos e de pessoas, com base em métodos matemáticos, considerando o histórico de pagamento de até 60 meses, que compreendem os:

- Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação e entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação;
- Percentuais de históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial;
- Valor médio dos sinistros judiciais registrados nas rubricas de “Provisões técnicas – Seguros” e de “Provisões técnicas – Previdência complementar” em disputa judicial, resultando no valor médio das causas.

(j) Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC)

A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização e abrange os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábua de mortalidade, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria.

(k) Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC)

A PMBC é relativa aos contratos de previdência complementar, de saúde e de seguros de vida individual no regime de capitalização e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A PMBC, relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização é calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada pela taxa dos contratos para a database das demonstrações financeiras, dos participantes que já estão em fase de recebimento do benefício, estimada a partir das garantias contratadas de tábua de mortalidade e de juros. A PMBC para os ramos de saúde é constituída para a garantia dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 anos, em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada para a database das demonstrações financeiras.

(l) Provisão de excedentes financeiros (PEF)

A PEF é constituída para os contratos de previdência complementar que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou a atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato.

(m) Provisão de oscilação de riscos (POR)

A POR tem como objetivo reduzir o risco de eventuais oscilações no volume dos sinistros dos contratos de previdência complementar. A POR é calculada de forma estocástica, com base na experiência histórica das oscilações de sinistralidade, projetando-se 30.000 possíveis cenários de sinistralidade e observando-se a possível necessidade de provisão adicional para cada um dos cenários. A POR corresponde à soma de tais provisões adicionais necessárias para os 29.700 cenários mais prováveis, garantindo assim provisão suficiente para reduzir a probabilidade de ruína da carteira a 1%.

(n) Provisão para despesas administrativas (PDA)

A PDA é constituída para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. A PDA é contabilizada nas rubricas de “Provisões técnicas – Seguros” e “Provisões técnicas – Previdência complementar”, no passivo circulante e não circulante. A PDA é calculada com base nas despesas administrativas estimadas para os pagamentos de futuros benefícios descontadas pela taxa dos contratos para a database das demonstrações financeiras. Para isso, projeta-se o fluxo de pagamentos esperados, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilizando a tábua de sobrevivência BR-EMS e de entrada em fase de concessão de benefícios.

(o) Provisão de oscilação financeira (POF)

A POF é constituída para as operações de previdência complementar conhecidos como “Planos Tradicionais”. A POF é contabilizada, quando necessária, na rubrica “Provisões técnicas – Seguros” e “Provisões técnicas – Previdência complementar”, no passivo não circulante, e é calculada com o objetivo de dar cobertura a eventuais desvios futuros entre o índice de inflação estabelecido no contrato e a variação anual dos benefícios de aposentadoria pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), conforme condições específicas de contrato coletivo mantido pela controlada Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. denominada “SULASEG”. A metodologia considera a taxa de juros de acordo com a garantia mínima definida e cenários estocásticos de índices de inflação, dos quais 100 possíveis cenários econômicos são projetados. A POF é equivalente ao somatório de tais provisões técnicas adicionais para os 50 casos mais prováveis, garantindo assim uma reserva suficiente na melhor estimativa. No estudo, a POF só apresentou valor a partir do 87º percentil, garantindo a segurança da reserva.

(p) Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)

A provisão visa cobrir possíveis insuficiências dos prêmios dos contratos em vigor ao arcar com os compromissos futuros assumidos nestes contratos.

- Para os contratos de seguros de vida em regime de capitalização, a PIP se faz necessária, pois o prêmio da maioria dos contratos está remido. Para estes contratos, a PIP é equivalente às obrigações futuras esperadas com benefícios e demais despesas futuras descontadas para a database das demonstrações financeiras;
- Para os contratos de saúde, a PIP visa cobrir possíveis insuficiências dos prêmios dos contratos em vigor ao arcar com os compromissos futuros assumidos nestes contratos. A metodologia observa a fórmula estabelecida na legislação vigente e não indica a necessidade de constituição de PIP;
- Para alguns contratos de seguro de vida individual com a figura de estipulante, a PIP é necessária e equivalente ao valor descontado para a database das demonstrações financeiras do fluxo esperado projetado dos sinistros e despesas futuras deduzidos dos correspondentes prêmios futuros destes contratos; e
- Para os demais contratos de seguros de pessoas e para os contratos de seguros de danos foi realizada uma análise através da projeção de um fluxo de caixa futuro considerando os contratos vigentes na data de balanço e premissas atuariais correntes. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Os contratos foram agrupados segundo a natureza dos riscos cobertos conforme classificação definida pela SUSEP.

Em 31/12/2012 e 2011, o resultado desta análise indicou que o valor contábil dos passivos era inferior aos fluxos de caixa futuros esperados somente nos contratos de seguros coletivos de pessoas.

(q) Provisão de insuficiência de contribuições (PIC)

Para os contratos de previdência complementar, a PIC visa cobrir possíveis deficiências das provisões matemáticas de benefícios a conceder, de benefícios concedidos e da provisão de riscos não expirados em relação a estimativa atualizada dos valores a pagar, considerando os compromissos contratuais assumidos. Tais deficiências são apuradas através de cálculos que levam em consideração a projeção dos fluxos de recebimento de contribuições e de pagamento de benefícios e despesas associadas. Para a elaboração das projeções, são considerados pressupostos e premissas, sendo as mais importantes a mortalidade dos participantes, apurada com base na tábua de mortalidade BR-EMS *Male*, a persistência esperada dos participantes na carteira e a idade de entrada em aposentadoria. A PIC é constituída quando o saldo das provisões se mostra insuficiente para fazer frente ao valor do fluxo projetado esperado de entradas e saídas de recursos financeiros descontados a valor presente para a database do cálculo.

3.7 TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS (*LIABILITY ADEQUACY TEST – LAT*)

O CPC 11 requer que as seguradoras e operadoras que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais atuais para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a database do teste, sendo brutas de resseguro. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas (exceto PIP e PIC) na database, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas.

As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros divulgada pela SUSEP.

Para os contratos de previdência, para estimativa de sobrevivência, foi utilizada a tábua de mortalidade BR-EMS e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de experiência das suas controladas de seguros. Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente pela taxa interna de retorno dos ativos relacionados. O resultado do teste de adequação demonstrou uma suficiência de provisões, portanto não há necessidade de constituição adicional. Adicionalmente suas controladas de seguros mantiveram os procedimentos, métodos, pressupostos e premissas utilizadas no cálculo da PIC usando a prerrogativa de utilizar o cálculo mais conservador. O valor da PIC contabilizado em dezembro de 2012 foi de R\$113.849.

A Circular SUSEP Nº 457 alterou o grupamento de ramos de seguros utilizado no cálculo do LAT, estabelecido pela Circular SUSEP Nº 410. Na aplicação desse novo grupamento as controladas que operam com seguros tiveram uma redução na PIP de R\$4.062. Quando aplicável, deficiências encontradas no Teste de Adequação são contabilizadas no resultado.

3.8 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

3.8.1 Cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas constituem provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia e de suas controladas.

No caso dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia ou de suas controladas e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco (provável, possível ou remota), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordos com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 0,78% ao mês nos processos cíveis e pela TR e juros de 0,78% ao mês nos processos trabalhistas.

As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Provisões Judiciais”. Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais” e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis, e TR e juros de 12% ao ano para os depósitos judiciais trabalhistas, conforme legislação vigente.

3.8.2 Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal provisionados estão contabilizados na rubrica “Obrigações a Pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.9 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. Os ganhos e/ou perdas atuariais do Benefício de Renda Vitalícia e do Programa de Indenização para Executivos estão sendo amortizados e reconhecidos no resultado do exercício pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano e o valor do reconhecimento dos ganhos ou das perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceder o maior entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano.

3.10 PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES

O valor justo da remuneração dos participantes do Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia é reconhecido na data de outorga, na rubrica “Despesas Administrativas”, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, na rubrica “Reservas de capital”, pelo período em que os beneficiários adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa administrativa é ajustado com base no modelo *Black-Scholes* para contabilizar as opções simples emitidas nos programas de 2008, 2009 e 2010 e com base no modelo binominal para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012, e assim refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vested*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

3.11 DIVIDENDOS

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração são refletidos em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.12 RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação é calculado com base no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas e considera a média ponderada da base de ações em circulação durante o exercício e as metodologias de cálculo denominadas: “básico” e “diluído”.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais, considera:

- O cálculo baseado na média diária;
- A média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em tesouraria, deduzida do número total de ações; e
- As quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia, durante o exercício, no ajuste da média ponderada.

3.13 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A apresentação por segmentos de negócios (nota 23) leva em consideração a estrutura utilizada pela Administração na análise de resultado para a tomada das decisões, na composição e apresentação dos segmentos em relatórios internos com características, riscos e retornos semelhantes entre eles, e a relevância dessas informações. Os segmentos de negócios utilizados pela Administração são:

- **Saúde**

O segmento, que inclui o odontológico, é dividido em “grupal” e “individual”.

O grupal é o seguro saúde voltado para pequenas, médias e grandes empresas. Os produtos disponíveis possuem condições diferenciadas, atendendo o perfil de cada empresa.

O individual atende a pessoa física e possui características padronizadas.

- **Danos**

O segmento “Danos” é formado pelos seguros de automóveis e os demais ramos elementares, denominados Riscos Industriais e Comerciais (RIC).

O seguro de automóveis garante ao segurado indenizações pelos sinistros ocorridos decorrentes de eventos cobertos pela apólice. Os diversos tipos de indenizações, serviços e benefícios variam de acordo com o perfil do segurado e condições contratuais.

Em outros ramos elementares há os riscos industriais e comerciais, formado pelos seguros de condomínios, transportes, seguros para cascos marítimos, responsabilidade civil, risco de engenharia e riscos diversos.

- **Pessoas**

O segmento “Pessoas” é formado pelos seguros de vida e de previdência.

O seguro de vida é composto por seguro de vida individual, grupal e acidentes pessoais, individual e coletivo. O conjunto de coberturas definido e os prêmios pagos variam de acordo com o perfil e o objetivo de cada segurado ou grupo de segurados.

A previdência é um produto no qual o cliente escolhe um perfil que se identifique (moderado, agressivo e conservador) e faz seus aportes periódicos, com base no montante que deseja ter na aposentadoria. As formas de pagamentos dos benefícios são negociadas no momento da aposentadoria.

- **Outros**

Resultados da atividade de Assistência e Saúde Ocupacional (ASO), operada pela controlada Sul América Serviços de Saúde S.A., denominada “NOVA SULAMED” e de atividades financeiras, operadas pela controlada Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., denominada “SAMI”, e os alocados às unidades corporativas de apoio.

3.14 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações de valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas (que no IFRS representam informação financeira adicional) e individuais (que no BRGAAP são mandatórias para as companhias abertas).

3.15 CONTRATOS DE SEGURO

O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11.

3.16 ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Valor justo dos equivalentes de caixa (nota 7);
- Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (notas 6 e 8);
- Movimentação dos créditos e débitos tributários (nota 11.1.2);
- Custo de aquisição diferidos (nota 14);
- Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 19);
- Ações fiscais (nota 21.3).

3.17 RECLASSIFICAÇÕES

As demonstrações financeiras comparativas de 31/12/2011 foram reclassificadas para atender a Circular SUSEP nº 430/2012. A única alteração ocorreu nas contas patrimoniais e refere-se a reclassificação da subconta “Outros Créditos Operacionais” para o nível de conta, removendo-a do grupo de contas “Crédito das Operações com Seguros e Resseguros”. O valor em 31/12/2011 é de R\$206.013 no consolidado.

A Administração da Companhia julgou que o impacto dessa reclassificação nos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 01/01/2011 não é relevante, pois não afeta o capital circulante líquido, patrimônio líquido ou lucro líquido do período e, portanto, não é significativo para a compreensão dessas demonstrações financeiras, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data.

3.18 NORMAS EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

Diversas normas e emendas a normas IFRS, emitidas pelo IASB, não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2012. Para algumas delas, o CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes. A adoção antecipada destas normas pela SulAmérica está condicionada a aprovação prévia pela CVM.

São as normas:

- **Revisadas**

- (a) **IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis (*Presentation of financial statements*)**

- Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma que esclarece os requisitos para as informações comparativas.

- Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

- (b) **IAS 16 – Ativo imobilizado (*Property, plant and equipment*)**

- Em maio de 2012, houve uma revisão desta norma que classifica equipamentos de manutenção.

- Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(c) IAS 19 / CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (*Employee benefits*)

Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(d) IAS 28 / CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (*Investments in associates*)

Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(e) IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação (*Financial Instruments: Presentation*)

Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma que trata sobre a compensação de ativos e passivos financeiros.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2014.

Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma, esclarecendo que os efeitos fiscais na distribuição de instrumentos patrimoniais aos seus titulares devem ser contabilizados de acordo com o IAS 12.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(f) IAS 34 – Demonstração intermediária (*Interim financial reporting*)

Em dezembro de 2011, houve mais uma revisão desta norma, que trata da informação por segmento de ativos e passivos totais em consonância com os requisitos do IFRS 8.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(g) IFRS 7 / CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (*Financial Instruments: Disclosures*)

Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma exigindo divulgações mais extensas de ativos financeiros desconhecidos ou não.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

• **Novas**

As seguintes normas internacionais (IFRS e CPC) novas também foram emitidas:

(a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (*Financial instruments*)

Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013. No entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*), que colocaram em dúvida se esta data era apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implantação obrigatória para 01/01/2015.

(b) IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas (*Consolidated financial statements*)

Em maio de 2011 foi emitida a norma com o objetivo de estabelecer princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

(c) IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto (*Joint arrangements*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

(d) IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de participação em outras entidades (*Disclosure of interests in other entities*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

(e) IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração do valor justo (*Fair value measurement*)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir “valor justo” em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada.

Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013.

Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado, a SulAmérica analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas.

4 CONSOLIDAÇÃO

- **Combinação de negócios**

As combinações de negócios são registradas na data em que o controle é transferido para uma das empresas da SulAmérica, pelo método de aquisição.

O ágio é apurado e registrado em investimentos, nas demonstrações financeiras individuais, e em intangível, nas demonstrações financeiras consolidadas. A compra vantajosa, quando apurada, é registrada imediatamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado, quando incorridos.

- **Aquisição de participação de acionista não controlador**

É registrada como transação de capital conforme o IAS 27 e ICPC 09 e o ágio gerado nesta aquisição é contabilizado no patrimônio líquido.

- **Controladas**

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas a partir da data da aquisição do controle ou quando da autorização do órgão regulador competente, quando for o caso, e até que este controle seja extinto.

- **Práticas adotadas na consolidação**

(a) Eliminação dos saldos das contas entre a Companhia e as controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;

(b) Eliminação dos investimentos da Companhia nas empresas controladas, incluídas na consolidação;

(c) Algumas controladas elaboram suas demonstrações financeiras de acordo com práticas estabelecidas pelos órgãos reguladores de suas atividades (SUSEP, ANS e Banco Central do Brasil – BACEN). Algumas dessas práticas são ajustadas para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas consolidadas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

- **Empresas consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia, das suas controladas, relacionadas a seguir, e dos fundos de investimentos dos quais a Companhia e suas controladas são cotistas exclusivas:

EMPRESAS	PRINCIPAL ATIVIDADE	SEDE	PARTICIPAÇÃO (%) SOBRE O CAPITAL TOTAL		PARTICIPAÇÃO (%) SOBRE O CAPITAL TOTAL	
			2012		2011	
			DIRETA	INDIRETA	DIRETA	INDIRETA
Sul América Companhia Nacional de Seguros – SALIC.....	Seguradora	Rio de Janeiro	24,45	75,55	24,45	75,55
Saepar Serviços e Participações S.A. – SAEPAR.....	Participação	Rio de Janeiro	100,00	–	100,00	–
Sul América Saúde Companhia de Seguros – SULASAÚDE ⁰⁰	Operadora de Planos de Saúde	Rio de Janeiro	–	100,00	–	100,00
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. – SULASEG.....	Seguradora	Rio de Janeiro	–	100,00	–	100,00
Sul América Companhia de Seguro Saúde – CIA. SAÚDE ⁰⁰	Operadora de Planos de Saúde	Rio de Janeiro	31,03	68,97	31,03	68,97
Sul América Companhia de Seguros Gerais – SASG.....	Seguradora	Rio de Janeiro	–	100,00	–	100,00
Sul América Seguro Saúde S.A. – SAÚDE.....	Operadora de Planos de Saúde	Rio de Janeiro	–	100,00	–	100,00
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – SAMI.....	Gestão de Recursos de Terceiros	São Paulo	–	100,00	–	100,00
Cival Reinsurance Company Ltd.....	Resseguradora (Inativa)	Ilhas Cayman	–	100,00	–	100,00
Sul América Santa Cruz Participações S.A. – SANTA CRUZ.....	Participação	Rio de Janeiro	–	100,00	–	100,00
Sul América Serviços de Saúde S.A. – NOVA SULAMED.....	Operadora de Planos de Saúde	São Paulo	–	100,00	–	100,00
Sul América Odontológico S.A. – SULODONTO ⁰⁰	Operadora de Planos de Saúde Odontológico	São Paulo	–	100,00	–	100,00
Dental Plan Ltda. – DENTAL PLAN ⁰⁰	Operadora de Planos de Saúde Odontológico	Pernambuco	–	–	–	100,00

⁰⁰ **Aquisição da DENTAL PLAN**

Em 18/04/2011, foi aprovado o contrato celebrado em 13/12/2010 para a aquisição de 100% da DENTAL PLAN, no montante de R\$31.057. Com essa aquisição, a SulAmérica ampliou a sua atuação no segmento odontológico.

O ágio de R\$30.300, gerado na transação, foi contabilizado no consolidado na rubrica “Intangível”. Tem como fundamentação a expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de fluxo de caixa a valor presente e considera premissas estratégicas determinadas pela Administração.

O ágio oriundo da aquisição da DENTAL PLAN decorre de expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor recuperável do ágio foi determinado pelo valor em uso, obtido por meio de modelo de fluxo de caixa projetado do negócio pelo prazo de 9 anos, que é o prazo levado em consideração na análise de compra para se ter o retorno esperado, tomando como base as demonstrações financeiras de 2012 e 2011, respectivamente, e descontado a uma taxa interna de retorno da SulAmérica. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando premissas próprias, de mercado, desempenho histórico e expectativas econômicas futuras, sendo as principais premissas, a taxa interna de retorno, calculada pela SulAmérica e a taxa de crescimento na perpetuidade de 5%. Nessa avaliação, não foram, identificadas perdas por redução ao valor recuperável, uma vez que o valor em uso é superior ao valor contábil do ágio.

A DENTAL PLAN passou a ser consolidada a partir de abril de 2011 e contribuiu com uma receita de R\$15.078 e um lucro líquido de R\$2.426, entre a data da aquisição e 31/12/2011. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 01/01/2011 a Administração estimou que a DENTAL PLAN contribuiria com uma receita de R\$19.418 e um lucro líquido de R\$3.027 nas demonstrações financeiras consolidadas de 2011.

O valor total do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura poderá ser dedutível para fins fiscais de acordo com a legislação vigente.

A SULODONTO incorporou a DENTAL PLAN, durante o ano de 2012. Esse evento não gera impacto nessas demonstrações financeiras consolidadas.

⁰⁰ **Alteração da razão social da Brasilsaúde Companhia de Seguros (BRASILSAÚDE)**

Em 18/09/2012, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da razão social da BRASILSAÚDE para Sul América Saúde Companhia de Seguros (SULASAÚDE).

- **Fundos de investimentos exclusivos**

As demonstrações financeiras dos fundos de investimentos dos quais a Companhia e suas controladas são cotistas exclusivos são consolidadas a partir da data da aquisição do controle até que este controle seja extinto.

A seguir, os fundos de investimentos cujas controladas são cotistas exclusivas e por isso fazem parte do consolidado:

COTISTA	FUNDOS EXCLUSIVOS	CNPJ
CIA. SAÚDE	SUL AMÉRICA PLATINUM FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.299.505/0001-50
NOVA SULAMED	SUL AMÉRICA ADMINISTRADO CASH FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	09.411.704/0001-21
SAEPAR	GRUPAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	08.533.656/0001-81
SALIC	SICREDI – FUNDO DE INVESTIMENTO SULAMÉRICA CRÉDITO PRIVADO REFERENCIADO DI	11.451.972/0001-19
SANTA CRUZ	PARTICIPAÇÕES CASH FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	09.637.456/0001-31
SANTA CRUZ	SASA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI MULTIMERCADO	08.637.022/0001-79
SANTA CRUZ	SULA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	07.848.605/0001-86
SASA	FUNDO DE INVESTIMENTO SASA HEDGE MULTIMERCADO COM INVESTIMENTO NO EXTERIOR	08.516.201/0001-58
SAÚDE	GRUPAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	08.648.722/0001-69
SULASEG.....	GERAÇÃO FUTURO PROGRAMADO 49 PREVIDÊNCIA FICFI MULTIMERCADO	13.255.308/0001-20
SULASEG.....	SULAMÉRICA ALBATROZ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	09.411.684/0001-99
SULASEG.....	SUL AMÉRICA BADEJOII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	05.508.529/0001-34
SULASEG.....	SUL AMÉRICA SAP CONCEDIDOS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.004.427/0001-56
SULASEG.....	SUL AMÉRICA EFFECTUS PREV FI MULTIMERCADO	11.314.728/0001-04
SULASEG.....	SULAMÉRICA EQUIPE PREV FI MULTIMERCADO	13.255.297/0001-88
SULASEG.....	SUL AMÉRICA ESPECIAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	02.127.428/0001-25
SULASEG.....	SUL AMÉRICA ESTRATÉGIA PREV F.I. MULTIMERCADO	08.966.553/0001-05
SULASEG.....	FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA FATOR PREVIDÊNCIA IPCA	11.314.690/0001-70
SULASEG.....	FUNDO DE INVESTIMENTO FATOR PREVIDÊNCIA I RENDA FIXA	13.822.987/0001-71
SULASEG.....	SUL AMÉRICA SAP GRUPAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.498.201/0001-96
SULASEG.....	SULAMERICA FIX 100 II FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.738.195/0001-22
SULASEG.....	SUL AMÉRICA FUTURE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.321/0001-89
SULASEG.....	SULAMERICA MIX 30 IV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.061.652/0001-97
SULASEG.....	SULAMERICA FIX 100 VI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.738.201/0001-41
SULASEG.....	SULAMERICA FIX 100 V FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.077.322/0001-27
SULASEG.....	SULAMERICA FIX 100 IV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.056.135/0001-20
SULASEG.....	SULAMERICA MIX 15 IV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	03.077.193/0001-77
SULASEG.....	SULAMERICA MIX 49 I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.616.035/0001-00
SULASEG.....	SULAMERICA HEMATITA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.324/0001-12
SULASEG.....	SUL AMÉRICA EMPRESAS AUTO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	05.549.144/0001-15
SULASEG.....	SULAMÉRICA PRESTIGE INFLATIE FICFI	13.768.597/0001-60
SULASEG.....	SUL AMÉRICA LFA PREV FICFI MULTIMERCADO	09.598.788/0001-54
SULASEG.....	MATUSA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	14.843.244/0001-40
SULASEG.....	SULAMERICA MIX 20 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	03.307.621/0001-00
SULASEG.....	SULAMERICA MIX 40 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.484.351/0001-76
SULASEG.....	SULAMÉRICA MULTICARTEIRA PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	08.702.303/0001-68
SULASEG.....	NBF SUL AMÉRICA F11 PREV FICFI MULTIMERCADO	11.306.059/0001-29
SULASEG.....	SULAMÉRICA NEST PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.303/0001-05
SULASEG.....	OREY SU LAMÉRICA PREV FIC DE FI MULTIMERCADO	11.306.071/0001-33
SULASEG.....	SULAPREVI INDIVIDUAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	05.508.431/0001-87
SULASEG.....	SUL AMÉRICA PRESTIGE PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	10.394.850/0001-75
SULASEG.....	SULAMÉRICA PRESTIGE TOTAL PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.292/0001-55
SULASEG.....	SULAMERICA PROTEÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	07.911.460/0001-10
SULASEG.....	RA FICFI MULTIMERCADO	11.306.087/0001-46
SULASEG.....	SAS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.182.384/0001-07
SULASEG.....	SULAPREVI CONCEDIDOS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.181.085/0001-40
SULASEG.....	SULAMERICA FIX 100 FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.077.330/0001-73
SULASEG.....	SULAMERICA MIX 15 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.812.005/0001-44
SULASEG.....	SULAMERICA MIX 30 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.811.761/0001-59
SULASEG.....	SULAMERICA MIX 49 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.811.681/0001-01
SULASEG.....	SULAMÉRICA TI 35 PREV FICFI MULTIMERCADO	10.896.023/0001-80
SULASEG.....	SULAMÉRICA TI PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	10.383.755/0001-76
SULASEG.....	TITANIUM SAS FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.474.265/0001-57
SULAMÉRICA	GRUPAL CASH FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	08.648.673/0001-64

5 GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais:

- Controlar o impacto dos eventos negativos;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
- Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista;
- Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas;
- Prover melhorias de alocação de capital.

Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle e Relação com Investidores, Diretor de Riscos e Atuária e Vice-Presidentes das Unidades de Negócios. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada dos riscos a que estão sujeitas a SulAmérica, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições:

- Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos;
- Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização;
- Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital;
- Reportar a Alta Administração e ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes;
- Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição, além dos contratos de resseguro.

5.1 ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES PELA GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e de acordo com os níveis de tolerância a riscos definido pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (tolerância a riscos). Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (*Business Unit – BU*), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas.

5.2 SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que, inter-relacionados constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (*ERM – Enterprise Risk Management*). O ERM pode ser percebido sob duas formas: para satisfazer as necessidades de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos.

Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir:

- Ambiente interno:

Nível de conscientização e cultura de uma organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores. Compreende a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, aspectos de governança, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. Reflete as atitudes da administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e a boa execução dos processos organizacionais.

- Definição de objetivos:

O processo que define as estratégias, deve permitir que estes se deem de forma integrada à missão e a visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o qual direciona os níveis de tolerância aos riscos.

- Identificação de eventos:

Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades.

- Avaliação dos riscos:

A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados modelos para avaliação das eventuais perdas esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no eventual impacto e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos.

- Resposta ao risco:

No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir), implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis.

- Atividades de controle:

Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas.

- Informação e comunicação:

A comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas, coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas corretas e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para formulação de planos de ação.

- Monitoramento:

A gestão de riscos corporativos deve ser monitorada através de atividades gerenciais contínuas e em âmbito corporativo por avaliações independentes, por auditorias internas ou externas (periódicas ou especiais) e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração.

5.3 CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES

Os negócios nos segmentos de saúde e danos, somados, representam aproximadamente 95% em 2012 (mesmo percentual de 2011) do total de prêmios de seguros, conforme demonstrado na nota 23.1.

A SulAmérica possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas na região Sudeste com aproximadamente 72% (mesmo percentual de 2011) da produção total, conforme nota 23.3.

5.4 DESCRIÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS NAS OPERAÇÕES

O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Subscrição, Operacional, Estratégico e Legal e *Compliance*.

Nos produtos de previdência dos tipos PGBL e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), na fase de acumulação, o risco assumido é do participante. Desta forma, as avaliações abaixo sobre os riscos de subscrição, crédito e mercado não consideram esta parte da carteira.

5.4.1 Risco de crédito

É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, e ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas.

- **Aplicações financeiras**

- (a) **Política de investimentos**

A Política de Investimentos estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da SulAmérica de cumprir suas obrigações.

No gerenciamento do risco de crédito relativo às aplicações financeiras em ativos de crédito privado, o Comitê de Crédito efetua a análise das emissões com base em aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um “score” (“rating” interno) e o limite para alocação na emissão. Tal limite deverá estar enquadrado nas regras de diversificação e concentração estabelecidas pela Política de Investimentos. Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos e pela área financeira.

Os ativos são segregados e constituídos tomando por base: o objetivo, características, obrigações, restrições (exemplo: carteira para cobertura de provisões técnicas, carteira de gerenciamento de ativos e passivos (ALM), carteira de capital de giro, etc).

É esperado que cada carteira, levando em consideração suas particularidades, busque maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descasamento entre os ativos e passivos das controladas (ALM), quando necessário. Consequentemente, espera-se um balanceamento na relação risco x retorno, casamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos.

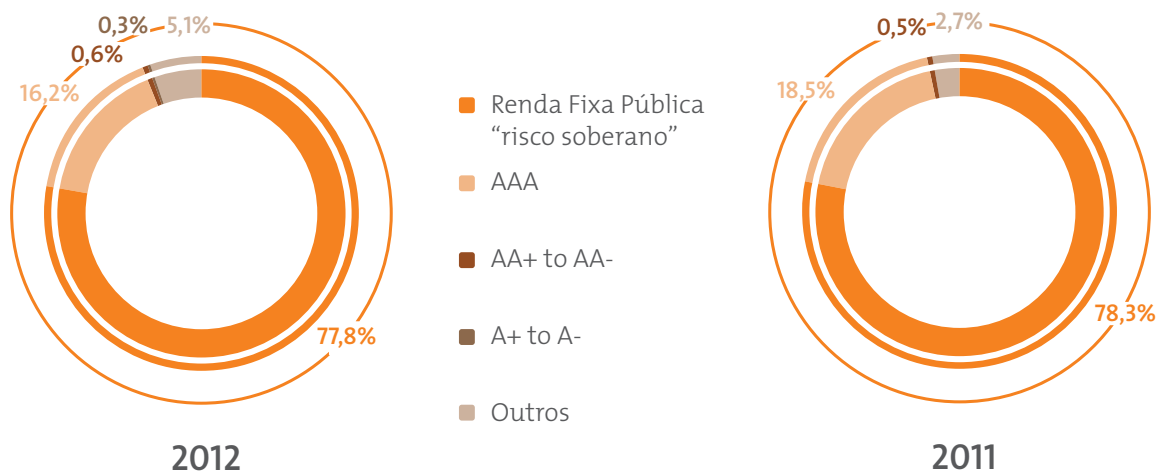
A formalização dos termos e condições que o gestor deverá observar na gestão de cada carteira é realizada através do Mandato de Investimentos, definido com base na Política de Investimento e na legislação vigente, que deve contemplar pelo menos:

- (i) objetivo;
- (ii) meta de rentabilidade;
- (iii) limite de risco;
- (iv) prazo de ativos;
- (v) liquidez de ativos;
- (vi) restrições específicas;
- (vii) restrições gerais.

Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias (incluindo a carteira de ALM) que permanentemente também é monitorado e discutido em comitê específico) de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódico.

Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos investimentos por *rating*, onde 94% do total de aplicações financeiras em 31/12/2012 (96,8% em 2011), contemplando o banco, as operações compromissadas, o contas a receber e o contas a pagar dos fundos de investimentos exclusivos, que para fins de divulgação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Títulos e créditos a receber” e “Outras contas a pagar” respectivamente, porém não contemplando os investimentos decorrentes de contribuições dos planos de previdência PGBL e VGBL, que totalizaram R\$2,7 bilhões em 31/12/2012 (R\$2,3 bilhões em 2011), estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).

Investimento por *rating* sem PGBL e VGBL
R\$6,1 bilhões em 2012 e R\$5,8 bilhões em 2011



- **Operações de seguros**

Com relação ao risco de não recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações, orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. São estabelecidos limites de alçadas para a aceitação dos riscos que contemplam também a análise do histórico de crédito do segurado e a exposição ao risco em cada operação.

A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (*impairment*) dos prêmios a receber (ver informação adicional na nota 9.2).

- **Operações de resseguro**

Para fins de contratação de resseguro é observado o risco de crédito sob os seguintes aspectos: cessão máxima, exposição total ao risco de crédito do ressegurador, limite de cessão por *rating* e limite de crédito por ressegurador.

A aceitação de qualquer contrato de resseguro segue as normas internas definidas pelo CoR. A aprovação do contrato deve ser feita pelo CoR e qualquer exceção a política ao que se refere a riscos de crédito, deverá ser tratada como uma solicitação especial a ser enviada para a análise do Comitê ou a quem esse Comitê delegar a autoridade da decisão.

Para o acompanhamento do risco de crédito de resseguro, mensalmente é divulgado para o CoR uma listagem indicando a exposição de risco de crédito dos resseguradores que já estejam operando e a exposição adicional que poderá ser colocada, conforme definido nas normas para colocação de resseguro. O CoR pode solicitar a qualquer momento mudanças estratégicas na exposição ao risco de crédito em consequência da análise destes relatórios.

A exposição total a risco de crédito de operações de resseguro considera todo e qualquer valor que possa impactar a SulAmérica em caso de falência do ressegurador como, por exemplo, o capital regulatório de subscrição adicional que a SulAmérica deveria constituir caso os resseguradores não honrassem as suas obrigações, além dos saldos ativos registrados no balanço patrimonial, substancialmente apresentados nas contas a seguir:

- Ativos de resseguro e retrocessão – Provisões técnicas;
- Créditos de resseguros; e
- Ativos de operações de resseguradoras.

A exposição em 31/12/2012 é de R\$344.280 (R\$714.379 em 2011), concentrada em empresas com *rating* AA- e A- (IRB Brasil RE).

CATEGORIA	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Danos	328.312	579.658
Pessoas	11.987	18.536
Saúde	1.113	114.247
Outros	2.868	1.938
Total	344.280	714.379

CLASSE	CATEGORIA DE RISCO	CONSOLIDADO			
		2012		2011	
		EXPOSIÇÃO	%	EXPOSIÇÃO	%
Local	A-	247.459	71,88%	415.972	58,23%
Local	-	23.696	6,88%	165.557	23,17%
Eventual	A-	1.237	0,36%	1.863	0,26%
Eventual	A	584	0,17%	2.875	0,40%
Eventual	A+	26.308	7,64%	6.722	0,94%
Eventual	AA-	-	0,00%	57.334	8,03%
Admitido	A-	107	0,03%	137	0,02%
Admitido	A	369	0,11%	3.268	0,46%
Admitido	A+	11.424	3,32%	7.104	0,99%
Admitido	AA-	32.228	9,36%	53.495	7,49%
Admitido	AA	868	0,25%	52	0,01%
Total		344.280	100,00%	714.379	100,00%

Em 31/12/2012, há basicamente R\$310.000 em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais com probabilidade de êxito “possível” e, portanto, não está contabilizado, conforme determina a prática contábil.

Ressegurador admitido: Sediado no exterior, com escritório de representação no País;

Ressegurador eventual: Sediado no exterior e sem escritório de representação no País; e

Ressegurador local: Sediado no País.

5.4.2 Risco de mercado

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos.

Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: métricas de risco, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco de renda variável e risco de inflação.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Processo de gerenciamento de ativos e passivos (ALM) monitorado regularmente pelo ALCO (*Assets and Liabilities Committee*);
 - Elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos para cada uma das empresas controladas e a Companhia, onde são considerados os seguintes aspectos: perfil do negócio de cada entidade legal, estudos atuariais e aspectos de liquidez;
 - Instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros;
 - Limites máximos de VaR (*Value at Risk*);
 - Limites máximos de análises de cenários alternativos conhecidos como “*stress testing*”;
 - Análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez;
 - Análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras.
- **Processo de gerenciamento de ativos e passivos na organização – ALM**

A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SAMI. Apenas 2,38% em 31/12/2012 (1,68% em 2011) do total da carteira de investimentos não é gerenciado pela SAMI.

O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira de provisão técnica. Desta forma, foi formado um grupo de trabalho permanente para a discussão do assunto e efetuar estudos de ALM visando identificar quais ativos melhor replicam as principais características dos passivos (taxa de juros, indexadores, fluxo de pagamento, *duration*, etc).

Com base nestes estudos de ALM, e respeitando as regras definidas no Mandato de Investimentos, o gestor de recursos efetua a alocação em ativos visando mitigar o risco de descasamento entre ativos e passivos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos.

(a) Acompanhamento do ALM e risco de mercado

Periodicamente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem ao Comitê de Investimentos e a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento dos investimentos em cada unidade de negócio. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos e a área financeira discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data.

• Métricas de risco

Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR Paramétrico e o *stress testing*.

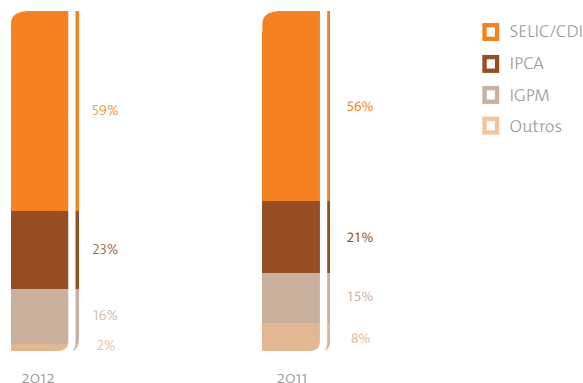
O VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. Já o *stress testing* tem o objetivo de verificar a perda esperada em cenários extremos de ruptura (*worst case scenario*).

Desta forma, o risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR e *stress testing*, além de análises sobre o risco incremental para alocação de ativos e estudos específicos em relação a alteração na carteira de investimentos.

Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela SulAmérica, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31/12/2012 e 2011, contemplando o banco, as operações compromissadas e o contas a pagar e a receber dos fundos de investimentos exclusivos.

Em 31/12/2012, o valor alocado em PGBL e VGBL é de R\$2,7 bilhões (R\$2,3 bilhões em 2011).

Investimento por indexador sem PGBL e VGBL R\$6,1 bilhões em 2012 e R\$5,8 bilhões em 2011



Os investimentos decorrentes de contribuições dos planos de previdência PGBL e VGBL não traduzem risco para a SulAmérica, sendo responsabilidade do participante do plano o direcionamento do investimento.

- **Risco cambial**

A política não permite a exposição cambial, exceto quanto a certas operações de ramos elementares, que devido a natureza da operação as apólices precisam ser feitas em moeda estrangeira. O monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras é feito em função dos contratos de seguros e resseguros lastreados em moedas estrangeiras e dos empréstimos e financiamentos por meio de contratos de derivativos, principalmente contratos futuros e de *swaps*, com o objetivo de reduzir o efeito líquido do impacto das oscilações da taxa de câmbio no resultado.

Os saldos ativos e derivativos em dólares norte-americanos, em 2012, montam US\$219,992 mil (US\$213,961 mil em 2011) e os saldos passivos montam US\$219,812 mil (US\$215,457 mil em 2011) no Consolidado. Em 2012, a Companhia não possui saldo em dólares. Em 2011, os saldos ativos e derivativos foram de US\$140,308 mil e os saldos passivos foram de US\$138,916 mil.

Em 31/12/2012, o montante de risco cambial inclui basicamente US\$150,000 provenientes de sinistros judiciais com probabilidade de êxito “possível” e, apesar de não estar contabilizado, conforme determina a prática contábil, é considerado para fins de exposição cambial.

- **Risco de renda variável**

A SulAmérica não detém qualquer participação em renda variável na carteira de ativos de risco próprio que garante a cobertura das provisões técnicas, exceto pelos ativos de previdência (PGBL e VGBL) no montante de R\$226.414 em 31/12/2012 (R\$220.140 em 2011), os quais não representam riscos para a SulAmérica. Em 31/12/2012, a posição de renda variável oriunda dos lastros dos fundos de investimentos exclusivos, consolidados nestas demonstrações financeiras é de R\$120.881 (R\$76.385 em 2011).

- **Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. Desta forma, são mantidos ativos com liquidez suficiente para cobrir as obrigações de curto prazo das carteiras.

Em relação à Companhia, esta apresentou capital circulante negativo em 31/12/2011, no montante de R\$175.400, influenciado pelo vencimento das *senior notes* mencionadas na nota 16.4, as quais foram liquidadas em 15/02/2012, basicamente com recursos de dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos das controladas no início de 2012.

Em 31/12/2012 e 2011 os vencimentos dos principais instrumentos financeiros e das provisões técnicas eram os seguintes:

COMPANHIA

2012

DESCRIÇÃO	2012			VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	GANHO OU (PERDA)	OUTRAS	VALOR CONTÁBIL
	ATÉ 02 ANOS OU SEM VENCIMENTO	MAIS DE 02 ANOS E ATÉ 05 ANOS	MAIS DE 05 ANOS E ATÉ 10 ANOS					
Instrumentos financeiros								
Equivalentes de caixa	350	–	–	–	350	–	–	350
Aplicações financeiras	101.899	131.887	51.010	284.796	285.086	290	–	285.086
Valor justo por meio do resultado.....	74.839	5.079	–	79.918	80.051	133	–	80.051
Disponível para venda	27.060	126.808	51.010	204.878	205.035	157	–	205.035
Empréstimos e financiamentos	15.570	499.074	–	514.644	514.644	–	–	514.644
Debêntures	15.570	499.074	–	514.644	514.644	–	–	514.644

COMPANHIA

2011

DESCRIÇÃO	2011			VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	GANHO OU (PERDA)	OUTRAS	VALOR CONTÁBIL
	ATÉ 02 ANOS OU SEM VENCIMENTO	MAIS DE 02 ANOS E ATÉ 05 ANOS	MAIS DE 05 ANOS E ATÉ 10 ANOS					
Instrumentos financeiros								
Equivalentes de caixa	332	–	–	–	332	–	–	332
Aplicações financeiras	81.860	8.280	5.022	95.162	95.464	302	–	95.464
Valor justo por meio do resultado.....	50.300	733	5.022	56.055	56.261	206	–	56.261
Disponível para venda	31.560	7.547	–	39.107	39.203	96	–	39.203
Empréstimos e financiamentos	351.997	–	–	351.997	350.867	(1.130)	–	350.867
<i>Senior notes</i>	351.997	–	–	351.997	350.867	(1.130)	–	350.867

CONSOLIDADO

2012

DESCRIÇÃO					VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	GANHO OU (PERDA)	OUTRAS	VALOR CONTÁBIL
	ATÉ 02 ANOS OU SEM VENCIMENTO	MAIS DE 02 ANOS E ATÉ 05 ANOS	MAIS DE 05 ANOS E ATÉ 10 ANOS	MAIS DE 10 ANOS					
Instrumentos financeiros									
Equivalentes de caixa	191.011	-	-	-		191.011	-	-	191.011
Aplicações financeiras	2.733.845	1.848.154	535.497	706.748	5.824.244	6.344.967	520.723	-	5.933.373
Valor justo por meio do resultado.....	712.576	296.198	39.722	119.763	1.168.259	1.208.073	39.814	-	1.208.073
Disponível para venda..	2.020.795	1.200.201	296.805	18.536	3.536.337	3.605.652	69.315	-	3.605.652
Mantido até o vencimento.....	474	351.755	198.970	568.449	1.119.648	1.531.242	411.594	-	1.119.648
Empréstimos e financiamentos	15.570	499.074	-	-	514.644	514.644	-	-	514.644
Debêntures.....	15.570	499.074	-	-	514.644	514.644	-	-	514.644
Seguros e resseguros.....	3.243.759	270.658	231.650	191.827	-	-	-	756.217	4.694.111
Provisões técnicas									
Ativos de resseguros.....	138.683	25.850	123.617	6.914	-	-	-	13.186	308.250
Passivos de seguros e previdência ⁽¹⁾	3.382.442	296.508	355.267	198.741	-	-	-	769.948	5.002.906

⁽¹⁾ Na coluna "Outras" há, principalmente, R\$590.712 de PMBAC, R\$76.757 de IBNR, R\$75.915 de IBNC (*Incurred But Not Citted*) e R\$6.999 de Provisão para Excedente Financeiro.

CONSOLIDADO

2011

DESCRIÇÃO					VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	GANHO OU (PERDA)	OUTRAS	VALOR CONTÁBIL
	ATÉ 02 ANOS OU SEM VENCIMENTO	MAIS DE 02 ANOS E ATÉ 05 ANOS	MAIS DE 05 ANOS E ATÉ 10 ANOS	MAIS DE 10 ANOS					
Instrumentos financeiros									
Equivalentes de caixa	253.825	-	-	-	-	-	-	-	253.825
Aplicações financeiras	2.503.343	1.595.847	698.318	667.575	5.465.083	5.685.869	220.786	-	5.497.178
Valor justo por meio do resultado.....	771.282	399.878	41.929	112.231	1.325.320	1.338.655	13.335	-	1.338.655
Disponível para venda...	1.492.543	1.058.522	279.977	24.521	2.855.563	2.874.323	18.760	-	2.874.323
Mantido até o vencimento.....	239.518	137.447	376.412	530.823	1.284.200	1.472.891	188.691	-	1.284.200
Empréstimos e financiamentos	351.997	-	-	-	351.997	350.867	(1.130)	-	350.867
Senior notes.....	351.997	-	-	-	351.997	350.867	(1.130)	-	350.867
Seguros e resseguros.....	3.047.730	258.580	242.466	248.445	-	-	-	667.126	4.464.347
Provisões técnicas.....									
Ativos de resseguros.....	301.021	51.135	107.004	78.502	-	-	-	1.462	539.124
Passivos de seguros e previdência ⁽¹⁾	3.348.751	309.715	349.470	326.947	-	-	-	667.983	5.002.866

⁽¹⁾ Na coluna "Outras" há, principalmente, R\$525.904 de PMBAC, R\$74.508 de IBNC (*Incurred But Not Citted*), R\$18.041 de Provisão de Benefícios a Regularizar, R\$14.694 de Provisão para Insuficiência de Prêmios e R\$14.643 de Retrocessão.

Os demonstrativos acima não apresentam os seguintes saldos referentes ao PGBL e VGBl, pois os recursos estão em fundos exclusivos para os participantes e são regidos pelas regras de liquidez estabelecidas nos regulamentos de cada fundo:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Equivalentes de caixa.....	665.638	137.558
Aplicações financeiras.....	2.021.067	2.197.801
Provisões técnicas		
Passivos de seguros e previdência.....	2.696.038	2.339.126

O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade, foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela.

- **Risco de inflação**

Os estudos de ALM identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros é indexado a inflação, além das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitos a atualização monetária por índices de inflação. Adicionalmente, a SulAmérica possui produtos com garantias indexadas a inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31/12/2012, as controladas que operam com seguros registraram aproximadamente R\$1,4 bilhão (R\$1,2 bilhão em 2011) e a controlada que opera com contratos de previdência complementar conhecidos como “Planos Tradicionais” registraram R\$1 bilhão (R\$0,9 bilhão em 2011) de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos de seguros comercializados serem de curto prazo (na maioria dos casos com vigências anuais), as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos são alocados em diversos vencimentos.

Além da alocação baseada nos estudos de ALM, o gestor dos investimentos pode optar por alocar em ativos indexados a inflação nas demais carteiras que não tem restrição de ALM desde que respeitando todos os limites e restrições definidos no Mandato de Investimentos.

- **Instrumentos financeiros derivativos**

As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, com objetivo de proteção da carteira.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos nas controladas da atividade de seguros e previdência obedece as normas específicas sobre o tema que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos para estas controladas.

É permitido deter posições de investimentos que utilizem derivativos que não sejam exclusivamente pra *hedge* nas demais controladas que não estão sujeitas a estas determinações, mediante a pré-aprovação do Comitê de Investimentos.

Os instrumentos financeiros derivativos – *swaps* e contratos futuros (que podem ser mantidos também através de fundos de investimentos exclusivos) são utilizados para administrar a exposição em relação às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros, conforme estudo de ALM.

5.4.3 Risco de subscrição

Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas.

O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões.

(a) Uso de modelos internos

As controladas que operam com seguros e previdência dispõem de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão.

Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvios na constituição das provisões técnicas.

(b) Risco de subscrição, precificação, definição dos produtos, retenção líquida e risco moral

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, as controladas que operam com seguros e previdência realizam periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados:

- Definições do produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas;
- Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes nas controladas que operam com seguro;
- Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;
- Precificação (pricing): estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas;
- Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude, lavagem de dinheiro e sustentabilidade.

Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas das controladas que operam com seguro.

O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos ou realizações de parcerias. Periodicamente, o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao comitê de riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da empresa.

(c) Análise de sensibilidade em saúde, danos e pessoas

A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, por segmento, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou custos de aquisição:

PREMISSAS	CONSOLIDADO					
	2012					
	SAÚDE		DANOS		PESSOAS*	
	BRUTO DE RESSEGURO	LÍQUIDO DE RESSEGURO	BRUTO DE RESSEGURO	LÍQUIDO DE RESSEGURO	BRUTO DE RESSEGURO	LÍQUIDO DE RESSEGURO
Aumento de 1% na sinistralidade.....	(68.828)	(68.593)	(25.964)	(24.436)	(5.076)	(4.941)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(4.257)	(4.257)	(4.207)	(4.207)	(699)	(699)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(4.655)	(4.655)	(4.977)	(4.977)	(1.291)	(1.291)

PREMISSAS	CONSOLIDADO					
	2011					
	SAÚDE		DANOS		PESSOAS*	
	BRUTO DE RESSEGURO	LÍQUIDO DE RESSEGURO	BRUTO DE RESSEGURO	LÍQUIDO DE RESSEGURO	BRUTO DE RESSEGURO	LÍQUIDO DE RESSEGURO
Aumento de 1% na sinistralidade.....	(52.547)	(51.513)	(22.696)	(21.400)	(2.865)	(2.726)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(3.747)	(3.747)	(2.936)	(2.936)	(515)	(515)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(3.814)	(3.814)	(4.805)	(4.805)	(1.072)	(1.072)

* A informação está apresentada sem "previdência", que está sendo demonstrada a seguir, separadamente, devido as suas especificidades.

(d) Análise de sensibilidade em previdência

A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, devido à oscilações nas despesas administrativas, nos resgates e na mortalidade.

PREMISSAS	CONSOLIDADO
	2012
Acréscimo de 10% nas despesas administrativas	(5.347)
Decréscimo de 10% nas despesas administrativas.....	5.347
Acréscimo de 10% nos resgates.....	1.024
Decréscimo de 10% nos resgates.....	(1.024)
Acréscimo de 1% na mortalidade	1.416
Decréscimo de 1% na mortalidade.....	(1.416)

PREMISSAS	CONSOLIDADO
	2011
Acréscimo de 10% nas despesas administrativas	(4.398)
Decréscimo de 10% nas despesas administrativas.....	4.398
Acréscimo de 10% nos resgates.....	863
Decréscimo de 10% nos resgates.....	(863)
Acréscimo de 1% na mortalidade	1.320
Decréscimo de 1% na mortalidade.....	(1.320)

(e) Risco na provisão

Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões matemáticas nas operações de seguros e previdência são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade das controladas que operam com seguros e previdência.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão, as controladas que operam com seguros e previdência possuem os seguintes procedimentos:

- Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões técnicas (incluindo as provisões técnicas matemáticas):
Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias e premissas utilizadas para a constituição das provisões técnicas (incluindo as provisões técnicas matemáticas). Este procedimento é realizado no mínimo anualmente;
- Recálculo das provisões técnicas:
Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente;
- Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas (incluindo as provisões técnicas matemáticas):
Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas (incluindo as provisões técnicas matemáticas) para acompanhamento da sua adequação;
- Controle estatístico de qualidade:
Mensalmente são utilizados modelos de séries temporais a fim de capturar modificação nos padrões das principais variáveis contidas nas metodologias de cálculo das provisões técnicas.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, nas premissas e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a manutenção da adequação das provisões técnicas das controladas.

A seguir, a tabela que reflete a evolução das provisões de sinistros dos últimos exercícios:

ADMINISTRATIVO

ANO	CONSOLIDADO							
	R\$ MILHÕES							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Provisão de sinistros contabilizada.....	872,49	1.087,27	1.139,15	1.255,25	1.443,79	1.433,20	1.696,24	1.748,81
Efeito do desconto financeiro.....	(16,66)	(15,88)	(16,42)	(21,53)	(37,40)	(35,37)	(43,47)	(32,89)
Provisão de sinistros sem desconto financeiro.....	889,15	1.103,15	1.155,57	1.276,78	1.481,19	1.468,57	1.739,71	1.781,70
Estimativa de sinistros acumulada:								
No final do ano.....	889,15	1.103,15	1.155,57	1.276,77	1.481,18	1.468,57	1.739,71	1.781,70
Um ano depois.....	971,80	1.209,43	1.133,18	1.337,20	1.532,52	1.574,90	1.559,42	-
Dois anos depois.....	1.044,53	1.195,46	1.086,36	1.346,58	1.565,17	1.501,92	-	-
Três anos depois.....	1.066,20	1.157,92	1.108,29	1.387,57	1.494,33	-	-	-
Quatro anos depois.....	986,14	1.170,99	1.147,42	1.311,96	-	-	-	-
Cinco anos depois.....	996,34	1.172,00	1.087,06	-	-	-	-	-
Seis anos depois.....	1.016,55	1.153,40	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois.....	991,69	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros acumulada até 2012.....	991,69	1.153,40	1.087,06	1.311,96	1.494,33	1.501,92	1.559,42	1.781,70
Pagamentos acumulados até 2012.....	982,00	1.132,45	1.065,08	1.275,36	1.438,20	1.429,11	1.497,66	-
Provisão reconhecida em 2012.....	9,69	11,26	1,03	14,62	19,53	16,69	(11,06)	1.719,94
Desconto financeiro reconhecido em 2012.....	(0,03)	(0,10)	(0,15)	(1,01)	(2,15)	(1,62)	(5,35)	(22,60)

ANO	CONSOLIDADO				
	R\$ MILHÕES				
	2008	2009	2010	2011	2012
Provisão de sinistros judiciais contabilizada	443,87	400,73	593,64	545,38	453,64
Efeito do desconto financeiro	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	443,87	400,73	593,64	545,38	453,64
Estimativa de sinistros acumulada:					
No final do ano	443,87	400,73	593,64	545,38	453,64
Um ano depois	440,78	576,70	589,48	501,49	-
Dois anos depois	597,67	614,60	561,50	-	-
Três anos depois	632,50	584,49	-	-	-
Quatro anos depois	605,08	-	-	-	-
Estimativa de sinistros judiciais acumulada até 2012	605,08	584,49	561,50	501,49	453,64
Pagamentos acumulados até 2012	318,06	268,98	210,81	110,02	-
Provisão reconhecida em 2012	287,02	28,49	35,18	40,78	62,17
Desconto financeiro reconhecido em 2012	-	-	-	-	-

Esta tabela não considera os sinistros de IBNR judiciais, no montante de R\$80 milhões, o DPVAT no montante de R\$14 milhões, a ULAE no valor de R\$11 milhões (R\$411 na parte judicial) e os eventos indenizáveis e PEONA da SULODONTO no valor de R\$ 3 milhões.

(f) Contratos de resseguro

O risco de subscrição pode ser mitigado via contratos com resseguradores. Em 2012 e 2011, as controladas que operam com seguro possuem diversos contratos vigentes com diversos resseguradores visando otimizar a capacidade de retenção dos riscos e resultados operacionais, bem como mitigar possíveis perdas caso estes contratos não existissem.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	2012		
	PRÊMIOS EMITIDOS DE SEGUROS	PRÊMIOS CEDIDOS EM RESSEGUROS	% RESSEGURADO
Danos	2.729.532	(135.230)	4,95%
Saúde	7.360.131	(30.167)	0,41%
Pessoas	531.618	(14.783)	2,78%
Total	10.621.281	(180.180)	1,70%
DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	2011		
	PRÊMIOS EMITIDOS DE SEGUROS	PRÊMIOS CEDIDOS EM RESSEGUROS	% RESSEGURADO
Danos	2.675.935	(160.895)	6,01%
Saúde	6.237.287	(100.485)	1,61%
Pessoas	461.728	(14.412)	3,12%
Total	9.374.950	(275.792)	2,94%

As decisões sobre a contratação do resseguro e a manutenção e revisão dos contratos são sempre aprovadas pelo CoR.

A seguir, o resumo das principais coberturas de resseguro contratadas, vigentes em 2012:

- Excesso de danos para catástrofes em ramos elementares, previdência e pessoas;
- Excesso de danos para saúde;
- Excesso de danos e excedente de responsabilidade para ramos elementares;
- Quota-parte em ramos elementares e pessoas;
- Excesso de responsabilidade para os demais produtos de previdência;
- Cobertura contra catástrofes nos seguros de saúde, vida e previdência e ramos elementares.

5.4.4 Risco operacional

O risco operacional pode ser definido como o risco de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou de eventos externos. Mais especificamente, pode ser entendido como:

- Risco de fraudes internas:

Comportamentos fraudulentos e/ou criminosos com intenção de obter ganhos pessoais e/ou subtrair a propriedade alheia em benefícios próprios ou da SulAmérica;

- Fraudes externas:

Pessoas que não são funcionários exercerem atividades irregulares em benefício próprio;

- Relações trabalhistas:

Decisões judiciais por práticas incompatíveis com leis e/ou acordos trabalhistas, nocivas à saúde e/ou segurança dos funcionários ou por discriminação e/ou diferenciação no tratamento;

- Falhas de sistemas:

Impossibilidade de obter informações devido à falha de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas;

- Execução e gestão de processos:

Disponibilidade, registro de informações inválidas, incompletas ou de maneira intempestiva a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores;

- Práticas comerciais inadequadas:

Falta de cumprimento de padrões éticos e comportamentais estabelecidos e práticas inadequadas do pessoal de vendas. Orientação e/ou consultoria inadequada a clientes que leve a falsas expectativas com relação aos produtos e serviços prestados;

- Danos a ativos:

Desastres naturais e outros eventos que ocasionam perdas físicas aos ativos;

- Interrupção das atividades:

Impossibilidade de sustentar as operações, prover serviços essenciais ou recuperar custos operacionais decorrentes de desastres controláveis ou não;

- Ambientais:

Danos à imagem ou ações judiciais em decorrência de produtos, serviços, operações ou instalações que de alguma forma impactem o meio ambiente ou a sociedade.

(a) Fraudes

As fraudes são riscos operacionais inerentes ao negócio. A SulAmérica conta com canais específicos de comunicação e uma área totalmente dedicada à prevenção das fraudes e desenvolvimento de políticas de prevenção a fraudes, além de treinamentos contínuos para os seus funcionários.

(b) Gestão dos riscos operacionais

Todos os processos estão mapeados em um sistema de dados com todo o fluxo de atividades contidas, bem como cada risco identificado e os controles envolvidos em cada etapa. Cada risco e controle trazem informações qualitativas e quantitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com níveis de risco e ainda a identificação de possíveis planos de ação para mitigação de possíveis perdas operacionais.

O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados.

Atualmente, a SulAmérica está trabalhando em um novo projeto para a gestão dos riscos operacionais a fim de obter a excelência na gestão deste tipo de risco e conta com novas definições e visões do negócio e tem por objetivo alinhar nossas práticas com as melhores práticas internacionais indicadas em Basiléia II e Solvência II, como segue:

- Abertura do dicionário de riscos operacionais:

Composto por 8 categorias de riscos. Estas categorias foram consideradas como riscos primários e foram criadas novas classes de risco (riscos secundários e riscos terciários), totalizando 180 classificações. As classificações tem o objetivo de alinhamento ao que é determinado internacionalmente como melhores práticas internacionais (de acordo com COSO e Basiléia). A abertura do dicionário de riscos operacionais tem o objetivo de proporcionar uma melhor identificação dos riscos na operação, com consequente melhora na gestão;

- Agrupamento dos processos em macro processos:

Os processos hoje cadastrados no sistema foram enquadrados em aproximadamente 86 macro processos definidos como essenciais. Este formato tem o objetivo de proporcionar análises globais por unidades de negócios tornando mais eficiente, desta forma, a gestão dos riscos operacionais entre os negócios da SulAmérica;

- Desenvolvimento de um novo *software*:

Foi desenvolvido um novo *software* customizado para os negócios da SulAmérica para tratamento dos riscos operacionais. Este novo sistema será integrado com o mapeamento dos macro processos e permitirá análises qualitativas e quantitativas, incluindo cálculos estocásticos;

- Construção de uma base de perdas:

O desenvolvimento do novo sistema tem o objetivo de proporcionar integração com diversas áreas para o registro de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (e não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e qual a causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivos e direcionados para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos macro processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais. Até o momento já foram mapeadas e integradas na nova ferramenta, 15 origens de perdas distintas;

- Software para gestão do risco operacional:

Encontra-se implementado um *software* customizado para os negócios da SulAmérica visando tratamento dos riscos operacionais. Esta nova ferramenta é atualizada automaticamente a partir de informações mapeadas em sistema de Gestão de Processos e da Base de Perdas. O objetivo é permitir análises qualitativas e quantitativas. Além disso, está em fase de implementação no novo sistema, a associação das Normas de Procedimentos Internos com os respectivos macro processos, bem como a integração do módulo de riscos com os módulos de *Compliance*/Controles Internos e o módulo de Auditoria, com o objetivo de integrar as atividades desenvolvidas pelas 3 áreas.

(c) Continuidade de negócios

O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados.

5.4.5 Risco estratégico

É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como:

- Risco de planejamento:

Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenhos inadequados à realidade da SulAmérica;

- Recursos humanos:

Procedimentos executados por pessoas sem habilidade, treinamento ou experiência suficientes para atingir os objetivos da SulAmérica. Dependência de pessoas-chave;

- Indicadores de metas:

Avaliação inadequada de desempenho;

- Custo de oportunidade:

Redução do valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descasamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco;

- Concorrência:

Ação de concorrentes afetando adversamente o posicionamento da SulAmérica no mercado;

- Preço:

Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado;

- Comunicação:

Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da SulAmérica.

(a) Gestão do risco estratégico

A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento aprovado para o ano. O COPA também possui como atribuições:

- Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido;
- Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas;
- Garantir que os planos de ação estejam de acordo com os objetivos da empresa;
- Avaliar, no caso de terceirizações, as alternativas analisadas e aprovar os parceiros propostos;
- Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções.

O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o Comitê Corporativo julgue necessário.

Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão – o *Balanced ScoreCard* (BSC) – que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. Além disso, o BSC procura tornar a comunicação da estratégia mais clara para toda a organização, a partir do momento que todos os colaboradores sabem quais as metas a serem conquistadas.

Anualmente, a SulAmérica estabelece o Plano de Orçamento Plurianual (POP) com o orçamento para cada unidade de negócio para os próximos 3 anos, com visões que podem variar em casos específicos como o de realização de créditos tributários, que levam em conta a lei tributária em vigor. O POP permite uma comunicação clara entre as metas definidas pelos acionistas e a Alta Administração, alinhando desta forma o apetite de risco da empresa. O orçamento é acompanhado periodicamente durante o ano e as estratégias mantidas ou redefinidas de acordo com os acontecimentos.

5.4.6 Risco legal e *compliance*

É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como:

- (i) Risco com órgãos reguladores;
- (ii) Risco de atividades em desacordo com políticas internas;
- (iii) Risco de lavagem de dinheiro;
- (iv) Risco de reputação; e
- (v) Risco de contratos.

- **Gestão do risco legal**

Presente em cada unidade de negócio e com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais em nossas operações.

- **Gestão do risco de *compliance***

- (a) **Auto-avaliação de controles internos**

A SulAmérica instituiu uma estrutura de *compliance* e a figura dos gestores *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação.

Os gestores *compliance* têm por função disseminar a metodologia e as determinações de *compliance* em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação.

O processo de auto-avaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo duas vezes ao ano.

- (b) **Documentação eletrônica**

A SulAmérica possui documentação eletrônica (DocNix) referente à política e procedimentos dos processos da organização, manuais de estrutura organizacional e resoluções da diretoria executiva. A documentação eletrônica permite informações sempre atualizadas e consultas de forma ágil e segura. A lista de distribuição de cada um dos documentos é indicada pela área responsável (emissor) e, em alguns casos, poderá ter acesso restrito a alguns departamentos da SulAmérica.

- (c) **Auditoria interna**

Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor.

5.5 GESTÃO DO CAPITAL

A SulAmérica apura mensalmente, para cada uma de suas controladas que operam com seguros, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o ano de 2012, o PLA das companhias seguradoras foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores.

Conforme citado nos itens anteriores, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. A utilização dos modelos internos é fundamental em um ambiente de gestão de riscos.

Atualmente, a SulAmérica possui modelos internos estocásticos para mensuração do capital econômico devido para cada um de seus negócios e riscos. Desta forma, estima-se o capital econômico para que a solvência das empresas seja assegurada para um determinado nível de confiança. Os modelos internos consideram correlações entre os negócios da SulAmérica além de possíveis efeitos de diversificação. Para cada um dos negócios da empresa, é apurado o capital econômico nos seguintes níveis:

- Capital para Risco de Subscrição, segregando o risco da provisão do risco de precificação;
- Capital para Risco de Mercado, segregando os riscos de taxa de juros, inflação, câmbio e outros ativos;
- Capital para Risco de Crédito, segregando os riscos de resseguro, contas a receber, risco de crédito nos investimentos e demais ativos;
- Capital para Risco Operacional e Legal;
- Capital para Risco Estratégico.

Através dos resultados obtidos dos modelos internos, é calculado e monitorado mensalmente para cada uma das linhas de negócio da SulAmérica os seguintes indicadores:

- **ROEC:** Retorno sobre o capital econômico;
- **ROXC:** Retorno sobre o excesso de capital;
- **ROAC:** Retorno sobre o capital alocado.

Os indicadores acima são periodicamente discutidos pela Alta Administração da SulAmérica e indicam o desempenho de cada unidade de negócio tendo em consideração o lucro em relação ao risco assumido. Com base nas avaliações, são definidos planos de ações para os produtos e negócios da SulAmérica no sentido de alinhar as métricas com o apetite de risco e retorno exigido pelos acionistas.

Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos da SulAmérica.

6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

6.1 HEDGE

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são negociadas e registradas por meio da BM&FBOVESPA ou mercado de balcão organizado. Para as controladas de atividade de seguros e previdência, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, seja através de contratos futuros, de opções ou *swaps*, podendo ser mantidos através de fundos de investimentos exclusivos, tem por finalidade única a proteção das variações cambiais e flutuação das taxas de juros. No caso dos fundos exclusivos dos planos PGBL e VGBL, além dos contratos futuros atrelados a taxa de juros, a SULASEG também utiliza contratos futuros atrelados ao Índice Bovespa, em consonância com a política de investimento desses fundos. Os ganhos e perdas decorrentes desses contratos futuros não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada controlada, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA.

6.2 HEDGE DE FLUXO DE CAIXA

A Companhia, com o intuito de administrar a exposição à variação cambial do montante de US\$130 milhões de principal das *senior notes*, emitidas em fevereiro de 2007 e liquidadas em fevereiro de 2012, mantinha operação de *swap* (vide nota 16.4). A Companhia registrava este instrumento derivativo avaliado pela metodologia de contabilização de operações de *hedge* de fluxo de caixa.

6.3 QUADRO RESUMO DAS EXPOSIÇÕES EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da SulAmérica, incluindo os contratos futuros relativos aos fundos de PGBl e de VGBl, estão mensurados a valor justo através do resultado e estão demonstrados a seguir:

COMPANHIA									
DESCRIÇÃO	VENCIMENTO	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL)		VALOR JUSTO		VALOR A RECEBER/ RECEBIDO		VALOR A PAGAR/PAGO	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contratos futuros:									
Compromisso de compra									
Taxa de juros em reais.....	2013/2014	37.100	–	36.488	–	105	–	130	–
Moeda estrangeira.....	–	–	8.930	–	8.930	–	631	–	675
Contratos de swaps:									
Posição ativa									
Moeda estrangeira.....	–	–	243.854	–	243.518	–	–	–	–
Posição passiva									
Taxa de juros em reais.....	–	–	285.872	–	284.406	–	–	–	40.888
CONSOLIDADO									
DESCRIÇÃO	VENCIMENTO	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL)		VALOR JUSTO		VALOR A RECEBER/ RECEBIDO		VALOR A PAGAR/ PAGO	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contratos futuros:									
Compromisso de compra									
Taxa de juros em reais.....	2013/2021	205.000	865.200	196.671	784.359	1.702	42.256	2.282	56.143
Moeda estrangeira.....	2013	2.567	9.870	2.567	9.870	–	803	–	768
Compromisso de venda									
Taxa de juros em reais.....	2022	200	60.000	91	49.156	67	17.320	52	14.760
Moeda estrangeira.....	–	–	8.930	–	8.930	–	631	–	675
Índices.....	2013	3.677	6.567	3.677	6.567	61	376	135	350
Contratos de swaps:									
Posição ativa									
Moeda estrangeira.....	–	–	243.854	–	243.518	–	–	–	–
Taxa de juros em reais.....	–	–	285.872	–	284.406	–	–	–	40.888
Contratos de opções:									
Posição titular – Compra									
Futuro	2013	226.327	229.431	226.327	229.431	–	–	20	393
Posição lançadora –									
Compra.....									
Futuro	2013	218.929	222.030	218.929	222.030	–	1.026	–	–

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados nas rubricas “Títulos e créditos a receber”, no ativo circulante e “Outras contas a pagar”, no passivo circulante.

6.3.1 Margens dadas em garantia

Em 31/12/2012 e 2011, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros e de opções mantidos em fundos de investimentos exclusivos, incluindo os fundos de PGBL e de VGBL, e classificados como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

ATIVO	COMPANHIA		
	2012		
	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR
LFT.....	Março/2013	235	1.280
LFT.....	Março/2015	135	734
LFT.....	Setembro/2017	150	814
Total		520	2.828

ATIVO	CONSOLIDADO		
	2012		
	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR
LFT.....	Março/2013	388	2.113
LFT.....	Junho/2013	1.399	7.619
LFT.....	Setembro/2013	1.061	5.777
LFT.....	Março/2014	2.650	14.424
LFT.....	Setembro/2014	670	3.646
LFT.....	Março/2015	1.765	9.598
LFT.....	Setembro/2015	440	2.392
LFT.....	Setembro/2016	40	217
LFT.....	Setembro/2017	1.150	6.241
Total		9.563	52.027

ATIVO	CONSOLIDADO		
	2011		
	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR
LFT.....	Março/2013	260	1.304
LFT.....	Junho/2013	1.229	6.165
LFT.....	Setembro/2013	1.176	5.898
LFT.....	Março/2014	2.681	13.439
LFT.....	Setembro/2014	616	3.087
LFT.....	Março/2015	2.045	10.241
LFT.....	Setembro/2015	440	2.203
LFT.....	Setembro/2016	30	150
LTN.....	Janeiro/2013	4.075	3.685
Total		12.552	46.172

LFT: Letras Financeiras do Tesouro

LTN: Letras do Tesouro Nacional

Em 31/12/2011 não havia exigência de margem de garantia para o contrato de *swap* referente ao principal das *senior notes* emitidos pela Companhia.

6.3.2 Análise de sensibilidade à exposição em derivativos

A análise de sensibilidade tem por objetivo ilustrar mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da SulAmérica. Como os contratos de derivativos existentes nos fundos de investimentos de PGBL e de VGBL não geram risco para a SulAmérica, essas posições não foram sensibilizadas. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2012. Apesar da revisão regular das estimativas e premissas utilizadas, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. O dinamismo do mercado faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição demonstrada.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos foram elaboradas considerando cenários classificados como “provável”, “possível” e “remoto”. Foi considerado como “provável”, o cenário atual que serviu de base para a determinação do valor justo das operações e os cenários “possível” e “remoto” foram estabelecidos aplicando-se variações adversas de 25% e 50%, respectivamente, sobre as posições atuais, considerando os riscos envolvidos em cada tipo de operação. As variações de 25% e 50% correspondem às variações mínimas estabelecidas nos normativos da CVM.

CONSOLIDADO						
2012						
OPERAÇÃO	RISCO	DERIVATIVO	OBJETO	CENÁRIO PROVÁVEL	CENÁRIO POSSÍVEL	CENÁRIO REMOTO
Futuro DI ^(a)	Queda do CDI	Comprado em taxa de juros	DI futuro na BM&F	-	(517)	(1.048)
Efeito líquido no resultado				-	(517)	(1.048)

^(a) **Contratos futuros de taxa de juros (DI) de (1) um dia:**
Em 31/12/2012, as posições tinham como objetivo auferir ganho com a alta da taxa de juros.

CONSOLIDADO						
2011						
OPERAÇÃO	RISCO	DERIVATIVO	OBJETO	CENÁRIO PROVÁVEL	CENÁRIO POSSÍVEL	CENÁRIO REMOTO
Futuro DI ^(a)	Alta do CDI	Vendido em taxa de juros	DI futuro na BM&F	-	(7)	(13)
Opção de futuro	Alta do CDI	Vendido em taxa de juros	Opção de futuro na BM&F	-	-	(1.500)
Efeito líquido no resultado				-	(7)	(1.513)

^(a) **Contratos futuros de taxa de juros (DI) de (1) um dia:**
Em 31/12/2012, as posições tinham como objetivo auferir ganho com a queda da taxa de juros e com a arbitragem da curva futura de juros, se beneficiando com as distorções da taxa entre os diversos vencimentos.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa estão mensurados a valor justo através de resultado e estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Contas bancárias	68	96	117.954	69.042
Equivalentes de caixa ^(a)	350	332	856.649	391.383
Total	418	428	974.603	460.425
Circulante	418	428	974.603	460.425

^(a) São considerados “equivalentes de caixa”, as aplicações com lastro em títulos públicos, liquidez diária e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

DESCRIÇÃO	COMPANHIA					
	2012					
	VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		DISPONÍVEL PARA VENDA			
	VALOR MOBILIÁRIO AVALIADO PELA CURVA	VALOR DE MERCADO/CONTÁBIL	VALOR MOBILIÁRIO AVALIADO PELA CURVA	VALOR DE MERCADO/CONTÁBIL	TAXA MÉDIA DE JUROS	TOTAL
Títulos de renda fixa – Privados	–	–	29.291	29.465		29.465
Certificados de depósito bancário pós CDI	–	–	3.326	3.327	107,69% CDI	3.327
DPGE Pós CDI	–	–	12.228	12.237	112% CDI	12.237
DPGE Pós IPCA	–	–	13.737	13.901	IPCA +3,2% A.A	13.901
Títulos de renda fixa – Públicos	–	–	175.587	175.570		175.570
Letras financeiras do tesouro	–	–	175.587	175.570	SELIC	175.570
Títulos de renda variável	548	548	–	–		548
Outros	548	548	–	–		548
Quotas de fundos de investimentos	79.370	79.503	–	–		79.503
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	275	275	–	–		275
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	69.242	69.375	–	–		69.375
DPGE Pós CDI	2.038	2.040	–	–	112% CDI	2.040
Letras financeiras do tesouro	9.127	9.126	–	–	SELIC	9.126
Bônus do tesouro nacional	608	674	–	–	TR+ 10,05% A.A	674
Títulos da dívida agrária	36.510	36.576	–	–	TR+ 8,09% A.A	36.576
Quotas de fundos de investimentos em ações	20.968	20.968	–	–		20.968
Outros	(9)	(9)	–	–		(9)
Quotas de fundos de investimentos em ações	9.853	9.853	–	–		9.853
Subtotal	79.918	80.051	204.878	205.035		285.086
%		28%		72%		100%
Outras aplicações						10
Total						285.096
Circulante						285.086
Não circulante						10

COMPANHIA

2011

DESCRIÇÃO	VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		DISPONÍVEL PARA VENDA			TOTAL
	VALOR MOBILIÁRIO AVALIADO PELA CURVA	VALOR DE MERCADO/CONTÁBIL	VALOR MOBILIÁRIO AVALIADO PELA CURVA	VALOR DE MERCADO/CONTÁBIL	TAXA MÉDIA DE JUROS	
Títulos de renda fixa – Privados	–	–	19.587	19.682		19.682
Certificados de depósito bancário pré-fixado ...	–	–	19.587	19.682	12,68%A.A.	19.682
Títulos de renda fixa – Públicos	–	–	19.520	19.521		19.521
Letras financeiras do tesouro.....	–	–	19.520	19.521	SELIC	19.521
Quotas de fundos de investimentos	56.055	56.261	–	–		56.261
Quotas de fundos de investimentos exclusivos.....	56.055	56.261	–	–		56.261
<i>Senior notes</i>	19.466	19.672	–	–	DOLAR + 13,88%A.A.	19.672
Letras financeiras do tesouro.....	13.686	13.686	–	–	SELIC	13.686
Quotas de fundos de investimentos em ações.....	22.848	22.848	–	–		22.848
Outros.....	55	55	–	–		55
Subtotal	56.055	56.261	39.107	39.203		95.464
%.....		59%		41%		100%
Outras aplicações						10
Total						95.474
Circulante						95.464
Não circulante						10

CONSOLIDADO

2012

DESCRIÇÃO	VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		DISPONÍVEL PARA VENDA		MANTIDO ATÉ O VENCIMENTO			TOTAL
	VALOR MOBILIÁRIO AVALIADO PELA CURVA	VALOR DE MERCADO/CONTÁBIL	VALOR MOBILIÁRIO AVALIADO PELA CURVA	VALOR DE MERCADO/CONTÁBIL	VALOR MOBILIÁRIO AVALIADO PELA CURVA/CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	TAXA MÉDIA DE JUROS	
	Títulos de renda fixa – Privados	781.237	785.177	1.000.376	1.022.521	–	–	
Certificados de depósito bancário.....	–	–	–	–	–	–		–
Pós-fixado CDI	148.484	148.534	246.260	246.364	–	–	107,8% CDI	394.898
Pós-fixado IPCA	–	–	122.211	140.391	–	–	IPCA +7,97% A.A.	140.391
Depósito a prazo com garantia especial do FGC.....	–	–	–	–	–	–		–
Pós-fixado CDI	225.368	226.064	85.063	85.346	–	–	112,51% CDI	311.410
Pós-fixado IPCA	–	–	42.712	44.295	–	–	IPCA +4,84% A.A.	44.295
Debêntures.....	–	–	–	–	–	–		–
Pré-fixado.....	5.750	6.018	–	–	–	–	12,5% A.A.	6.018
Pós-fixado CDI	95.730	96.016	63.002	63.391	–	–	113,93% CDI	159.407
Pós-fixado IPCA	35.298	37.115	13.816	14.449	–	–	IPCA +5,15% A.A.	51.564
Letras financeiras.....	270.607	271.430	426.984	427.957	–	–	110,92% CDI	699.387
Outros.....	–	–	328	328	–	–	TR	328
Títulos de renda fixa – Públicos ...	1.831.672	1.874.310	2.535.555	2.582.669	1.119.888	1.531.519		5.576.867
Letras financeiras do tesouro.....	1.483.731	1.483.241	1.683.108	1.682.893	474	474	SELIC	3.166.608
Letras do tesouro nacional.....	–	–	–	–	–	–		–
Pré-fixado.....	4.304	4.351	–	–	–	–	11,87% A.A.	4.351
Pré-fixado DI.....	46.152	46.450	–	–	–	–	CDI	46.450
Bônus do tesouro nacional.....	2.340	3.267	–	–	–	–	TR + 10,04% A.A.	3.267
Títulos da dívida agrária.....	101.372	101.961	30.749	30.937	–	–	TR+8,29% A.A.	132.898
Notas do tesouro nacional.....	–	–	–	–	–	–		–
Série F – Pré-fixado.....	7.229	7.376	–	–	–	–	9,52% A.A.	7.376
Série F – Pré-fixado DI.....	23.505	24.404	–	–	–	–	CDI	24.404
Série B – Pós-fixado IPCA.....	43.101	45.705	821.698	868.839	318.597	358.158	IPCA +4,74% A.A.	1.233.141
Série C – Pós-fixado IGP-M.....	119.938	157.555	–	–	800.817	1.172.887	IGPM + 8,42% A.A.	958.372
Títulos de renda variável.....	230.338	226.962	406	462	–	–		227.424
Ações.....	229.790	226.414	286	730	–	–		227.144
Outros.....	548	548	120	120	–	–		668
Impairment.....	–	–	–	(388)	–	–		(388)
Quotas de fundos de investimentos.....	342.451	342.451	–	–	–	–		342.451
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos..	222.580	222.580	–	–	–	–		222.580
Quotas de fundos de investimentos em ações.....	119.871	119.871	–	–	–	–		119.871
Subtotal.....	3.185.698	3.228.900	3.536.337	3.605.652	1.119.888	1.531.519		7.954.440
%.....		41%		45%	14%			100%
Outras aplicações.....	–	–	–	–	–	–		8.192
Total.....	–	–	–	–	–	–		7.962.632
Circulante.....	–	–	–	–	–	–		6.835.550
Não circulante.....	–	–	–	–	–	–		1.127.082

CONSOLIDADO

2011

DESCRIÇÃO	VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		DISPONÍVEL PARA VENDA		MANTIDO ATÉ O VENCIMENTO			TOTAL
	VALOR MOBILIÁRIO AVALIADO PELA CURVA	VALOR DE MERCADO/CONTÁBIL	VALOR MOBILIÁRIO AVALIADO PELA CURVA	VALOR DE MERCADO/CONTÁBIL	VALOR MOBILIÁRIO AVALIADO PELA CURVA/CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	TAXA MÉDIA DE JUROS	
Títulos de renda fixa – Privados	651.815	653.106	1.053.282	1.065.101	1.370	1.370		1.719.577
Certificados de depósito bancário	–	–	–	–	–	–		–
Pré-fixado	–	–	161.383	162.168	–	–	12,69% A.A.	162.168
Pós-fixado CDI	173.165	173.321	227.760	228.041	–	–	106,12% CDI	401.362
Pós-fixado IPCA	–	–	107.077	114.887	–	–	IPCA + 7,97% A.A.	114.887
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	–	–	–	–	–	–		–
Pré-fixado	–	–	53.548	53.618	–	–	12,54% A.A.	53.618
Pós-fixado CDI	225.197	225.622	123.223	123.390	–	–	110,84% CDI	349.012
Pós-fixado IPCA	–	–	100.021	101.866	–	–	IPCA + 7,73% A.A.	101.866
Debêntures	–	–	–	–	–	–		–
Pré-fixado	–	–	–	–	1.370	1.370	12,5% A.A.	1.370
Pós-fixado CDI	89.226	89.609	76.099	76.805	–	–	109,64% CDI	166.414
Pós-fixado IPCA	1.793	1.832	–	–	–	–	IPCA+6,73% A.A.	1.832
Pós-fixado IGP-M	130	131	–	–	–	–	IGP-M+7,22% A.A.	131
Letras financeiras	110.006	110.087	203.434	203.589	–	–	110,47% CDI	313.676
Notas promissórias	32.832	32.832	–	–	–	–	105,5% CDI	32.832
Senior notes	19.466	19.672	–	–	–	–	DÓLAR+13,88% A.A.	19.672
Outros	–	–	737	737	–	–	TR	737
Títulos de renda fixa – Públicos	2.463.078	2.478.443	1.801.883	1.808.962	1.284.421	1.473.137		5.571.826
Letras financeiras do tesouro	1.572.397	1.571.874	1.365.072	1.365.154	437	437	SELIC	2.937.465
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–		–
Pré-fixado	1.861	1.933	–	–	–	–	10,69% A.A.	1.933
Pré-fixado DI	650.164	652.457	–	–	–	–	CDI	652.457
Bônus do tesouro nacional	4.632	6.525	–	–	–	–	TR+10,04% A.A.	6.525
Títulos da dívida agrária	4.691	5.005	–	–	–	–	TR+13,7% A.A.	5.005
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–		–
Série F – Pré-fixado	2.547	2.547	–	–	–	–	7,38% A.A.	2.547
Série F – Pré-fixado DI	77.435	78.110	–	–	–	–	CDI	78.110
Série B – Pós-fixado IPCA	36.966	37.670	436.811	443.808	540.892	553.784	IPCA+6,02% A.A.	1.022.370
Série C – Pós-fixado IGP-M	112.385	122.322	–	–	743.092	918.916	IGP-M+8,46% A.A.	865.414
Títulos de renda variável	226.280	220.568	398	260	–	–		220.828
Ações	225.621	219.904	278	526	–	–		220.430
Outros	659	664	120	120	–	–		784
Impairment	–	–	–	(386)	–	–		(386)
Quotas de fundos de investimentos	182.748	182.748	–	–	–	–		182.748
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	107.051	107.051	–	–	–	–		107.051
Quotas de fundos de investimentos em ações	75.697	75.697	–	–	–	–		75.697
Subtotal	3.523.921	3.534.865	2.855.563	2.874.323	1.285.791	1.474.507		7.694.979
%		46%		37%		17%		100%
Outras aplicações								7.852
Total								7.702.831
Circulante								6.649.574
Não circulante								1.053.257

8.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	COMPANHIA		
	VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	DISPONÍVEL PARA VENDA	TOTAL
Saldo em 01/01/2011.....	56.248	87.248	143.496
Aplicações.....	40.688	84.999	125.687
Rendimento resgate.....	(1.907)	(8.344)	(10.251)
Principal resgate.....	(33.582)	(134.196)	(167.778)
Resultado financeiro.....	(4.712)	9.424	4.712
Outros pagamentos.....	(474)	–	(474)
Ajuste a valor de mercado.....	–	72	72
Saldo em 31/12/2011.....	56.261	39.203	95.464

	COMPANHIA		
	VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	DISPONÍVEL PARA VENDA	TOTAL
Saldo em 31/12/2011.....	56.261	39.203	95.464
Aplicações.....	452.984	214.197	667.181
Rendimento resgate.....	(23.296)	(5.832)	(29.128)
Principal resgate.....	(428.546)	(45.312)	(473.858)
Resultado financeiro.....	20.180	2.734	22.914
Outros recebimentos/(pagamentos).....	2.468	(16)	2.452
Ajuste a valor de mercado.....	–	61	61
Saldo em 31/12/2012.....	80.051	205.035	285.086

	CONSOLIDADO			
	VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	DISPONÍVEL PARA VENDA	MANTIDO ATÉ O VENCIMENTO	TOTAL
Saldo em 01/01/2011.....	2.776.514	2.663.313	1.520.290	6.960.117
Aquisição do saldo da Dental Plan.....	2.986	–	–	2.986
Aplicações.....	7.865.124	4.074.828	–	11.939.952
Rendimento resgate.....	(326.515)	(284.005)	(165.407)	(775.927)
Principal resgate.....	(7.094.241)	(3.959.098)	(246.088)	(11.299.427)
Resultado financeiro.....	275.280	365.835	176.996	818.111
Outros recebimentos/(pagamentos).....	35.717	(18)	–	35.699
Ajuste a valor de mercado.....	–	13.468	–	13.468
Saldo em 31/12/2011.....	3.534.865	2.874.323	1.285.791	7.694.979

	CONSOLIDADO			
	VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	DISPONÍVEL PARA VENDA	MANTIDO ATÉ O VENCIMENTO	TOTAL
Saldo em 31/12/2011.....	3.534.865	2.874.323	1.285.791	7.694.979
Aplicações.....	5.217.406	2.703.936	–	7.921.342
Rendimento resgate.....	(271.532)	(225.968)	(148.675)	(646.175)
Principal resgate.....	(5.636.919)	(2.075.963)	(186.815)	(7.899.697)
Resultado financeiro.....	342.589	278.807	169.579	790.975
Outros recebimentos/(pagamentos).....	42.491	(103)	8	42.396
Ajuste a valor de mercado.....	–	50.620	–	50.620
Saldo em 31/12/2012.....	3.228.900	3.605.652	1.119.888	7.954.440

8.3 ANÁLISE DA SENSIBILIDADE DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas desconsiderando os valores de saldos referentes ao PGBL e VGBL, pois os recursos estão em fundos exclusivos para os participantes e são regidos pelas regras de liquidez estabelecidas nos regulamentos de cada fundo. No entanto, considera:

- (i) A metodologia do VaR Paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR Paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- (ii) DV01 (*dollar-value* ou *value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros.

Nos quadros abaixo, apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e do ganho ou (perda) com a oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

FATORES DE RISCO	COMPANHIA			
	2012		2011	
	VAR 95%		VAR 95%	
Pré-fixado	1		(130)	
Taxa referencial	1		-	
Renda variável	428		561	
Outros	1		56	
Total	431		487	

FATORES DE RISCO	CONSOLIDADO			
	2012		2011	
	VAR 95%	DV01=0,01%	VAR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	(6)	6	(23)	2
IGP-M	5.917	(159)	2.764	168
IPCA	764	-	1.180	12
Taxa referencial	(16)	(6)	4	-
Renda variável	(109)	-	236	-
Outros	(4)	-	(2)	-
Total	6.546	(159)	4.159	182

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a *effective duration* ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1).

8.4 CRITÉRIOS ADOTADOS NA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Em 2012 e 2011 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 1:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) Nível 3:

Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

NÍVEL 1

- **TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL:**

Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês.

NÍVEL 2

- **Instrumentos financeiros derivativos – Contratos futuros, de opções e de swap:**

Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA;

- **Títulos de renda fixa – Públicos:**

Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA;

- **Certificados de depósito bancário (CDB) e letras financeiras (LF):**

Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o *spread* de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos;

- **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE):**

São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados, considerando a taxa de mercado do indexador e o *spread* de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos;

- **Debêntures:**

Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado;

- **Quotas de fundos de investimentos:**

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos.

A estimativa utilizada pela SulAmérica para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

DESCRIÇÃO	COMPANHIA		
	2012		
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS			
Valor justo por meio do resultado	548	79.503	80.051
Disponível para venda.....	–	205.035	205.035
Total	548	284.538	285.086

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	
	2011	
	NÍVEL 2	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS		
Valor justo por meio do resultado	56.261	56.261
Disponível para venda.....	39.203	39.203
Total	95.464	95.464

PASSIVOS FINANCEIROS		
Derivativos	40.888	40.888
Total	40.888	40.888

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	2012		
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS			
Valor justo por meio do resultado	226.962	3.001.938	3.228.900
Disponível para venda.....	462	3.605.190	3.605.652
Total	227.424	6.607.128	6.834.552

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	2011		
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS			
Valor justo por meio do resultado	220.568	3.314.297	3.534.865
Disponível para venda.....	260	2.874.063	2.874.323
Total	220.828	6.188.360	6.409.188

PASSIVOS FINANCEIROS			
Derivativos	–	40.888	40.888
Total	–	40.888	40.888

9 PRÊMIOS A RECEBER

9.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. A SulAmérica, através de suas controladas, basicamente fatura mensalmente os contratos de saúde e, no caso de danos, o parcelamento médio dos prêmios a receber é de 4 vezes. As categorias de saúde e danos juntos, representam cerca de 93% dos prêmios a receber da SulAmérica em 31/12/2012 e em 2011. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

	CONSOLIDADO		
	PRÊMIOS	REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT	TOTAL
Saldo em 01/01/2011	821.570	(63.914)	757.656
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição.....	9.986.697	(33.905)	9.952.792
RVNE.....	4.977	–	4.977
Recebimentos/reversão	(9.958.359)	26.899	(9.931.460)
Saldo em 31/12/2011	854.885	(70.920)	783.965
Circulante			773.556
Não circulante			10.409

	CONSOLIDADO		
	PRÊMIOS	REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT	TOTAL
SALDO EM 31/12/2011.....	854.885	(70.920)	783.965
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição.....	11.229.496	(33.300)	11.196.196
RVNE.....	(14.509)	–	(14.509)
Recebimentos/reversão	(11.128.190)	13.455	(11.114.735)
SALDO EM 31/12/2012	941.682	(90.765)	850.917
CIRCULANTE.....			845.639
NÃO CIRCULANTE.....			5.278

9.2 PRÊMIOS A RECEBER POR VENCIMENTO

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
A VENCER		
A vencer entre 01 e 30 dias	375.971	329.898
A vencer entre 31 e 60 dias	112.945	114.500
A vencer entre 61 e 180 dias.....	148.066	159.212
A vencer entre 181 e 365 dias.....	25.318	25.752
A vencer acima de 365 dias	5.278	10.409
Total	667.578	639.771
Redução ao valor recuperável – Impairment	(1.543)	(1.987)
Total a vencer	666.035	637.784
Vencidos.....		
Vencidos entre 01 e 30 dias	111.223	96.826
Vencidos entre 31 e 60 dias	21.200	16.048
Vencidos entre 61 e 180 dias.....	31.478	22.756
Vencidos entre 181 e 365 dias.....	27.848	19.060
Vencidos acima de 365 dias	82.355	60.424
Total	274.104	215.114
Redução ao valor recuperável – Impairment	(89.222)	(68.933)
Total vencidos	184.882	146.181
Total prêmios a receber	941.682	854.885
Total redução ao valor recuperável – Impairment ^(a)	(90.765)	(70.920)
	850.917	783.965

^(a) A redução ao valor recuperável é analisada com base nos prêmios, vencidos e a vencer de riscos decorridos, líquidos de comissão, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) e depósitos judiciais e a análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (*rating*) de probabilidade de perda, e para pessoa física é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos.

Os prêmios a receber de riscos a decorrer são normalmente cancelados após 32 e 60 dias de inadimplência, dependendo do ramo do seguro.

10 ATIVOS DE RESSEGUROS E RETROCESSÃO – PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS		PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR/IBNR E OUTROS		TOTAL	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Saúde.....	–	–	547	5.076	547	5.076
Danos	50.209	89.390	250.269	437.117	300.478	526.507
Pessoas	192	127	7.033	7.414	7.225	7.541
Total	50.401	89.517	257.849	449.607	308.250	539.124
Circulante	39.044	71.783	165.704	278.211	204.748	349.994
Não circulante	11.357	17.734	92.145	171.396	103.502	189.130

10.1 MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS

	CONSOLIDADO		
	DANOS	PESSOAS	TOTAL
Saldo em 01/01/2011	80.443	–	80.443
Emissões/RVNE	218.045	951	218.996
Cancelamentos	(79.289)	(56)	(79.345)
Amortizações	(129.809)	(768)	(130.577)
Saldo em 31/12/2011	89.390	127	89.517

	CONSOLIDADO		
	DANOS	PESSOAS	TOTAL
Saldo em 31/12/2011	89.390	127	89.517
Emissões/RVNE	161.638	371	162.009
Cancelamentos	(59.210)	(11)	(59.221)
Amortizações	(141.609)	(295)	(141.904)
Saldo em 31/12/2012	50.209	192	50.401

10.2 MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR / IBNR E OUTROS

	CONSOLIDADO			
	SAÚDE	DANOS	PESSOAS	TOTAL
Saldo em 01/01/2011	–	365.728	6.541	372.269
Adições/baixa	4.846	60.847	1.440	67.133
Varição cambial	–	16.019	–	16.019
Varição IBNR/IBNC	230	(5.477)	(2.029)	(7.276)
Saldo em 31/12/2011	5.076	437.117	5.952	448.145
Outros ativos de resseguros	–	–	1.462	1.462
Total	5.076	437.117	7.414	449.607

	CONSOLIDADO			
	SAÚDE	DANOS	PESSOAS	TOTAL
Saldo em 31/12/2011	5.076	437.117	5.952	448.145
Adições/baixa	(4.824)	(193.901)	(1.533)	(200.258)
Varição cambial	–	3.024	–	3.024
Varição IBNR/IBNC	295	4.029	1.096	5.420
Saldo em 31/12/2012	547	250.269	5.515	256.331
Outros ativos de resseguros	–	–	1.518	1.518
Total	547	250.269	7.033	257.849

11 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

DESCRIÇÃO	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Tributos a compensar/recuperar (NOTA 11.1.1).....	39.273	30.595	136.062	118.051
Créditos tributários (NOTA 11.1.2).....	5.030	–	701.769	638.545
Total	44.303	30.595	837.831	756.596
Circulante	39.273	30.595	128.592	112.932
Não circulante	5.030	–	709.239	643.664

11.1.1 Tributos a compensar/recuperar

DESCRIÇÃO	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ.....	39.231	30.245	99.135	79.099
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	5	–	21.688	16.785
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	–	–	10.305	15.287
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	–	–	1.686	2.762
Outros.....	37	350	3.248	4.118
Total	39.273	30.595	136.062	118.051
Circulante	39.273	30.595	128.592	112.932
Não circulante	–	–	7.470	5.119

11.1.2 Movimentação dos créditos e débitos tributários

Abaixo estão demonstradas as bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos e as respectivas movimentações no exercício:

	COMPANHIA			
	SALDO EM 01/01/2011	CONSTITUIÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO EM 31/12/2011
Ajuste a valor de mercado	(1.191)	–	774	(417)
Total dos débitos tributários	(1.191)	–	774	(417)

	COMPANHIA			
	SALDO EM 31/12/2011	CONSTITUIÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO EM 31/12/2012
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social..	–	5.030	–	5.030
Total dos créditos tributários	–	5.030	–	5.030
Débitos tributários – Atualizações de depósitos judiciais..	–	(23)	–	(23)
Ajuste a valor de mercado	(417)	–	417	–
Total dos débitos tributários	(417)	(23)	417	(23)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	(417)	5.007	417	5.007

CONSOLIDADO

	SALDO EM 01/01/2011	CONSTITUIÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO EM 31/12/2011
Provisão para perda em investimentos	75	–	–	75
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	326.110	74.279	(36.349)	364.040
Redução ao valor recuperável de créditos	29.435	14.987	(11.179)	33.243
Provisões indedutíveis.....	25.750	6.976	(21.669)	11.057
Amortização de ágio	(365)	–	–	(365)
Custo de apólice.....	–	58.121	(27.483)	30.638
Participações nos lucros	3.372	3.319	(3.754)	2.937
Outros	11.417	2.793	(14.962)	(752)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	395.794	160.475	(115.396)	440.873
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social..	120.961	13.551	(15.642)	118.870
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre IBNR	71.286	8.455	(939)	78.802
Total dos créditos tributários	588.041	182.481	(131.977)	638.545
Atualizações de depósitos judiciais.....	(105.825)	(38.475)	–	(144.300)
Ajuste a valor de mercado	(4.331)	(418)	129	(4.620)
Outros	(12.838)	–	1.693	(11.145)
Total dos débitos tributários.....	(122.994)	(38.893)	1.822	(160.065)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários.....	465.047	143.588	(130.155)	478.480

CONSOLIDADO

	SALDO EM 31/12/2011	CONSTITUIÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO EM 31/12/2012
Provisão para perda em investimentos	75	4	–	79
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	364.040	66.339	(14.111)	416.268
Redução ao valor recuperável de créditos	33.243	29.055	(5.821)	56.477
Provisões indedutíveis.....	11.057	12.018	(2.424)	20.651
Amortização de ágio	(365)	–	–	(365)
Custo de apólice.....	30.638	42.438	(51.858)	21.218
Participações nos lucros	2.937	3.903	(3.007)	3.833
Outros	(752)	2.278	(9.664)	(8.138)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	440.873	156.035	(86.885)	510.023
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social..	118.870	6.155	(21.824)	103.201
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre IBNR	78.802	9.910	(167)	88.545
Total dos créditos tributários	638.545	172.100	(108.876)	701.769
Atualizações de depósitos judiciais.....	(144.300)	(37.794)	–	(182.094)
Ajuste a valor de mercado	(4.620)	–	419	(4.201)
Outros	(11.145)	–	28	(11.117)
Total dos débitos tributários.....	(160.065)	(37.794)	447	(197.412)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários.....	478.480	134.306	(108.429)	504.357

Em 2012, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas de imposto de renda e contribuição social a compensar são formados como demonstrado a seguir:

ANO	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
1994.....	–	4.618	–	4.618
1999.....	–	852	–	852
2000.....	–	1.599	–	1.599
2001.....	–	11.305	–	11.484
2002.....	–	–	9.817	23.983
2003.....	–	2.616	10	2.744
2004.....	–	–	65.987	118.611
2005.....	–	–	66.991	76.669
2006.....	–	–	50.455	51.263
2007.....	22.156	26.767	25.468	27.702
2008.....	–	965	522	1.488
2009.....	–	–	15	–
2011.....	5.209	5.290	40.618	37.139
2012.....	14.795	14.795	26.119	26.308
Saldos a compensar.....	42.160	68.807	286.002	384.460

Do total de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acima demonstrado, créditos tributários sobre R\$81.377 na Companhia e R\$100.022 no Consolidado não foram registrados contabilmente, como também sobre R\$3.787 na Companhia e R\$568.802 no Consolidado, referente a diferenças temporárias de IRPJ e CSLL, em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2012.

Em 2012, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

ANO	CONSOLIDADO	
	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
2013.....	16%	19%
2014.....	13%	10%
2015.....	16%	13%
2016.....	17%	15%
2017.....	17%	17%
2018 a 2019.....	16%	23%
2020 a 2023.....	5%	3%

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima, pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração das controladas, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

12 OUTROS CRÉDITOS

12.1 OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

O montante principal que compõe a conta refere-se a valores a receber da Caixa Econômica Federal, oriundos de operações de seguros habitacionais (Sistema Financeiro de Habitação – SFH), mensurados pelo custo amortizado e que em 31/12/2012 era de R\$251.151 (R\$192.020 em 2011).

12.2 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER – OUTROS CRÉDITOS

O montante principal que compõe a conta refere-se a recursos bloqueados nas contas correntes bancárias e do fundo de investimento referentes às demandas judiciais, em 31/12/2012, no montante de R\$289 (R\$237 em 2011) na Companhia e R\$119.141 (R\$120.242 em 2011) no Consolidado.

13 OUTROS VALORES E BENS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Salvados e ressarcimentos.....	32.592	43.003
Imóveis mantidos para venda.....	1.095	1.095
Ressarcimentos recebidos	5.476	5.820
Taxa performance – Fundos ^(a)	8.908	2.000
Demais.....	3.554	2.794
Total	51.625	54.712
Circulante	50.530	53.617
Não circulante	1.095	1.095

^(a) A variação refere-se basicamente ao desempenho recorde do fundo Expertise que até 31/12/2012 acumula rentabilidade de mais de 60%, muito acima dos índices Ibovespa e IVBX-2, que renderam 7,4% e 20,8% respectivamente.

14 MOVIMENTAÇÃO DOS CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS – SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	CONSOLIDADO			
	SEGURO DIRETO E COSSEGURO CEDIDO	COSSEGURO ACEITO	PREVIDÊNCIA	TOTAL
Saldo em 01/01/2011.....	489.030	655	7.561	497.246
Custo de aquisição gerado.....	934.750	29.978	5.745	970.473
Amortização.....	(837.699)	(8.516)	(4.245)	(850.460)
Cancelamento.....	(92.891)	(4.673)	–	(97.564)
RVNE.....	(540)	–	–	(540)
Saldo em 31/12/2011.....	492.650	17.444	9.061	519.155
Circulante				358.360
Não circulante				160.795

CONSOLIDADO

	SEGURO DIRETO E COSSEGURO CEDIDO	COSSEGURO ACEITO	PREVIDÊNCIA	TOTAL
Saldo em 31/12/2011.....	492.650	17.444	9.061	519.155
Custo de aquisição gerado.....	933.983	9.948	6.547	950.478
Amortização.....	(754.019)	(7.896)	(4.592)	(766.507)
Cancelamento.....	(119.955)	(6.672)	-	(126.627)
RVNE.....	(2.834)	-	-	(2.834)
Saldo em 31/12/2012	549.825	12.824	11.016	573.665
Circulante.....				392.967
Não circulante.....				180.698

15 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

COMPANHIA

	SALIC	SAEPAR	CIA. SAÚDE	TOTAL
Saldo em 01/01/2011.....	517.798	1.860.113	661.952	3.039.863
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	(43.719)	(235.302)	(25.120)	(304.141)
Equivalência patrimonial ^(a)	81.864	315.333	108.654	505.851
Ajustes de avaliação patrimonial.....	1.327	4.379	2.285	7.991
Saldo em 31/12/2011	557.270	1.944.523	747.771	3.249.564
Aumento de capital ^(b)	-	35.503	-	35.503
Venda de ações ^(c)	-	-	(120.000)	(120.000)
Perda de capital.....	-	-	(236)	(236)
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	(31.646)	(159.245)	(32.425)	(223.316)
Equivalência patrimonial ^(a)	100.328	290.312	130.993	521.633
Ajustes de avaliação patrimonial.....	5.687	18.785	5.905	30.377
Saldo em 31/12/2012	631.639	2.129.878	732.008	3.493.525

COMPANHIA

2012

	SALIC	SAEPAR	CIA. SAÚDE	TOTAL
Ativo.....	5.916.089	2.229.611	3.281.422	
Passivo.....	3.340.694	99.751	923.483	
Patrimônio líquido.....	2.575.395	2.129.860	2.357.939	
Receita líquida.....	2.724.565	36.573	1.542.827	
Lucro líquido do exercício.....	410.343	290.296	421.595	
Percentual de participação (%).....	24,4499%	100%	31,0326%	
Valor contábil do investimento.....	629.670	2.129.878	732.008	3.491.556
Ágio.....	1.969	-	-	1.969
Quantidade de ações ordinárias.....	100	3.605	17.106.231	
Quantidade de ações preferenciais.....	-	-	4.264.636	

	COMPANHIA			
	2011			
	SALIC	SAEPAR	CIA. SAÚDE	TOTAL
Ativo.....	5.726.389	2.089.259	3.026.635	
Passivo.....	3.455.208	144.736	885.852	
Patrimônio líquido.....	2.271.181	1.944.523	2.140.783	
Receita líquida.....	2.669.009	121.948	1.484.959	
Lucro líquido do exercício.....	334.846	315.147	311.011	
Percentual de participação (%).....	24,4499%	100%	34,9410%	
Valor contábil do investimento.....	555.301	1.944.523	747.771	3.247.595
Ágio.....	1.969	–	–	1.969
Quantidade de ações ordinárias.....	100	3.540	20.417.758	
Quantidade de ações preferenciais.....	–	–	5.090.210	

(a) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de suas investidas provenientes da harmonização com as práticas contábeis internacionais.

(b) Em 11/06/2012, a Companhia aumentou o capital da SAEPAR no valor de R\$20.159 com a emissão de 38 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Adicionalmente, em 06/12/2012, a Companhia aumentou novamente o capital da SAEPAR no valor de R\$15.344 com a emissão de 27 novas ações, nominativas, sem valor nominal.

(c) A CIA. SAÚDE comprou ações próprias, que estavam em poder da SASA, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento.

16 CONTAS A PAGAR

Além dos Tributos Diferidos (nota 11.1.2), destacam-se as seguintes obrigações:

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, mensuradas pelo custo amortizado, exceto quanto a ponta passiva do *swap*, mensurado a valor justo (2011), são as seguintes:

DESCRIÇÃO	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Obrigações fiscais (vide Nota 21).....	1.116	1.030	995.736	832.304
Refinanciamento fiscal – REFIS (a).....	564	643	36.592	75.391
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.....	95.368	69.473	95.809	69.916
Participações no lucro.....	–	–	51.928	45.230
Demais.....	148	147	71.293	63.005
Total.....	97.196	71.293	1.251.358	1.085.846
Circulante.....	95.617	69.718	240.778	217.796
Não circulante.....	1.579	1.575	1.010.580	868.050

(a) Refinanciamento fiscal – REFIS

A Companhia e suas controladas SALIC, SAÚDE (incorporadora da Sul América Serviços Médicos S.A. – SULAMED), CIA. SAÚDE, SANTA CRUZ (incorporadora da Executivos S.A. – Administração e Promoção de Seguros – EXECUTIVOS e Sul América Investimentos e Participações S.A. – SAIPA) e SASG, aderiram ao Refinanciamento Fiscal – REFIS, e parcelaram valores devidos relativos à COFINS, IRPJ, CSLL, FINSOCIAL, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e INSS, os quais encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial.

O montante das obrigações incluídas no REFIS foi de R\$253.353 (líquido da redução de multa de 50%). O refinanciamento prevê o pagamento dos mencionados tributos e contribuições em até 180 parcelas iguais e mensais, conforme montante e prazos previstos na legislação vigente, com vencimento final até 30/06/2018, conforme o número de meses da opção, atualizadas com base na variação da TJLP. Na Companhia, em 31/12/2012, as obrigações correspondem a R\$101 (R\$98 em 2011) no passivo circulante e de R\$463 (R\$545 em 2011) no passivo não circulante. No Consolidado, em 31/12/2012, as obrigações correspondem a R\$21.747 (R\$39.645 em 2011) no passivo circulante e R\$14.845 (R\$35.746 em 2011) no passivo não circulante.

16.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

DESCRIÇÃO	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ.....	39	–	87.525	32.239
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	15	–	39.881	15.802
Contribuições PIS e COFINS	4.806	8.973	27.479	29.169
Outros.....	–	–	30	9
Total.....	4.860	8.973	154.915	77.219
Circulante.....	4.860	8.973	154.915	77.219

16.3 OUTRAS CONTAS A PAGAR

DESCRIÇÃO	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Honorários advocatícios.....	–	14	70.598	68.000
Contas a pagar – Fornecedores.....	92	732	18.056	31.754
Compromissos mobiliários a pagar.....	40	12	10.506	11.743
Contas a pagar diversas.....	38	54	44.393	31.203
Total.....	170	812	143.553	142.700
Circulante.....	137	798	82.046	80.078
Não circulante.....	33	14	61.507	62.622

16.4 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

DESCRIÇÃO	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Senior notes ^(a)	–	350.867	–	350.867
Debêntures ^(b)	514.644	–	514.644	–
Leasing.....	–	–	218	363
Total.....	514.644	350.867	514.862	351.230
Circulante.....	16.014	350.867	16.232	351.230
Não circulante.....	498.630	–	498.630	–

^(a) Senior notes

Em fevereiro de 2012, a Companhia liquidou as *senior notes* emitidas em fevereiro de 2007 e operação de *swap* contratada para a proteção contra oscilações cambiais, no montante de R\$357.021, sendo R\$232.972 referente às *senior notes* e R\$124.049 ao *swap*.

^(b) Debêntures

Em 04/01/2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$500.000 para a distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Em 06/02/2012, foram emitidas 50.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, com prazo de vencimento de cinco anos contados a partir da data de emissão (06/02/2017).

As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), sob o código SULM11, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das debêntures liquidada por meio da CETIP. A oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

O valor nominal das debêntures será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas a partir do terceiro ano de sua emissão e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, pagos semestralmente, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias – DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, “*over extra-grupo*”, acrescida de sobretaxa de 1,15% ao ano, na base de 252 dias úteis, definida no procedimento de *bookbuilding* realizado em 08/02/2012. A Taxa Interna de Retorno (TIR) é de CDI + 1,33% ao ano. Em 31/12/2012, o saldo a pagar corresponde a R\$514.644, líquido dos custos de transações incorridos no montante de R\$1.815, que serão diferidos ao longo da vigência da escritura de emissão das debêntures.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia, com a emissão das debêntures, foram destinados a:

- (i) Suprir necessidades de caixa decorrentes da expansão das operações da SulAmérica;
- (ii) Reconstituir o caixa após a liquidação do senior notes (vide nota 16.4 – letra a); e
- (iii) Objetivos corporativos gerais.

O contrato possui cláusulas que exigem o atendimento a determinados *covenants*, sendo que os *covenants* financeiros deverão ser cumpridos trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia possui os seguintes *covenants* financeiros:

DESCRIÇÃO DOS COVENANTS	ÍNDICE REQUERIDO
Índice financeiro I – dívida financeira líquida.....	Igual ou inferior a 2 vezes a geração de caixa
Índice financeiro II – geração de caixa.....	Igual ou superior a 4 vezes o resultado financeiro líquido
Índice financeiro III – geração de caixa.....	Igual ou superior a zero

DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA: Obrigações financeiras menos caixa e aplicações financeiras líquidas.

GERAÇÃO DE CAIXA: Resultado antes dos tributos sobre o lucro menos depreciação, amortização e exaustão.

Todos os *covenants* mencionados acima foram atendidos em 31/12/2012.

17 DÉBITOS E CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

17.1 OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	ATIVO		PASSIVO	
	2012	2011	2012	2011
IRB – Conta movimento ^(a)	–	–	10.732	10.762
Adiantamento de sinistro.....	–	–	18.917	19.776
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão ^(b)	16.279	131.052	23.647	140.494
Juros sobre prêmios.....	–	–	4.046	3.963
Salvados e ressarcimentos.....	–	–	5.244	14.573
Impairment.....	(2.521)	(1.624)	–	–
Total	13.758	129.428	62.586	189.568
Circulante	13.758	129.428	60.574	185.543
Não circulante	–	–	2.012	4.025

^(a) Contempla operações com o IRB relativas a prêmios, sinistros, salvados e ressarcimentos;

^(b) Em 31/12/2011, havia um contrato de resseguro do segmento de saúde, com vigência desde março, no valor de R\$99.643. Em Março/2012 foi liquidado o valor de R\$87.061, parcela correspondente ao período de Março/2011 à Novembro/2011, e em Setembro/2012 foi liquidado mais R\$27.242.

17.2 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Seguro direto e retrocessão.....	95.580	88.669
Cosseguro aceito.....	246	1.951
Outros.....	2.323	2.370
Total	98.149	92.990
Circulante	98.134	92.975
Não circulante	15	15

18 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	2012			2011		
	PRÊMIO DIRETO	COSSEGURO	TOTAL	PRÊMIO DIRETO	COSSEGURO	TOTAL
De 01 a 30 dias.....	18.812	–	18.812	17.286	49	17.335
De 31 a 60 dias.....	3.353	26	3.379	2.696	1.223	3.919
De 61 a 120 dias.....	2.992	496	3.488	7.293	2.618	9.911
De 121 a 180 dias.....	1.770	1.072	2.842	5.547	520	6.067
De 181 a 365 dias.....	819	1.236	2.055	1.189	3.222	4.411
Acima de 365 dias.....	1.822	2.678	4.500	2.952	1.836	4.788
Subtotal.....	29.568	5.508	35.076	36.963	9.468	46.431
Recebimento antecipado.....			6.519			7.324
Total.....			41.595			53.755

19 PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

19.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

(a) Saúde

	CONSOLIDADO			
	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS	PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR E DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS – IBNR	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	TOTAL
Saldo em 01/01/2011.....	100.510	820.916	14.073	
Emissões.....	6.417.341	–	–	
Baixas/cancelamentos.....	(372.287)	–	–	
Prêmios ganhos.....	(6.023.568)	–	–	
Avisados/alterações.....	–	5.064.265	4.359	
Pagamentos/baixas.....	–	(4.707.130)	–	
Atualização monetária/juros.....	–	533	–	
Variação do IBNR/IBNC.....	–	(169.104)	–	
Saldo em 31/12/2011.....	121.996	1.009.480	18.432	1.149.908
Circulante.....				1.119.309
Não circulante.....				30.599

CONSOLIDADO

	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS	PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR E DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS – IBNR	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	TOTAL
Saldo em 31/12/2011	121.996	1.009.480	18.432	
Emissões	7.145.571	–	–	
Baixas/cancelamentos	(654)	–	–	
Prêmios ganhos	(7.120.291)	–	–	
Avisados/alterações	–	5.742.795	7.047	
Pagamentos/baixas	–	(5.640.406)	–	
Atualização monetária/juros	–	4.155	–	
Variação do IBNR/IBNC	–	43.331	–	
Saldo em 31/12/2012	146.622	1.159.355	25.479	1.331.456
Circulante				1.298.235
Não circulante				33.221

(b) Danos

CONSOLIDADO

	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS	PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR E DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS – IBNR	TOTAL
Saldo em 01/01/2011	1.275.929	1.038.607	
Emissões	2.905.360	–	
Baixas/cancelamentos	(278.491)	–	
Prêmios ganhos	(2.582.506)	–	
Avisados/alterações	–	1.818.710	
Pagamentos/baixas	–	(1.783.570)	
Atualização monetária/juros	–	24.995	
Variação do IBNR/IBNC	–	7.486	
Saldo em 31/12/2011	1.320.292	1.106.228	2.426.520
Outras provisões			1.358
Total			2.427.878
Circulante			2.072.892
Não circulante			354.986

	CONSOLIDADO		
	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS	PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR E DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS – IBNR	TOTAL
Saldo em 31/12/2011	1.320.292	1.106.228	
Emissões	2.819.380	–	
Baixas/cancelamentos	(215.000)	–	
Prêmios ganhos	(2.638.611)	–	
Avisados/alterações	–	1.507.475	
Pagamentos/baixas	–	(1.786.215)	
Atualização monetária/juros	–	76.194	
Variação do IBNR/IBNC	–	25.798	
Saldo em 31/12/2012	1.286.061	929.480	2.215.541
Outras provisões			2.614
Total			2.218.155
Circulante			1.977.134
Não circulante			241.021

(c) Pessoas

	CONSOLIDADO			
	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS	PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR E DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS – IBNR	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	TOTAL
Saldo em 01/01/2011	53.146	263.140	14.356	–
Emissões	658.183	–	–	–
Baixas/cancelamentos	(237.950)	–	–	–
Prêmios ganhos	(403.698)	–	–	–
Avisados/alterações	–	367.488	(65)	–
Pagamentos/baixas	–	(390.058)	–	–
Atualização monetária/juros	–	(9.425)	–	–
Variação do IBNR/IBNC	–	(827)	–	–
Saldo em 31/12/2011	69.681	230.318	14.291	314.290
Outras provisões				166.778
Total				481.068
Circulante				226.615
Não circulante				254.453

CONSOLIDADO

	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS	PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR E DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS – IBNR	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	TOTAL
Saldo em 31/12/2011.....	69.681	230.318	14.291	
Adições	–	–	(225)	
Emissões	868.047	–	–	
Baixas/cancelamentos	(396.571)	–	–	
Prêmios ganhos.....	(460.314)	–	–	
Avisados/alterações	–	360.008	–	
Pagamentos/baixas.....	–	(396.996)	–	
Atualização monetária/juros.....	–	9.659	–	
Variação do IBNR/IBNC	–	18.431	–	
Saldo em 31/12/2012	80.843	221.420	14.066	316.329
Outras provisões ^(a).....				90.766
Total				407.095
Circulante				239.407
Não circulante				167.688

^(a) A linha de Outras provisões contempla a PIP, que em 31/12/2012 apresentou uma queda de R\$79.379 quando comparada a 31/12/2011, referente às decisões judiciais que permeiam o cálculo durante o ano de 2012. As decisões favoráveis à Companhia e suas controladas nos permitiram alterar as probabilidades de risco pertinentes à provisão.

Em 31/12/2012 e 2011, a provisão de sinistros a liquidar contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de automóveis e vida e não contempla o IBNC (vide nota 5.4.3. – e). Em 31/12/2012 e 2011, a posição de sinistros em disputa judicial era a seguinte:

CONSOLIDADO				
SAÚDE				SAÚDE
2012				2011
QUANTIDADE	VALOR DE ABERTURA	VALOR PROVISIONADO	VALOR PROVISIONADO	
Até 02 Anos.....	4.892	16.474	10.190	10.870
02 a 05 Anos.....	2.513	15.477	9.498	6.429
05 a 10 Anos.....	541	8.043	5.005	5.381
Mais de 10 Anos.....	52	3.999	2.206	1.482
Total saúde.....	7.998	43.993	26.899	24.162
DANOS				DANOS
2012				2011
QUANTIDADE	VALOR DE ABERTURA	VALOR PROVISIONADO	VALOR PROVISIONADO	
Até 02 Anos.....	2.322	104.243	50.656	47.073
02 a 05 Anos.....	1.071	81.633	43.380	77.170
05 a 10 Anos.....	923	114.091	189.219	170.301
Mais de 10 Anos.....	328	56.973	37.714	108.284
Subtotal.....	4.644	356.940	320.969	402.828
DPVAT.....	2.036	25.627	11.317	11.947
Total danos.....	6.680	382.567	332.286	414.775
PESSOAS				PESSOAS
2012				2011
QUANTIDADE	VALOR DE ABERTURA	VALOR PROVISIONADO	VALOR PROVISIONADO	
Até 02 Anos.....	1.080	66.011	28.750	28.577
02 a 05 Anos.....	697	55.761	28.135	34.976
05 a 10 Anos.....	457	51.652	25.238	28.529
Mais de 10 Anos.....	161	23.193	11.925	14.360
Total pessoas.....	2.395	196.617	94.048	106.442
Total.....	17.073	623.177	453.233	545.379

19.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PREVIDÊNCIA

CONSOLIDADO				
	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO	TOTAL
Saldo em 01/01/2011.....	2.413.274	311.299	101.154	
Adições	256.447	-	-	
Avisados/alterações.....	(85)	1	-	
Pagamentos/baixas.....	(144.569)	(141)	-	
Constituições/(reversões).....	196.207	24.854	(4.307)	
Portabilidade de entrada.....	98.703	-	-	
Portabilidade de saída.....	(84.149)	-	-	
Resgates.....	(85.826)	-	-	
Benefícios.....	-	(45.985)	-	
Transferências.....	(85)	85	-	
Atualização monetária/juros.....	189.315	36.413	9.513	
Saldo em 31/12/2011.....	2.839.232	326.526	106.360	3.272.118
Outras.....				11.020
Total.....				3.283.138
Circulante.....				700.865
Não circulante.....				2.582.273

CONSOLIDADO				
	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO	TOTAL
Saldo em 31/12/2011.....	2.839.232	326.526	106.360	
Adições	225.426	-	-	
Avisados/alterações.....	63.257	56	-	
Pagamentos/baixas.....	(126.902)	(398)	-	
Constituições/(reversões).....	150.177	79.461	(2.567)	
Portabilidade de entrada.....	82.378	-	-	
Portabilidade de saída.....	(132.366)	-	-	
Resgates.....	(90.486)	-	-	
Benefícios.....	-	(96.497)	-	
Transferências.....	(1.265)	1.265	-	
Atualização monetária/juros.....	248.195	43.225	9.568	
Saldo em 31/12/2012.....	3.257.646	353.638	113.361	3.724.645
Outras.....				17.593
Total.....				3.742.238
Circulante.....				804.500
Não circulante.....				2.937.738

19.3 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Provisões técnicas de seguros	3.956.706	4.058.854
Provisões técnicas de previdência complementar	3.742.238	3.283.138
Efeito monetário ^(c)	372.069	–
Total das provisões técnicas	8.071.013	7.341.992
(–) Ativos de resseguro e retrocessão – Provisões técnicas	308.250	539.124
(–) Depósitos judiciais	5.575	20.245
(–) Direitos creditórios	441.064	444.162
(–) Depósitos especiais no IRB	1.217	6.228
Montante a ser garantido	7.314.907	6.332.233
Ativos dados em garantia:		
Títulos de renda fixa – Públicos	4.694.349	4.510.700
Títulos de renda fixa – Privados	1.666.627	1.561.055
Títulos de renda variável ^(a)	226.414	220.139
Efeito monetário ^(c)	372.069	–
Outros ^(b)	853.590	295.715
Total de ativos	7.813.049	6.587.609
Ativos vinculados em excesso	498.142	255.376

^(a) Ativos que estão nos fundos PGBl e VGBl;

^(b) A linha “Outros” contempla basicamente quotas de fundos não exclusivos e operações compromissadas dos fundos exclusivos;

^(c) Efeito monetário referente à diferença entre o valor de custo e mercado dos instrumentos financeiros classificados como “mantidos até o vencimento”, requerido pela Circular SUSEP N° 457/12, Artigo 9, parágrafo único, que trata do Teste de Adequação de Passivos.

20 PARTES RELACIONADAS

20.1 TRANSAÇÕES

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos à operações de transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração. As principais transações são:

DESCRIÇÃO	CATEGORIA	CONTROLADORA	COMPANHIA					
			ATIVO		PASSIVO		DESPESA	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
Sulasapar Participações S.A. ^{(a) (b)}	Controladora	Sulasa Participações S.A.	–	–	28.538	20.995	–	–
ING Insurance International BV ^{(a) (b)}	Outros	ING Verzekeringen N.V.	–	–	18.390	13.524	–	–
SAEPAR Serviços e Participações S.A. ^{(a) (b)}	Controlada	Sul América S.A.	68.942	74.014	–	–	–	–
Sul América Companhia de Seguro Saúde ^{(a) (b) (c)}	Controlada indireta	Sul América S.A.	30.656	25.880	–	–	–	–
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ^{(c) (d)}	Controlada indireta	Sul América S.A.	1.427	703	40	12	(83)	(206)
Sul América Seguro Saúde S.A. ^{(c) (e)}	Controlada indireta	Sul América S.A.	9.690	5.648	–	–	–	–
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ^{(c) (g)}	Controlada indireta	Sul América S.A.	1.405	737	–	–	(8)	(1)
Sul América Companhia Nacional de Seguros ^{(b) (c) (e) (f)}	Controlada indireta	Sul América S.A.	31.775	21.047	131	125	(192)	(181)
Demais acionistas ^{(a) (b)}	Outros	Outros	–	2	48.440	34.954	–	–
Total			143.895	128.031	95.539	69.610	(283)	(388)

^(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica;

^(b) Valor referente aos juros sobre capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica;

^(c) Refere-se a reembolso das controladas que pagaram seus executivos com plano geral de compras de ações (*stock options*) de emissão da Companhia;

^(d) Refere-se a taxa de administração paga a controlada SAMI por serviços de gestão de ativos;

^(e) Transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas;

^(f) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da Nova Matriz entre as companhias da SulAmérica e a SALIC;

^(g) Refere-se ao seguro de vida grupal dos funcionários da companhia pago a SULASEG.

CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	CATEGORIA	CONTROLADORA	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA		
			2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP ^(d) ^(e) ^(f) ^(g) ^(h)	Outros	Outros	84	264			–	4.274	4.005	(98)	(60)
Sulasapar Participações S.A. ^(a) ^(b) ^(f)	Controladora	Sulasa Participações S.A.	66	63	28.538	20.995	96	91	–	–	–
ING Insurance International BV ^(a) ^(b)	Outros	ING Verzekeringen N.V.	–	–	18.390	13.524	–	–	–	–	–
Nova Ação Participações S.A. ^(f)	Outros	Sulasapar Participações S.A.	66	63	–	–	96	91	–	–	–
ING Securities Investment & Trust Co., LTD ^(d)	Outros	ING Groep N.V.	–	–	–	–	272	271	–	–	–
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia ^(f)	Outros	Outros	–	–	–	–	–	–	–	(9.248)	(10.131)
Gouvea Vieira Advocacia ^(f) ...	Outros	Outros	–	–	–	–	–	–	–	(1.649)	(300)
Gouvea Vieira Advogados Associados ^(f)	Outros	Outros	–	–	–	–	–	–	–	(4.328)	(3.745)
Demais acionistas ^(a) ^(b)	Outros	Outros	–	–	48.885	35.397	–	–	–	–	–
Total			216	390	95.813	69.916	4.738	4.458	(15.323)	(14.236)	

^(a) Valor referente aos juros sobre capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica;

^(b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica;

^(c) Assessoria financeira para identificação de potenciais investimentos no Brasil;

^(d) Transações em conta corrente entre companhias, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas;

^(e) Valor referente ao aluguel inter-grupo pela utilização do espaço físico fornecido pela SALIC, localizado na Av Goiás, Setor Central, lotes 33/35, sala 501, Goiás – GO;

^(f) Valor referente à receita obtida pelo prêmio de seguro saúde oferecido aos funcionários da SULACAP;

^(g) Rateio de custo referente a aluguel entre as companhias da SulAmérica;

^(h) Reembolso entre as companhias que compõem a SulAmérica referente ao aluguel de imóveis;

⁽ⁱ⁾ Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da Nova Matriz entre companhias da SulAmérica e SALIC;

^(j) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente.

Adicionalmente, em 2012, a Companhia liquidou dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$194.740 (R\$332.061 em 2011), sendo R\$66.134 (R\$111.461 em 2011) para a SULASAPAR, R\$42.664 (R\$71.907 em 2011) para a ING *Insurance International BV* e R\$85.942 (R\$148.693 em 2011) para demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas, e recebeu dividendos no montante de R\$198.312 (R\$306.125 em 2011), sendo R\$154.014 (R\$250.000 em 2011) da SAEPAR, R\$18.704 (R\$48.911 em 2011) da SALIC e R\$25.594 (R\$7.214 em 2011) da CIA. SAÚDE.

20.2 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	COMPANHIA			
	BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO A ADMINISTRADORES	REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES ^(a)	TOTAL	
2012				
Contas a pagar.....	34	–	34	
Despesas	(2.994)	(9)	(3.003)	
2011				
Contas a pagar.....	35	–	35	
Despesas	(2.873)	(67)	(2.940)	
	CONSOLIDADO			
	BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO A ADMINISTRADORES	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES ^(a)	TOTAL
2012				
Contas a pagar.....	23.899	7.931	–	31.830
Despesas	(57.090)	(5.042)	(8.880)	(71.012)
2011				
Contas a pagar.....	17.342	6.814	–	24.156
Despesas	(40.854)	(2.851)	(10.492)	(54.197)

^(a) Plano geral de opção de compra de ações de emissão da Companhia

Em 31/03/2008, a Assembleia Geral da Sul América S.A. aprovou o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia, “Plano Geral”, cuja alteração foi aprovada na Assembleia Geral em 30/03/2012.

Conforme a revisão do Plano Geral aprovada na Assembleia Geral de 30/03/2012, foi aprovado modelo de transição, tendo como única alteração relevante a redução de aproximadamente 50% nos targets do programa que outorga “Opções Simples” de 2012 e, em contrapartida, haverá matching de “Opções Bonificadas” por parte da Companhia, mais agressivos que anteriormente. A partir de 2013 foi aprovada a exclusão do programa de outorga de “Opções Simples” e por consequência, o programa que outorga “Opções Bonificadas” será ajustado no que tange o matching por parte da Companhia.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de aquisição das *Units* Vinculadas, no caso de serem alienadas *Units* representativas de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O preço de exercício das Opções Bonificadas se consubstanciará na manutenção das *Units* Vinculadas por prazo pré-determinado no respectivo contrato.

No âmbito dos programas de 2008, 2009 e 2010 foram concedidas somente opções simples, enquanto nos programas de 2011 e 2012 foram concedidas tanto opções simples como bonificadas, tendo o Comitê de Remuneração, conforme delegado pelo Conselho de Administração, definido os beneficiários dos programas entre os membros da Diretoria da SulAmérica, assim como as quantidades de *Units* a que fariam jus.

Em 30/03/2012, nos termos do Plano Geral, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Opção de Aquisição de *Units* para o ano de 2012 (Programa 2012), outorgando ao Comitê de Remuneração da Companhia poderes para sua administração.

O Comitê de Remuneração determinou, no âmbito do Programa de 2012, a outorga inicial de 1.602.966 Opções Simples ao preço de exercício de R\$16,52, assim como a outorga de 499.253 Opções Bonificadas, em contrapartida à aquisição de 122.300 *Units* Vinculadas com o desconto de 20% sobre o preço de mercado na data de aquisição.

Além da outorga inicial, foram realizadas 426.701 novas outorgas de Opções Simples ao preço médio ponderado de exercício de R\$18,42 durante o ano de 2011, totalizando a outorga de 2.334.229 opções simples ao preço médio ponderado de exercício de R\$19,07.

Os beneficiários das Opções Simples outorgadas nos Programas de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 adquirem, a partir do término do primeiro, segundo e terceiro ano, contados da data de assinatura de cada Contrato de Opção Simples de Aquisição de *Units* (Contrato de Opção Simples), direito ao exercício das opções à razão de 1/3 ao ano, do total outorgado em cada Contrato de Opção Simples, observado o prazo máximo de 5 anos da data de assinatura destes contratos.

Já os beneficiários das Opções Bonificadas outorgadas no âmbito do Programa de 2011, adquirem o direito ao exercício de tais Opções, à razão de 25%, 25% e 50% do total outorgado, ao ano. Para o Programa de 2012, a razão foi alterada para a proporção de 33%, 33% e 34% do total outorgado. Em ambos os programas, o prazo é a partir do término do terceiro, quarto e quinto anos subsequentes, contados da data de assinatura do Contrato de Opção Bonificada de Aquisição de *Units* celebrado com cada beneficiário (“Contrato de Opção Bonificada”), observado prazo máximo de exercício de 6 anos a contar da data de assinatura do respectivo Contrato de Opção Bonificada.

As movimentações ocorridas no saldo de opções estão resumidas a seguir:

DESCRIÇÃO	COMPANHIA E CONSOLIDADO	
	OPÇÕES DE UNITS (QUANTIDADE)	PREÇO MÉDIO PONDERADO DO PERÍODO (EM REAIS)
Saldo de opções simples em aberto em 01/01/2011.....	4.725.336	10,46
Saldo de opções simples exercíveis em 01/01/2011.....	289.511	7,65
Opções simples outorgadas durante o período.....	2.334.229	19,07
Opções simples exercidas durante o período.....	(1.125.797)	9,53
Opções simples canceladas no período.....	(1.035.956)	14,18
Saldo de opções simples em aberto em 31/12/2011.....	4.897.812	13,99
Saldo de opções simples exercíveis em 01/01/2012.....	1.284.859	9,42
Opções simples outorgadas durante o período.....	1.602.966	16,52
Opções simples exercidas durante o período.....	(1.132.957)	7,31
Opções simples canceladas no período.....	(302.154)	17,40
Saldo de opções simples em aberto em 31/12/2012.....	5.065.667	11,30
Saldo de opções simples exercíveis em 31/12/2012.....	2.024.772	14,05

OPÇÕES BONIFICADAS	COMPANHIA E CONSOLIDADO	
	OPÇÕES DE UNITS (QUANTIDADE)	PREÇO MÉDIO PONDERADO DO PERÍODO* (EM REAIS)
Saldo de opções bonificadas em aberto em 01/01/2012.....	186.986	-
Opções bonificadas outorgadas durante o período.....	499.253	N/A
Opções bonificadas canceladas no período.....	(34.632)	N/A
Saldo de opções bonificadas em aberto em 31/12/2012.....	651.607	N/A
Saldo final de opções simples e bonificadas em aberto 31/12/2012.....	5.717.274	N/A
Saldo final de opções simples e opções bonificadas exercíveis em 31/12/2012.....	2.024.772	N/A

* Conforme descrito no âmbito do Programa 2012, o preço médio ponderado de exercício das Opções Bonificadas é o cumprimento de obrigação de fazer pelo beneficiário, consubstanciada na obrigatoriedade de manter a propriedade das respectivas *Units* Vinculadas inalteradas e sem qualquer tipo de ônus, durante a totalidade do prazo de carência durante o qual as referidas Opções Bonificadas não poderão ser exercidas.

Os valores mínimos e máximos de preço de exercício das opções em aberto em 2012 foram de R\$6,71 e R\$19,81, respectivamente. O prazo contratual médio remanescente ponderado é de 3,06 anos (3,24 anos em 2011).

A média ponderada do valor justo das opções de compra emitidas, líquidas de cancelamento, em 2012 é de R\$4,00 (R\$3,58 em 2011) e foi mensurada usando-se o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*, para as Opções Simples emitidas nos programas de 2008, 2009 e 2010 e o modelo binomial para as Opções Simples emitidas no Programa de 2011 e 2012, considerando as seguintes premissas:

- Volatilidade média esperada de 34,36% (34,24% em 2011);
- Prazo de vida da opção de 3 anos, sendo o direito sobre as opções adquirido 1/3 a cada um dos três anos em 2012 e 2011;
- Dividendo médio esperado de 3,82% (3,81% em 2011);
- Taxa de juros livre de risco média de 11,72% (11,93% em 2011).

A despesa de remuneração proveniente do Plano Geral, para o ano em 2012, tomando-se o valor justo da opção na data de assinatura de cada contrato de opção, é de R\$8.926 (R\$10.492 em 2011) registrada na rubrica "Despesas administrativas" em contrapartida à rubrica "Reservas de capital". Em 2012, R\$8.871 (R\$10.425 em 2011) foram reembolsados pelas controladas à Companhia, referente a valores destinados a seus respectivos funcionários.

Respeitados os termos do Plano Geral, o Conselho de Administração poderá lançar outros programas dentro do limite de 4% do total de ações de emissão da Companhia existentes na data do respectivo programa, acrescidas das *Units* que teriam sido emitidas caso todas as opções concedidas nos termos do Plano Geral tivessem sido exercidas.

21 DEPÓSITOS JUDICIAIS E AÇÕES JUDICIAIS E TRIBUTÁRIAS

21.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	
	2012	2011
Tributárias:		
Imposto de renda.....	1.209	1.142
Outros.....	8	251
Total	1.217	1.393
Não circulante	1.217	1.393

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Tributárias:		
COFINS.....	385.100	332.096
PIS.....	266.569	250.537
Contribuição social.....	256.773	194.751
Imposto de renda.....	146.510	109.292
INSS.....	668.770	610.465
Outros.....	43.319	46.735
Trabalhistas.....	64.431	40.436
Cíveis	139.881	92.070
Total	1.971.353	1.676.382
Não circulante	1.971.353	1.676.382

21.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS E TRIBUTÁRIAS

Em 31/12/2012, a Companhia possui ações judiciais e fiscais no valor de R\$1.244 (R\$1.030 em 2011) e no Consolidado conforme demonstrado abaixo:

	CONSOLIDADO				
	SALDO EM 01/01/2011	ADIÇÕES	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	PAGAMENTOS/ BAIXAS	SALDO EM 31/12/2011
Trabalhistas:	38.270	5.877	(1.191)	(12.888)	30.068
Circulante					5.835
Não circulante					24.233
Cíveis e Outros:					
Cíveis	239.942	95.769	8.888	(90.218)	254.381
Outros	7.467	9.963	–	(8.071)	9.359
Subtotal	247.409	105.732	8.888	(98.289)	263.740
Circulante					53.507
Não circulante					210.233
Tributárias: ^(a)					
PIS	173.185	41.128	3.879	(12.349)	205.843
COFINS	288.570	18.277	23.994	(27.339)	303.502
Imposto de renda	91.043	14.870	7.970	(1.141)	112.742
Contribuição social	157.812	47.886	11.788	(2.926)	214.560
INSS	195.772	17.249	12.286	(21.285)	204.022
Outras ações tributárias	59.495	414	2.081	(21.912)	40.078
Subtotal	965.877	139.824	61.998	(86.952)	1.080.747
Não circulante					1.080.747
Total					1.374.555
Circulante					59.342
Não circulante					1.315.213

	CONSOLIDADO				
	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	PAGAMENTOS/ BAIXAS	SALDO EM 31/12/2012
Trabalhistas	30.068	20.904	(1.071)	(4.368)	45.533
Circulante					7.736
Não circulante					37.797
Cíveis e outros:					
Cíveis	254.381	67.601	(1.995)	(70.128)	249.859
Outros	9.359	6.133	3.286	(6.770)	12.008
Subtotal	263.740	73.734	1.291	(76.898)	261.867
Circulante					83.909
Não circulante					177.958
Tributárias: ^(a)					
PIS	205.843	36.546	11.710	(28)	254.071
COFINS	303.503	14.770	17.833	(521)	335.585
Imposto de renda	112.742	19.538	7.838	(10.454)	129.664
Contribuição social	214.560	42.494	14.920	(32.669)	239.305
INSS	204.022	10.644	13.375	(819)	227.222
Outras ações tributárias	40.077	11.838	1.293	(12.886)	40.322
Subtotal	1.080.747	135.830	66.969	(57.377)	1.226.169
Não circulante					1.226.169
Total					1.533.569
Circulante					91.645
Não circulante					1.441.924

^(a) Inclui no passivo não circulante R\$995.736 em 31/12/2012 (R\$832.304 em 2011) de obrigações fiscais registradas na rubrica "Obrigações a pagar" (nota 16.1).

Em 31/12/2012, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$777.882 (R\$668.506 em 2011). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$465.698 (R\$407.589 em 2011) refere-se principalmente a obrigações fiscais. A parcela não provisionada, no valor de R\$312.184 (R\$260.917 em 2011) é composta principalmente pelo montante de R\$126.096 (R\$138.548 em 2011) relativo aos autos de infração lavrados contra as controladas CIA SAÚDE e SALIC, em que em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação das controladoras SLT Participações S.A. e STA Participações S.A., respectivamente, nos anos calendários 2005, 2006 e 2007.

21.3 AÇÕES FISCAIS

As principais ações fiscais em 31/12/2012 e 2011 são:

(a) COFINS

As controladas das áreas de seguros e previdência, SALIC, SULASEG, SASG, CIA. SAÚDE e SAÚDE questionam judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e previdência. A SAÚDE ainda questiona a incidência da COFINS nas empresas de seguros (alíquota de 3%) sobre a receita da atividade de seguro e outras receitas.

Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e previdência privada (no caso da SAÚDE, também a incidência de 3% de COFINS sobre a atividade de seguro) e remota sobre outras receitas. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração.

(b) PIS

As controladas das áreas de seguros e de previdência privada, exceto a SAÚDE, questionam judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas.

As controladas SAÚDE e CIA. SAÚDE questionam a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701 e 9.718/1998, e vinham depositando judicialmente os valores exigidos. No período compreendido entre 1999 e dezembro de 2006 as seguradoras efetuaram recolhimentos nos termos determinados pela Lei Complementar nº 7/1970 (PIS Repique). A partir de janeiro de 2007, a SAÚDE passou a recolher o PIS sobre a receita das atividades, depositando e provisionando a contribuição sobre outras receitas e, com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou a partir da competência de junho de 2009, a recolher a contribuição somente sobre a receita de sua atividade de seguro. A CIA. SAÚDE obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recolher o PIS sobre a receita da atividade de seguros. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente a ampliação da base de cálculo (outras receitas).

(c) INSS

As controladas das áreas de seguro e de previdência privada vêm questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e concessão de liminar em Mandado de Segurança e provisionados em sua totalidade.

Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda das demandas relativas à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores.

(d) IRPJ

A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia e suas controladas vêm questionando judicialmente o procedimento, tendo obtido liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados na sua totalidade.

(e) CSLL

De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. As controladas da atividade de seguros obtiveram liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo contingente provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda.

Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, as controladas da área financeira, de seguros e de previdência privada ficaram sujeitas a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, as controladas de seguros e previdência complementar e a controlada SAMI passaram a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda.

Em relação a todas as ações judiciais, os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração.

21.4 CONTINGÊNCIAS

As principais contingências em 31/12/2012 e 2011 são:

(a) INSS

As controladas das áreas de seguro vêm questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Em outubro e dezembro de 2010, as controladas SULASAÚDE e SALIC obtiveram decisão favorável nos processos da Lei 9.876/1999 e Lei Complementar nº 84/1996 respectivamente, relativos aos prestadores médicos, tendo transitado em julgado os acórdãos que admitiram o nosso pleito. Em março de 2011, a SULASAÚDE levantou o depósito judicial no montante de R\$21,7 milhões e a SALIC ainda encontra-se aguardando autorização para levantamento do depósito judicial relacionado, no montante de R\$21 milhões. A controlada SALIC obteve provimento ao recurso especial interposto referente a Lei nº 9.876/1999, afastando a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores repassados aos profissionais da área de saúde. As controladas CIA. SAÚDE e SAÚDE aguardam o julgamento do Recurso de Apelação. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remota a perda da demanda.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia em 31/12/2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30/03/2012, é de R\$1.319.882 (R\$1.237.882 em 2011), dividido em ações ordinárias e preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, como a seguir:

DATA	DESCRIÇÃO	COMPANHIA E CONSOLIDADO		
		ON	PN	TOTAL
01/01/2011	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
01/01/2011	Ações em tesouraria (vide Nota 22.5)	(3.998.451)	(7.996.902)	(11.995.353)
		462.115.137	369.777.303	831.892.440
31/12/2011	Venda/(compra) de ações em tesouraria	(485.900)	(971.800)	(1.457.700)
31/12/2011	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
31/12/2011	Ações em tesouraria (vide Nota 22.5)	(4.484.351)	(8.968.702)	(13.453.053)
		461.629.237	368.805.503	830.434.740
31/12/2012	Aumento de capital – Emissão de novas ações	8.092.663	6.558.915	14.651.578
31/12/2012	Venda/(compra) de ações em tesouraria	(953.988)	(1.907.971)	(2.861.959)
31/12/2012	Ações	474.206.251	384.333.120	858.539.371
31/12/2012	Ações em tesouraria (vide Nota 22.5)	(5.438.339)	(10.876.673)	(16.315.012)
		468.767.912	373.456.447	842.224.359

22.1.1 Capital social autorizado

O capital social da Companhia poderá ser elevado, além das ações já existentes, até o limite de 450 milhões de novas ações ordinárias e/ou preferenciais, observado o limite legal para cada espécie de ação, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie e classe das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação, independentemente dos aumentos de capital deliberados em Assembleia Geral.

22.2 RESERVA LEGAL

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

22.3 RESERVA ESTATUTÁRIA

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, com a finalidade de:

- (i) assegurar recursos para investimentos em bens de ativo permanente;
- (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e
- (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia.

A constituição da reserva estatutária pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização; ou para distribuição de dividendos aos acionistas.

22.4 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Adicionalmente, conforme mencionado na nota 6.2, contempla também a valorização, líquida do efeito de impostos, decorrente da contabilização do *hedge* de fluxo de caixa.

22.5 AÇÕES EM TESOURARIA – RECOMPRA DE AÇÕES

Em 07/10/2008, 07/10/2009, 28/02/2011 e 28/02/2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programas de recompra de até, respectivamente, 1.052.636, 1.046.872, 3.192.379 e 3.174.247 Certificados de Depósitos de Ações – *Units*, representativos, cada, de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais da Companhia, que correspondiam a 3% das *Units* em circulação no mercado e a aproximadamente 1,1% do total de ações de emissão da Companhia nas respectivas datas de aprovação dos programas de recompra.

Tendo em vista que, em 28/07/2010, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o desdobramento de ações de sua emissão (de forma que cada ação, ordinária ou preferencial, foi desdobrada em 3 ações da mesma espécie), tanto as ações que se encontravam em tesouraria em tal data, bem como o saldo remanescente de *Units* do programa de recompra aprovado em 2009 foram igualmente desdobrados na mesma proporção do desdobramento. Ressalta-se, ainda, que a quantidade de *Units* aprovada nos programas de 2011 e 2012 já considerou o efeito do desdobramento mencionado.

Os programas de recompra adotados pela Companhia têm como finalidade a aquisição de seus valores mobiliários para manutenção em tesouraria e utilização em plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia. A operação atende também aos interesses da Companhia, tendo em vista suas perspectivas de crescimento e rentabilidade, bem como a existência de reservas disponíveis.

MOVIMENTAÇÃO DAS AÇÕES EM TESOURARIA ^(a)	COMPANHIA E CONSOLIDADO	
	QUANTIDADE DE <i>Units</i>	PREÇO MÉDIO PONDERADO DO PERÍODO (EM REAIS)
Ações em tesouraria em 01/01/2011	3.998.451	17,60
Recompra de ações no mercado – Programa de recompra.....	748.800	13,21
Alienação de ações no exercício – Programas de opção de compra de ações	(1.388.697)	10,65
Aquisição de ações no exercício – Programas de opção de compra de ações	1.125.797	19,31
Ações em tesouraria em 31/12/2011.....	4.484.351	19,45
Recompra de ações no mercado – Programa de Recompra.....	996.628	13,07
Alienação de ações no exercício – Programas de opção de compra de ações	(1.253.454)	7,82
Aquisição de ações no exercício – Programas de opção de compra de ações	1.132.957	16,58
Bonificações e demais movimentações acionárias.....	77.857	16,92
Ações em tesouraria em 31/12/2012	5.438.339	20,32

^(a) As *Units*, quando transferidas para a tesouraria são desconstituídas, representando, em 31/12/2012, 5.438.339 (4.484.351 em 2011) ações ordinárias e 10.876.678 (8.968.702 em 2011) ações preferenciais.

As compras de ações para manutenção em tesouraria, ocorridas no ano de 2012 foram de R\$18.782 (R\$ 21.745 em 2011). Tais compras foram registradas na rubrica “Ações em tesouraria”, sendo o custo mínimo de aquisição de *Units*, em 2012, de R\$14,25 (R\$19,07 em 2011) e o máximo de R\$18,86 (R\$20,55 em 2011). O valor de mercado das *Units*, calculado com base na última cotação em 2012, é de R\$17,70 (R\$15,10 em 2011).

22.6 POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em 19/04/2012, a Administração aprovou a nova política de distribuição de dividendos a ser adotada a partir de 2013, que consiste, dentro da proposta de destinação do lucro líquido de cada exercício (2012 inclusive), uma distribuição de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual ajustado, nela compreendida o dividendo obrigatório de 25%. As distribuições, em cada caso, ficam sujeitas às respectivas propostas de destinação do lucro líquido pela Administração da Companhia e a competente aprovação em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser revistas com base nos planos e necessidades da Companhia, considerados à ocasião, tais como, entre outros, aquisições e investimentos relevantes e atendimento a exigências regulatórias. Em qualquer caso, serão computadas em tais percentuais, eventuais distribuições de dividendos intermediários e de juros sobre capital próprio realizadas no curso do exercício em questão.

Em 2012 e 2011, houve a distribuição de dividendos intermediários à conta do lucro apurado no balanço patrimonial de cada um dos trimestres, à razão de R\$0,012 por ação ordinária ou preferencial da Companhia não representada por *Unit* e de R\$0,036 em 2011, perfazendo o montante aproximado de R\$10.000 em cada um dos trimestres. Em 2012 e 2011 houve ainda a declaração de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$26.630 em 2012 (R\$70.000 em 2011) correspondendo a R\$0,0316 em 2012 (R\$0,0843 em 2011) por ação ordinária ou preferencial da Companhia não representada por *Unit*, e R\$0,0949 (R\$0,2529 em 2011) por cada *Unit*.

22.7 DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO

Em 31/12/2012 e 2011, a distribuição de dividendos da Companhia é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Lucro antes dos impostos e contribuições	478.363	445.708
(-) Impostos e contribuições	4.885	(26)
Lucro líquido do exercício	483.248	445.682
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(24.162)	(22.284)
Lucro líquido ajustado	459.086	423.398
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado.....	114.772	105.850
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios.....	30.373	29.977
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios.....	22.954	60.432
Bruto.....	26.630	70.000
Imposto de renda.....	(3.676)	(9.568)
Saldo dos dividendos obrigatórios ^(A)	61.445	15.441
Dividendos adicionais propostos ^(B)	22.954	105.850
Total dos dividendos obrigatórios e propostos ^{(A) + (B)}	84.399	121.291
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária.....	317.684	202.130
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício).....	317.684	202.130

O montante de dividendos adicionais propostos e não pagos, acima do mínimo obrigatório, não é reconhecido nas demonstrações financeiras como passivo e sim em conta própria do patrimônio líquido.

22.8 RESULTADO POR AÇÃO

O lucro líquido por ação ordinária e preferencial considera não só as ações ordinárias e preferenciais em circulação, mas também as potenciais emissões e cancelamentos (diluidores e antidiluidores), decorrentes do Plano Geral de Opção de Compra de Ações.

Devido ao lucro por ação da Companhia ser igual ao da SulAmérica, apenas um conjunto de informações foi apresentado.

DESCRIÇÃO	COMPANHIA E CONSOLIDADO					
	2012			2011		
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL
Lucro líquido do exercício atribuído às ações.....	266.918	216.330	483.248	246.168	199.514	445.682
Número de ações em circulação.....	474.206.251	384.333.120	858.539.371	466.113.588	377.774.205	843.887.793
Média ponderada do número de ações em tesouraria.....	(4.914.298)	(9.828.596)	(14.742.894)	(3.879.883)	(7.759.766)	(11.639.649)
Média ponderada das ações em circulação – Básico.....	469.291.953	374.504.524	843.796.477	462.233.705	370.014.439	832.248.144
Lucro por ação – Básico ^(a) (em R\$).....	0,57	0,57	0,57	0,54	0,54	0,54
Fator diluidor:						
Média ponderada das quantidades de concessões e cancelamentos do plano geral de opção de compras de ações de emissão da companhia, no período.....	5.838.339	11.676.677	17.515.016	5.082.373	10.164.746	15.247.119
Média ponderada das ações em circulação – Diluído.....	475.130.292	386.181.201	861.311.493	467.316.078	380.179.185	847.495.263
Lucro por ação – Diluído ^(b) (em R\$).....	0,56	0,56	0,56	0,52	0,52	0,52

^(a) Básico

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo a média ponderada das ações em tesouraria.

^(b) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo a média ponderada das ações em tesouraria.

O ajuste na média ponderada considera as quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia durante o período.

23 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

23.1 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR SEGMENTO

Os segmentos de negócios da SulAmérica são identificados de acordo com a sua estrutura organizacional executiva, dividida em Unidades de Negócios (*Business Units – BU*), separados pela natureza e especificidade de cada tipo de segmento de seguro e os ativos e passivos informados são as provisões técnicas requeridas pelos órgãos reguladores e seus respectivos ativos garantidores, na forma requerida pela lei.

Essas informações são principalmente utilizadas pelo Comitê Executivo da SulAmérica, seus principais executivos e acionistas, para avaliarem o desempenho das unidades de negócios, para o gerenciamento de capital, recursos e remuneração de funcionários e executivos.

Em 31/12/2012 e 2011, a SulAmérica tem os resultados apurados por unidades de negócios, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	2012				
	SAÚDE	DANOS	PESSOAS	OUTROS	TOTAL
Prêmios emitidos	7.329.964	2.610.798	469.950	–	10.410.712
Prêmios ganhos.....	7.298.834	2.606.040	535.421	–	10.440.295
Sinistros ocorridos.....	(5.905.306)	(1.620.232)	(212.814)	–	(7.738.352)
Despesas com benefícios	–	–	(28.829)	–	(28.829)
Custos de aquisição.....	(460.541)	(498.329)	(129.572)	–	(1.088.442)
Margem bruta	932.987	487.479	164.206	–	1.584.672
Outras receitas e despesas operacionais.....	(163.709)	(92.396)	(54.981)	–	(311.086)
Resultado de previdência.....	–	–	14.601	–	14.601
Resultado com operação de assistência à saúde	24.272	–	–	–	24.272
Resultado da atividade financeira	–	–	–	44.865	44.865
Despesas administrativas.....	(425.721)	(421.155)	(117.349)	(27.137)	(991.362)
Despesas com tributos.....	(116.009)	(73.600)	(22.075)	(6.514)	(218.198)
Resultado financeiro	209.341	238.370	103.323	13.673	564.707
Resultado patrimonial	1.697	513	236	(322)	2.124
Resultado antes de impostos e contribuições	462.858	139.211	87.961	24.565	714.595
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	(180.107)	(55.559)	(33.573)	37.892	(231.347)
Lucro líquido do exercício	282.751	83.652	54.388	62.457	483.248

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	2011				
	SAÚDE	DANOS	PESSOAS	OUTROS	TOTAL
Prêmios emitidos	6.136.840	2.528.031	459.932	–	9.124.803
Prêmios ganhos.....	6.110.994	2.488.851	344.702	–	8.944.547
Sinistros ocorridos.....	(4.886.335)	(1.563.558)	(200.077)	–	(6.649.970)
Despesas com benefícios	–	–	(20.620)	–	(20.620)
Custos de aquisição.....	(416.522)	(522.835)	(117.622)	–	(1.056.979)
Margem bruta	808.137	402.458	6.383	–	1.216.978
Outras receitas e despesas operacionais.....	(129.316)	(75.781)	(51.720)	(655)	(257.472)
Resultado de previdência.....	–	–	12.339	(29)	12.310
Resultado com operação de assistência à saúde	30.472	–	–	(722)	29.750
Resultado da atividade financeira	–	–	–	26.400	26.400
Despesas administrativas.....	(435.358)	(288.468)	(98.857)	(16.160)	(838.843)
Despesas com tributos.....	(79.663)	(56.147)	(13.427)	(3.174)	(152.411)
Resultado financeiro	267.228	283.305	94.933	12.644	658.110
Resultado patrimonial	4.941	2.410	666	1.076	9.093
Resultado antes de impostos e contribuições	466.441	267.777	(49.683)	19.380	703.915
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	(171.138)	(98.249)	18.228	(7.074)	(258.233)
Lucro (prejuízo) do exercício	295.303	169.528	(31.455)	12.306	445.682

23.2 SINISTRALIDADE, CUSTO DE AQUISIÇÃO E MARGEM BRUTA

Os seguintes índices são extraídos da apuração de resultado por unidades de negócios, apresentados na nota 23.1:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	2012			
	SAÚDE	DANOS	PESSOAS	TOTAL
Sinistralidade ^(a)	80,91%	62,17%	45,13%	74,40%
Custo de aquisição ^(b)	6,31%	19,12%	24,20%	10,43%
Margem bruta ^(c)	12,78%	18,71%	30,67%	15,18%

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	2011			
	SAÚDE	DANOS	PESSOAS	TOTAL
Sinistralidade ^(a)	79,96%	62,82%	64,03%	74,58%
Custo de aquisição ^(b)	6,82%	21,01%	34,12%	11,82%
Margem bruta ^(c)	13,22%	16,17%	1,85%	13,61%

Os índices apurados representam a proporção:

- ^(a) Dos sinistros ocorridos em relação ao prêmio ganho;
- ^(b) Dos custos de aquisição em relação ao prêmio ganho; e
- ^(c) Das margens brutas em relação ao prêmio ganho.

23.3 PRÊMIOS DE SEGUROS EMITIDOS POR REGIÃO

Os prêmios de seguros emitidos por região são distribuídos da seguinte forma:

REGIÃO	CONSOLIDADO			
	2012			
	SAÚDE	DANOS	PESSOAS	TOTAL
Sudeste.....	5.619.477	1.559.606	256.576	7.435.659
Sul.....	192.541	437.512	103.421	733.474
Nordeste	1.095.847	293.176	51.786	1.440.809
Norte	63.535	35.661	8.441	107.637
Centro oeste.....	358.564	284.843	49.726	693.133
Total	7.329.964	2.610.798	469.950	10.410.712

REGIÃO	CONSOLIDADO			
	2011			
	SAÚDE	DANOS	PESSOAS	TOTAL
Sudeste.....	4.743.562	1.538.075	273.336	6.554.973
Sul.....	155.124	450.975	83.981	690.080
Nordeste	934.970	294.033	45.782	1.274.785
Norte	45.916	39.658	8.588	94.162
Centro oeste.....	257.268	205.290	48.245	510.803
Total	6.136.840	2.528.031	459.932	9.124.803

23.4 PRINCIPAIS ATIVOS E PASSIVOS POR SEGMENTO

Apresentamos a seguir os saldos das provisões técnicas, líquidas de resseguro, conforme os requerimentos dos órgãos reguladores das controladas de seguro e saúde, e os respectivos ativos garantidores destas provisões técnicas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	2012			
	SAÚDE	DANOS	PESSOAS	TOTAL
Ativos				
Títulos de renda fixa – Públicos.....	1.076.163	1.206.017	2.412.169	4.694.349
Títulos de renda fixa – Privados	314.649	398.850	953.128	1.666.627
Título de renda variável	–	–	226.414	226.414
Outros.....	2.687	101.613	749.290	853.590
Direitos creditórios	–	441.064	–	441.064
Depósitos judiciais.....	–	1.952	3.623	5.575
Depósitos especiais no IRB	–	1.015	202	1.217
Total	1.393.499	2.150.511	4.344.826	7.888.836
Passivos				
Provisões técnicas de seguros e previdência complementar líquidas de resseguros.....	1.330.909	1.917.474	4.142.311	7.390.694
Total	1.330.909	1.917.474	4.142.311	7.390.694

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	2011			
	SAÚDE	DANOS	PESSOAS	TOTAL
Ativos				
Títulos de renda fixa – Públicos.....	789.260	1.108.373	2.613.067	4.510.700
Títulos de renda fixa – Privados	388.062	428.645	744.348	1.561.055
Título de renda variável	–	–	220.139	220.139
Outros.....	2.126	63.115	230.474	295.715
Direitos creditórios	–	444.162	–	444.162
Depósitos judiciais.....	–	7.874	12.371	20.245
Depósitos especiais no IRB	–	5.989	239	6.228
Total	1.179.448	2.058.158	3.820.638	7.058.244
Passivos				
Provisões técnicas de seguros e previdência complementar líquidas de resseguros.....	1.144.835	1.902.455	3.755.578	6.802.868
Total	1.144.835	1.902.455	3.755.578	6.802.868

No segmento saúde, o montante de R\$ 146.078 em 31/12/2012 (R\$121.996 em 2011) em provisões técnicas refere-se à PPNG reclassificada na SulAmérica para equalização de práticas contábeis no Consolidado. No entanto, pelo fato da ANS não exigir, esses montantes não são apresentados como provisões técnicas nas empresas de origem, logo não é necessária à cobertura destas provisões com ativos.

24 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS – SEGUROS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Receitas com operações de seguros	7.605	3.916
Receitas com prestação de serviços.....	14.585	7.596
Outras receitas operacionais – DPVAT.....	1.702	1.645
Outras receitas com operações de seguros	6.996	7.030
Total	30.888	20.187

25 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – SEGUROS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Constituição de provisão para ações judiciais e outras operações	(39.978)	(78.596)
Despesas com operações de seguros.....	(92.545)	(55.461)
Despesa com pró-labore	(108.164)	(89.499)
Serviços técnicos	(30.585)	(27.974)
Impairment de prêmios, recuperação de indenizações e títulos a receber ^(a)	(56.897)	(10.257)
Despesas com cobrança	(8.373)	(7.799)
Taxas de administração	(5.432)	(8.073)
Total	(341.974)	(277.659)

^(a) O envelhecimento da carteira teve como consequência a mudança de faixa no início de 2012, provocando o incremento na redução ao valor recuperável das contas a receber de saúde grupal e individual, sendo o grupal mais representativo na variação.

26 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	
	2012	2011
Pessoal próprio ^(a)	(3.015)	(2.874)
Remuneração baseada em ações ^(b)	(9)	(67)
Serviços de terceiros	(6.674)	(4.271)
Localização e funcionamento	(1.336)	(1.384)
Recuperação de despesas ^(c)	958	1.531
Outras despesas administrativas	(1.393)	(1.206)
Total	(11.469)	(8.271)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Pessoal próprio ^(a)	(449.655)	(400.014)
Remuneração baseada em ações ^(b)	(8.880)	(10.492)
Serviços de terceiros.....	(255.735)	(243.875)
Localização e funcionamento.....	(201.974)	(195.099)
Despesas administrativas convênio DPVAT.....	(1.455)	(1.708)
Recuperação de despesas ^(c)	35.689	140.407
Outras despesas administrativas.....	(57.308)	(84.263)
Participações no resultado.....	(52.044)	(43.799)
Total	(991.362)	(838.843)

^(a) Os benefícios aos funcionários, incluídos nessa rubrica, estão representados por:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Vale alimentação, refeição e transporte.....	(43.584)	(41.509)
Seguro saúde e odontológico.....	(8.236)	(18.648)
Treinamento.....	(3.103)	(1.427)
Previdência privada.....	(4.266)	(3.711)
Auxílio babá/creche.....	(2.271)	(2.057)
Outros.....	(2.307)	(1.774)
Total	(63.767)	(69.126)

^(b) Valor da remuneração do pessoal-chave baseada em ações (stock option), vide nota 20.2.

^(c) Contempla a recuperação de despesas decorrentes da utilização compartilhada por terceiros dos sistemas operacionais e de estrutura administrativa de apoio da SulAmérica, liquidado mensalmente. O decréscimo em 2012 é decorrente substancialmente da descontinuidade da prestação de serviços para a Brasilveículos Companhia de Seguros.

27 RESULTADO FINANCEIRO

27.1 RESULTADO FINANCEIRO POR CATEGORIA

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	
	2012	2011
Títulos e valores mobiliários.....	22.914	4.712
Valor justo por meio do resultado.....	20.180	(4.712)
Disponível para venda.....	2.734	9.424
Empréstimos e <i>Hedge</i> de fluxo de caixa.....	(5.344)	(49.209)
Juros e correção monetária de debêntures emitidas.....	(41.155)	–
Outros.....	3.713	1.897
Total	(19.872)	(42.600)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Títulos e valores mobiliários.....	790.975	818.111
Valor justo por meio do resultado.....	342.589	275.280
Disponível para venda.....	278.807	365.835
Mantido até o vencimento.....	169.579	176.996
Empréstimos e <i>Hedge</i> de fluxo de caixa.....	(5.344)	(49.209)
Juros e correção monetária de debêntures emitidas.....	(41.155)	–
Operações de seguros – Previdência e VGBL.....	(308.199)	(234.923)
Operações de seguros – Outros.....	87.345	78.115
Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais, provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	12.199	11.118
Juros de mora.....	(1.700)	(3.679)
Outros.....	30.586	38.577
Total	564.707	658.110

27.2 RECEITAS FINANCEIRAS

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	
	2012	2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	53.292	32.258
Títulos de renda fixa – Privados.....	1.208	2.196
Títulos de renda fixa – Públicos.....	1.690	7.232
Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais.....	68	90
Variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e <i>swaps</i> ^(a)	21.192	102.994
Outras.....	4.116	2.320
Total	81.566	147.090

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	794.798	728.024
Títulos de renda fixa – Privados.....	102.177	103.589
Títulos de renda fixa – Públicos.....	284.138	394.025
Títulos de renda variável.....	–	901
Operações de seguros.....	112.779	99.758
Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais.....	105.660	108.870
Variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e <i>swaps</i> ^(a)	21.305	103.083
Outras.....	32.519	41.875
Total	1.453.376	1.580.125

^(a) A linha de variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e *swap* da SulAmérica, contempla os efeitos das operações com *swap* demonstrados na nota 16.4.a.

27.3 DESPESAS FINANCEIRAS

DESCRIÇÃO	COMPANHIA	
	2012	2011
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(33.276)	(36.974)
Juros e correção monetária de debêntures emitidas.....	(41.155)	–
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(67)	(91)
Juros, variações cambiais e despesas sobre empréstimos, financiamentos e <i>swaps</i> ^(a)	(26.536)	(152.202)
Outras	(404)	(423)
Total	(101.438)	(189.690)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Operações de seguros	(25.434)	(21.643)
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(390.138)	(408.428)
Juros e correção monetária de debêntures emitidas.....	(41.155)	–
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(93.461)	(97.752)
Atualização monetária e juros das provisões técnicas – Operações de previdência e VGBL.....	(308.199)	(234.923)
Juros, variações cambiais e despesas sobre empréstimos, financiamentos e <i>swaps</i> ^(a)	(26.610)	(152.197)
Juros de mora	(1.700)	(3.679)
Outras	(1.972)	(3.393)
Total	(888.669)	(922.015)

^(a) A linha de juros, variações cambiais e despesas sobre empréstimos e *swap* da SulAmérica, contempla os efeitos das operações com *swap* demonstrados na nota 16.4.a.

28 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

28.1 DEMONSTRAÇÃO DOS CÁLCULOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	COMPANHIA			
	2012		2011	
	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	478.363	478.363	445.708	445.708
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais..	(119.591)	(43.053)	(111.427)	(40.114)
Correntes:				
Adições:				
Juros sobre o capital próprio	(23.832)	(8.579)	(6.751)	(2.430)
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(28)	(10)	–	–
Despesas indedutíveis.....	–	–	(6.895)	(2.475)
Outras	(61)	(22)	(66)	(24)
	(23.921)	(8.611)	(13.712)	(4.929)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial.....	130.408	46.947	126.422	45.512
Reversão de despesas não dedutíveis.....	16.786	6.043	–	–
Atualização de depósitos judiciais	17	6	–	–
	147.211	52.996	126.422	45.512
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições.....	(3.699)	(1.332)	(1.302)	(476)
	(3.699)	(1.332)	(1.302)	(476)
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente.....	–	–	(19)	(7)
Diferidos:				
Constituição/(reversão) – Crédito tributário prejuízo fiscal/base negativa	3.699	1.332	1.302	476
Constituição – Crédito tributário sobre diferenças temporárias	(16.918)	(6.090)	6.883	2.478
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(17)	(6)	–	–
Constituição/(reversão) de ações judiciais	(5)	(117)	–	–
Constituição/(reversão) da redução ao valor recuperável	16.918	6.089	(8.185)	(2.954)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	3.677	1.208	–	–
Despesas com imposto de renda e contribuição social.....	3.677	1.208	(19)	(7)
Alíquota efetiva.....	1%	0%	0%	0%
Alíquota efetiva combinada		1%		0%

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	2012		2011	
	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	714.595	714.595	703.915	703.915
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(178.649)	(107.189)	(175.979)	(105.587)
Diferencial da alíquota da contribuição social ^(a)	–	(3.579)	–	7.586
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(35.264)	(20.276)	(22.362)	(15.250)
Despesas indedutíveis.....	(12.767)	(6.526)	–	–
Custo de apólices	–	–	(17.976)	(10.786)
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(10.425)	(6.308)	(1.985)	(1.316)
Encargos sobre participações nos lucros	–	–	(326)	(196)
Variação cambial e <i>swap</i> de empréstimos.....	–	–	(6.858)	(2.469)
Outras	(4.712)	(5.388)	–	(462)
	(63.168)	(38.498)	(49.507)	(30.479)
Exclusões:				
Atualizações de depósitos judiciais.....	23.744	13.670	25.283	15.170
Juros sobre o capital próprio	5.835	11.197	17.500	6.300
Custo de apólices.....	5.888	3.533	–	–
Variação cambial e <i>swap</i> de empréstimos.....	16.944	6.100	–	–
Outras	784	471	8.378	2.844
	53.195	34.971	51.161	24.314
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições ^(b)	(6.530)	(2.548)	(10.154)	(5.254)
Compensações ^(b)	13.312	7.415	8.920	7.215
	6.782	4.867	(1.234)	1.961
Redução de incentivos fiscais	8.068	–	13.421	–
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente.....	(173.772)	(109.428)	(162.138)	(102.205)
Diferidos:				
Constituição/(reversão) – Crédito tributário prejuízo fiscal/base negativa.....	(7.341)	(5.207)	1.285	(1.959)
Constituição – Crédito tributário sobre diferenças temporárias	26.702	19.922	36.101	23.425
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(23.980)	(13.784)	(24.806)	(15.495)
Constituição/(reversão) de ações judiciais	5.777	32.205	–	–
Constituição/(reversão) da redução ao valor recuperável	12.961	4.598	(9.241)	(3.200)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	14.119	37.734	3.339	2.771
Despesas com imposto de renda e contribuição social.....	(159.653)	(71.694)	(158.799)	(99.434)
Alíquota efetiva.....	22%	10%	23%	14%
Alíquota efetiva combinada		32%		37%

^(a) Refere-se ao diferencial da alíquota da contribuição social entre empresas financeiras e equiparadas (15%) e subsidiárias não financeiras (9%);

^(b) As constituições são referentes a empresas do grupo que apresentaram prejuízo no exercício e as compensações foram feitas pelas empresas que apresentaram lucro, com base nos limites estabelecidos em lei.

29 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE AJUSTES ALOCADOS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	COMPANHIA					
	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		HEDGE DE FLUXO DE CAIXA		TOTAL	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Base de cálculo	61	72	(1.130)	(2.347)	(1.069)	(2.275)
Imposto de renda.....	(16)	(18)	283	587	267	569
Contribuição social	(6)	(6)	102	211	96	205
Total	(22)	(24)	385	798	363	774
Líquido.....	39	48	(745)	(1.549)	(706)	(1.501)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		HEDGE DE FLUXO DE CAIXA		TOTAL	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Base de cálculo	50.620	13.468	(1.130)	(2.347)	49.490	11.121
Imposto de renda.....	(12.655)	(3.367)	283	587	(12.372)	(2.780)
Contribuição social	(7.577)	(2.020)	102	211	(7.475)	(1.809)
Diferença de alíquotas ^(a)	28	(42)	–	–	28	(42)
Total	(20.204)	(5.429)	385	798	(19.819)	(4.631)
Líquido.....	30.416	8.039	(745)	(1.549)	29.671	6.490

^(a) Refere-se ao diferencial da alíquota da contribuição social entre empresas financeiras e equiparadas (15%) e subsidiárias não financeiras (9%).

30 COMPROMISSOS E ÔNUS A LIQUIDAR

30.1 OUTROS CRÉDITOS

A rubrica “Outros créditos” no ativo circulante contempla basicamente recursos bloqueados nas contas correntes bancárias e fundos de investimento referentes a demandas judiciais, em 2012, no montante de R\$289 (R\$237 em 2011) na Companhia e R\$128.218 (R\$120.242 em 2011) no Consolidado.

30.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Determinadas controladas possuem bens vinculados à SUSEP e à ANS, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 19.3.

30.3 CONTRATOS DE ALUGUEL

(a) Rio de Janeiro

Em 17/12/2007, a SALIC celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18/04/2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a SALIC se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R\$13.712, reajustadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que em 2012 corresponde a R\$19.742 (R\$18.458 em 2011). O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da SALIC e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato.

(b) São Paulo

Em 04/12/2011, a SALIC, CIA. SAÚDE, SAÚDE e SULASEG renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, pelo prazo de 60 meses, que irá expirar em 03/12/2016. Durante esse prazo as empresas se comprometem a pagar mensalmente a quantia de R\$ 1.664, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M.

31 OUTRAS INFORMAÇÕES – SEGUROS

É política das controladas manter cobertura de seguros para os imóveis que a SulAmérica utiliza, sejam eles próprios ou alugados, sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

Em 31/12/2012, o montante de valor de cobertura que estava contratado era de R\$401.493 (R\$371.031 em 2011). A variação de R\$30.462 de um ano para outro, refere-se ao aumento da cobertura de perda de aluguel e incêndio após a revisão da apólice de seguro do imóvel do Morumbi.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

32 CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	2012	2011 (RECLASSIFICADO)	2012	2011 (RECLASSIFICADO)
Lucro líquido do exercício	483.248	445.682	483.248	445.682
Mais				
Depreciações e amortizações	499	852	38.998	42.024
Juros e variações cambiais de empréstimos e <i>swap</i>	5.099	45.987	5.099	45.987
Juros e correção monetária de debêntures emitidas	16.459	–	16.459	–
Juros e variações monetárias sobre refinanciamento fiscal (REFIS)	22	26	1.691	3.646
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais ...	67	91	67.189	69.695
Outros	245	2.387	8.902	15.763
Menos				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(521.633)	(505.687)	–	–
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(48)	(90)	(126.116)	(107.877)
Outros	(2.347)	(2.399)	(4.549)	(9.276)
Atividades operacionais				
Variação de aplicações financeiras	(20.676)	(1.093)	231.977	(855.165)
Variação de créditos e débitos das operações de seguros, resseguros e previdência	–	–	(74.222)	(144.078)
Variação de ativo de resseguro e retrocessão – Provisões técnicas	–	–	230.874	(85.029)
Variação de títulos e créditos a receber	8.719	(41.133)	(236.074)	23.850
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	198.312	341.270	–	–
Variação de outros valores e bens, despesas antecipadas e custos de aquisição diferidos	135	729	(40.722)	(37.826)
Variação de contas a pagar	(8.647)	5.976	182.839	69.533
Variação de empréstimos e financiamentos	(135.427)	(18.439)	(135.573)	(18.076)
Variação de provisões técnicas – Seguros e previdência complementar	–	–	356.952	857.526
Variação de depósitos de terceiros	–	–	(12.160)	(563)
Variação de provisões judiciais e débitos diversos	–	–	153.155	(42.665)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	24.203	274.159	1.147.967	273.151

33 EVENTO SUBSEQUENTE

33.1 INCORPORAÇÃO DA SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A.

Em 31/01/2013 foi aprovada a incorporação da controlada indireta Sul América Seguro Saúde S.A. pela controlada indireta Sul América Companhia de Seguro Saúde. Tal incorporação está condicionada à prévia autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e visa otimizar a estrutura de seguro saúde da SulAmérica.

Essa incorporação não gera efeito nas demonstrações financeiras consolidadas.

33.2 NORMAS NOVAS REGULATÓRIAS

Em 18/02/2013 foram publicadas várias normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, sendo as mais relevantes (a) as Resoluções CNSP N° 280 e 283 de 30/01/2013, que tratam de subscrição e de capital de risco operacional, respectivamente, sendo que a norma de capital de risco operacional entra em vigor na data de publicação e a de subscrição tem prazo de adequação até 31/12/2013; e (b) Resolução CNSP N° 281 de 30/01/2013 e Circular SUSEP N° 462 de 31/01/2013, que institui regras para a constituição de provisões técnicas, com prazo de adequação até 31/12/2013. A Companhia está avaliando os impactos dessas normas.

	NOTAS	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011 (Reclassificado)
Ativo					
Circulante		468.966	255.204	10.024.345	9.443.283
Caixa e equivalentes de caixa	7	418	428	974.603	460.425
Aplicações financeiras	8	285.086	95.464	6.835.550	6.649.574
Créditos das operações com seguros e resseguros		–	–	904.978	956.516
Prêmios a receber	9	–	–	845.639	773.556
Operações com seguradoras		–	–	45.581	53.532
Operações com resseguradoras	17.1	–	–	13.758	129.428
Créditos das operações com previdência complementar		–	–	11.245	8.203
Outros créditos operacionais	12.1	–	–	262.944	206.013
Ativos de resseguro e retrocessão – Provisões técnicas	10	–	–	204.748	349.994
Títulos e créditos a receber		183.462	159.177	365.254	374.140
Títulos e créditos a receber		143.900	128.345	113.959	137.729
Créditos tributários e previdenciários	11	39.273	30.595	128.592	112.932
Outros créditos	12.2	289	237	122.703	123.479
Ativos mantidos para venda		–	–	–	–
Outros valores e bens	13	–	–	50.530	53.617
Despesas antecipadas		–	135	21.526	26.441
Custos de aquisição diferidos	14	–	–	392.967	358.360
Não circulante		3.500.130	3.253.920	4.340.681	3.975.543
Realizável a longo prazo		6.257	1.403	4.134.668	3.786.165
Aplicações financeiras	8	10	10	1.127.082	1.053.257
Créditos das operações com seguros e resseguros		–	–	5.347	10.546
Prêmios a receber	9	–	–	5.278	10.409
Operações com seguradoras		–	–	69	137
Ativos de resseguro e retrocessão – Provisões técnicas	10	–	–	103.502	189.130
Títulos e créditos a receber		6.247	1.393	2.710.201	2.358.813
Créditos tributários e previdenciários	11	5.030	–	709.239	643.664
Depósitos judiciais e fiscais	21	1.217	1.393	1.971.353	1.676.382
Outros créditos a receber		–	–	29.609	38.767
Outros valores e bens	13	–	–	1.095	1.095
Despesas antecipadas		–	–	6.743	12.529
Custos de aquisição diferidos	14	–	–	180.698	160.795
Investimentos	15	3.493.525	3.249.564	3.367	3.565
Imobilizado		46	43	51.794	56.006
Intangível		302	2.910	150.852	129.807
Total do Ativo		3.969.096	3.509.124	14.365.026	13.418.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	NOTAS	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
Passivo					
Circulante		116.656	430.604	5.411.678	5.533.711
Contas a pagar		116.656	430.604	613.407	862.633
Obrigações a pagar	16.1	95.617	69.718	240.778	217.796
Impostos e encargos sociais a recolher		28	248	85.029	102.693
Encargos trabalhistas		–	–	34.407	33.617
Empréstimos e financiamentos	16.4	16.014	350.867	16.232	351.230
Impostos e contribuições	16.2	4.860	8.973	154.915	77.219
Outras contas a pagar	16.3	137	798	82.046	80.078
Débitos de operações com seguros e resseguros		–	–	325.209	408.735
Prêmios a restituir		–	–	9.312	6.862
Operações com seguradoras		–	–	38.349	34.054
Operações com resseguradoras	17.1	–	–	60.574	185.543
Corretores de seguros e resseguros	17.2	–	–	98.134	92.975
Outros débitos operacionais		–	–	118.840	89.301
Débitos de operações com previdência complementar		–	–	19.851	2.623
Depósitos de terceiros	18	–	–	41.595	53.755
Provisões técnicas – Seguros	19.1	–	–	3.514.776	3.418.816
Saúde		–	–	1.298.235	1.119.309
Danos		–	–	1.977.134	2.072.892
Pessoas		–	–	239.407	226.615
Provisões técnicas – Previdência complementar	19.2	–	–	804.500	700.865
Outros débitos		–	–	92.340	86.284
Provisões trabalhistas	21	–	–	7.736	5.835
Provisões cíveis	21	–	–	83.909	53.507
Débitos diversos		–	–	695	26.942
Não circulante		500.393	2.006	5.601.301	4.808.601
Contas a pagar		500.265	2.006	1.768.129	1.090.737
Obrigações a pagar	16.1	1.579	1.575	1.010.580	868.050
Tributos diferidos	11.1.2	23	417	197.412	160.065
Empréstimos e financiamentos	16.4	498.630	–	498.630	–
Outras contas a pagar	16.3	33	14	61.507	62.622
Débitos de operações com seguros e resseguros		–	–	7.281	11.969
Operações com seguradoras		–	–	2.675	5.350
Operações com resseguradoras	17.1	–	–	2.012	4.025
Prêmios a restituir		–	–	2.579	2.579
Corretores de seguros e resseguros	17.2	–	–	15	15
Provisões técnicas – Seguros	19.1	–	–	441.930	640.038
Saúde		–	–	33.221	30.599
Danos		–	–	241.021	354.986
Pessoas		–	–	167.688	254.453
Provisões técnicas – Previdência complementar	19.2	–	–	2.937.738	2.582.273
Outros Débitos		128	–	446.188	482.909
Provisões fiscais	21	128	–	230.433	248.443
Provisões trabalhistas	21	–	–	37.797	24.233
Provisões cíveis	21	–	–	177.958	210.233
Débitos diversos		–	–	35	675
Patrimônio líquido	22	3.352.047	3.076.514	3.352.047	3.076.514
Capital social	22.1	1.319.882	1.237.882	1.319.882	1.237.882
Reservas de capital		376.429	377.156	376.429	377.156
Ajustes de avaliação patrimonial		43.336	13.665	43.336	13.665
(–) Ações em tesouraria		(81.714)	(69.353)	(81.714)	(69.353)
Reservas de lucros		1.694.114	1.517.164	1.694.114	1.517.164
Total do passivo e patrimônio líquido		3.969.096	3.509.124	14.365.026	13.418.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	NOTAS	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
Operações de seguros					
Prêmios emitidos.....	23.1	-	-	10.410.712	9.124.803
Prêmios de seguros.....		-	-	10.621.281	9.374.950
Prêmios convênio DPVAT.....		-	-	51.632	51.170
Prêmios cedidos em cosseguros.....		-	-	(71.775)	(15.743)
Prêmios cedidos em resseguros.....		-	-	(180.180)	(275.792)
Prêmios de retrocessão.....		-	-	29	39
Prêmios cedidos em consórcios e fundos.....		-	-	(25.819)	(25.589)
Contribuição para cobertura de riscos.....		-	-	15.544	15.768
Variações das provisões técnicas.....		-	-	29.583	(180.256)
Prêmios ganhos.....	23.1	-	-	10.440.295	8.944.547
Sinistros ocorridos.....	23.1	-	-	(7.738.352)	(6.649.970)
Sinistros diretos.....		-	-	(7.839.134)	(7.377.470)
Sinistros de consórcios e fundos.....		-	-	(20.478)	(20.546)
Serviços de assistência.....		-	-	(331)	(321)
Recuperação de sinistros.....		-	-	42.857	391.104
Salvados e ressarcimentos.....		-	-	156.971	192.607
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....		-	-	(78.237)	164.656
Despesas com benefícios.....	23.1	-	-	(28.829)	(20.620)
Despesas com benefícios retidos.....		-	-	(23.758)	(20.012)
Varição da provisão de eventos ocorridos mas não avisados.....		-	-	(5.071)	(608)
Custos de aquisição.....	23.1	-	-	(1.088.442)	(1.056.979)
Comissões.....		-	-	(1.114.811)	(1.046.358)
Recuperação de comissões.....		-	-	48.874	13.839
Outros custos de aquisição.....		-	-	(2.374)	(2.179)
Varição dos custos de aquisição diferidos.....		-	-	(20.131)	(22.281)
Outras receitas e despesas operacionais.....		-	-	(311.086)	(257.472)
Outras receitas operacionais.....	24	-	-	30.888	20.187
Outras despesas operacionais.....	25	-	-	(341.974)	(277.659)
Operações de previdência.....					
Prêmios e rendas de contribuições retidas.....		-	-	480.965	397.849
Prêmios e rendas de contribuições.....		-	-	480.965	397.849
Variações das provisões técnicas.....		-	-	(407.653)	(373.781)
Rendas com taxas de gestão.....		-	-	33.548	29.132
Despesas com benefícios e resgates.....		-	-	(74.508)	(25.103)
Despesas com benefícios.....		-	-	(74.918)	(24.940)
Varição da provisão de eventos ocorridos mas não avisados.....		-	-	410	(163)
Custos de aquisição.....		-	-	(16.984)	(15.309)
Outras despesas operacionais.....		-	-	(767)	(478)
Resultado com operações de assistência à saúde.....		-	-	24.272	29.750
Resultado da atividade financeira.....		-	-	44.865	26.400
Despesas administrativas.....	26	(11.469)	(8.271)	(991.362)	(838.843)

SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	NOTAS	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
Despesas com tributos		(11.693)	(9.272)	(218.198)	(152.411)
Resultado financeiro.....	27.1	(19.872)	(42.600)	564.707	658.110
Receitas financeiras	27.2	81.566	147.090	1.453.376	1.580.125
Despesas financeiras	27.3	(101.438)	(189.690)	(888.669)	(922.015)
Resultado patrimonial		521.397	505.851	2.124	9.093
Receitas com imóveis de renda.....		–	–	219	453
Ajustes de investimentos em controladas e coligadas	15	521.633	505.687	–	–
Outras receitas/(despesas) patrimoniais.....		(236)	164	(70)	566
Resultado na alienação de ativos – Investimentos, imobilizado e intangível.....		–	–	1.975	8.074
Resultado antes de impostos e contribuições		478.363	445.708	714.595	703.915
Imposto de renda e contribuição social – Corrente.....	28.1	–	(26)	(283.200)	(264.343)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	28.1	4.885	–	51.853	6.110
Lucro líquido do exercício		483.248	445.682	483.248	445.682
Lucro líquido do exercício atribuível:					
Acionistas da companhia.....		483.248	445.682	483.248	445.682
Participação de não controladores.....		–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		483.248	445.682	483.248	445.682
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas da Companhia.....	22.8				
Por ação preferencial (em R\$).....		0,57	0,54	0,57	0,54
Por ação ordinária (em R\$).....		0,57	0,54	0,57	0,54
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia.....	22.8				
Por ação preferencial (em R\$).....		0,56	0,52	0,56	0,52
Por ação ordinária (em R\$).....		0,56	0,52	0,56	0,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (EM MILHARES DE REAIS)**

	NOTAS	COMPANHIA			CONSOLIDADO		
		2012	2011	2010	2012	2011	2010
Lucro líquido do exercício		483.248	445.682	614.021	483.248	445.682	612.901
Ganhos, líquidos das perdas, não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	8.2	61	72	9	50.620	13.468	4.834
Perdas, líquidas de ganhos, não realizadas com hedge de fluxo de caixa		(1.424)	(2.347)	(17.322)	(1.424)	(2.347)	(17.322)
Ganhos, líquido das perdas, realizados com hedge de fluxo de caixa		294	-	-	294	-	-
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes de outros resultados abrangentes	29	363	774	5.886	(19.819)	(4.631)	4.011
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	15	30.377	7.991	2.950	-	-	-
Outros componentes do resultado abrangente		29.671	6.490	(8.477)	29.671	6.490	(8.477)
Resultado abrangente do exercício		512.919	452.172	605.544	512.919	452.172	604.424
Resultado abrangente do exercício atribuível:							
Acionistas da companhia		512.919	452.172	605.544	512.919	452.172	605.544
Participações de não controladores		-	-	-	-	-	(1.120)
Resultado abrangente do exercício		512.919	452.172	605.544	512.919	452.172	604.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	2012	2011 (RECLASSIFICADO)	2012	2011 (RECLASSIFICADO)
Atividades operacionais				
Cobrança e contribuições	-	-	11.939.519	10.838.132
Seguros	-	-	10.997.872	9.812.900
Previdência privada	-	-	329.931	356.073
Planos administrados	-	-	558.603	630.759
Gestão de recursos	-	-	53.113	38.400
Sinistros e benefícios	-	-	(8.902.326)	(7.940.684)
Seguros	-	-	(8.075.949)	(7.130.589)
Previdência privada	-	-	(289.406)	(218.418)
Planos administrados	-	-	(536.971)	(591.677)
Salvados	-	-	136.691	157.869
Comissões	-	-	(1.250.265)	(1.186.636)
Resseguros	-	-	(257)	(11.393)
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos das atividades diretas	-	-	(40.881)	(237.313)
Despesas administrativas	(14.444)	(7.693)	(1.054.927)	(841.958)
Pessoal	(2.611)	(2.383)	(424.114)	(405.690)
Gerais	(11.833)	(5.310)	(630.813)	(436.268)
Tributos	(7.903)	(9.123)	(462.480)	(432.603)
Imposto de renda e contribuição social	(8.490)	(8.627)	(270.627)	(221.085)
PIS e COFINS	(30)	(36)	(111.206)	(119.991)
Outros	617	(460)	(80.647)	(91.527)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	198.312	306.125	-	-
Encargos financeiros	(156.459)	(18.475)	(179.528)	(37.803)
Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado	(24.438)	(7.106)	419.513	(770.883)
Compra	(452.984)	(40.688)	(5.217.406)	(7.865.124)
Venda	428.546	33.582	5.636.919	7.094.241
Rendimento de aplicações financeiras	29.128	10.251	646.175	775.927
Outros recebimentos e (pagamentos)	7	180	(103.267)	(39.504)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	24.203	274.159	1.147.967	273.151
Atividades de investimento				
Aplicações financeiras – Demais categorias	(168.885)	49.197	(441.158)	130.358
Compra	(214.197)	(84.999)	(2.703.936)	(4.074.828)
Venda e resgates no vencimento	45.312	134.196	2.262.778	4.205.186
Depósitos e resgates judiciais	192	(603)	(201.915)	(118.142)
Depósitos judiciais	167	(603)	(208.263)	(320.873)
Resgates de depósitos judiciais	25	-	6.348	202.731
Compra e venda de participações societárias	84.497	-	-	(31.202)
Compra	(35.503)	-	-	(31.202)
Venda	120.000	-	-	-
Compra e venda de ativos imobilizados e intangíveis	(18)	(42)	(26.630)	(12.380)
Compra	(18)	(42)	(26.630)	(22.857)
Venda	-	-	-	10.477
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	-	-	(9)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	(84.214)	48.552	(669.712)	(31.366)
Atividades de financiamento				
Financiamentos – Pagamentos	276.660	-	276.660	-
Empréstimos e linhas de crédito	500.000	-	500.000	-
Amortização de empréstimos	(223.340)	-	(223.340)	-
Movimentações societárias	(22.014)	(16.857)	(22.014)	(16.857)
Recompra de ações próprias para manutenção em tesouraria	(19.895)	(14.458)	(19.895)	(14.458)
Opções outorgadas exercidas	(2.119)	(2.399)	(2.119)	(2.399)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(194.740)	(332.061)	(194.740)	(332.063)
Refinanciamento fiscal – REFIS	(65)	(60)	(24.125)	(25.885)
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	160	-	142	(33)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	60.001	(348.978)	35.923	(374.838)
Aumento/(diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(10)	(26.267)	514.178	(133.053)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	428	26.695	460.425	593.478
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	418	428	974.603	460.425
Aumento/(diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(10)	(26.267)	514.178	(133.053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO																
	COMPANHIA															TOTAL	
	RESERVAS DE CAPITAL							RESERVAS DE LUCROS									
CAPITAL SOCIAL	RESERVA ESPECIAL DE ÁGIO NA INCORPORAÇÃO	RESERVA DE ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	ÁGIO EM TRANSAÇÕES DE CAPITAL	OPÇÕES OUTORGADAS	TOTAL DAS RESERVAS DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	AÇÕES EM TESOURARIA	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	TOTAL DAS RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SÓCIOS DA CONTROLADORA		
Saldos em 01/01/2011	1.185.831	25.995	346.652	(6.923)	7.388	373.112	7.175	(58.944)	95.883	1.142.778	145.830	192	-	1.384.683	-	2.891.857	2.891.857
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	6.490	-	-	-	-	-	-	-	6.490	6.490	6.490
Aumento de capital com reservas de lucros	52.051	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.859)	-	(192)	-	(52.051)	-	-	-
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria (Nota 22.5)	-	-	(4.049)	-	-	(4.049)	-	(10.409)	-	-	-	-	-	-	(14.458)	(14.458)	(14.458)
Opções outorgadas																	
Reconhecidas	-	-	-	-	10.492	10.492	-	-	-	-	-	-	-	-	10.492	10.492	10.492
Exercidas	-	-	-	-	(2.399)	(2.399)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.399)	(2.399)	(2.399)
Dividendos adicionais propostos pagos, conforme AGO/AGE de 31/03/2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(145.830)	-	-	-	(145.830)	(145.830)	(145.830)	(145.830)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	445.682	445.682	445.682	445.682
Destinação do lucro líquido do exercício:																	
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	22.284	-	-	-	-	-	22.284	(22.284)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	202.228	-	-	-	-	202.228	(202.130)	98	98
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.850	-	-	-	105.850	(105.850)	-	-
Intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.977)	(29.977)	(29.977)	(29.977)
Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.441)	(15.441)	(15.441)	(15.441)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)	(70.000)	(70.000)
Saldos em 31/12/2011	1.237.882	25.995	342.603	(6.923)	15.481	377.156	13.665	(69.353)	118.167	1.293.147	105.850	-	-	1.517.164	-	3.076.514	3.076.514
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	29.671	-	-	-	-	-	-	-	29.671	29.671	29.671
Aumento de capital com reservas de lucros	82.000	-	-	-	-	-	-	(82.000)	-	-	-	-	-	(82.000)	-	-	-
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria (Nota 22.5)	-	-	(7.534)	-	-	(7.534)	-	(12.361)	-	-	-	-	-	-	(19.895)	(19.895)	(19.895)
Opções outorgadas																	
Reconhecidas	-	-	-	-	8.926	8.926	-	-	-	-	-	-	-	-	8.926	8.926	8.926
Exercidas	-	-	-	-	(2.119)	(2.119)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.119)	(2.119)	(2.119)
Dividendos adicionais propostos pagos, conforme AGO/AGE de 31/03/2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(105.850)	-	-	-	(105.850)	(105.850)	(105.850)	(105.850)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	483.248	483.248	483.248	483.248
Destinação do lucro líquido do exercício:																	
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	24.162	-	-	-	-	-	24.162	(24.162)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	317.684	-	-	-	-	317.684	(317.684)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.954	-	-	-	22.954	(22.954)	-	-
Intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.373)	(30.373)	(30.373)	(30.373)
Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.445)	(61.445)	(61.445)	(61.445)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.630)	(26.630)	(26.630)	(26.630)
Saldos em 31/12/2012	1.319.882	25.995	335.069	(6.923)	22.288	376.429	43.336	(81.714)	60.329	1.610.831	22.954	-	-	1.694.114	-	3.352.047	3.352.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (EM MILHARES DE REAIS)**

	COMPANHIA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Receitas	-	-	11.501.741	10.239.410
Receitas com operações de seguros.....	-	-	10.845.457	9.854.541
Receitas com operações de previdência complementar.....	-	-	480.965	229.453
Rendas com taxas de gestão e outras taxas.....	-	-	33.548	29.132
Resultado na alienação de ativos – Investimentos, imobilizado e intangível.....	-	-	1.975	8.074
Resultado com operações de assistência à saúde.....	-	-	24.272	29.750
Resultado da atividade financeira.....	-	-	44.865	26.400
Outras.....	-	-	127.556	72.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Constituição.....	-	-	(56.897)	(10.257)
Variações das provisões técnicas	-	-	(378.070)	(554.037)
Operações de seguros.....	-	-	29.583	(180.256)
Operações de previdência.....	-	-	(407.653)	(373.781)
Receita líquida operacional	-	-	11.123.671	9.685.373
Benefícios e sinistros	-	-	(8.085.046)	(7.348.062)
Sinistros.....	-	-	(7.839.134)	(7.458.108)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	-	-	(78.237)	164.656
Despesas com benefícios e resgates.....	-	-	(74.918)	(44.952)
Varição da provisão de eventos ocorridos mas não avisados.....	-	-	(4.661)	(771)
Outras.....	-	-	(88.096)	(8.887)
Insumos adquiridos de terceiros	(7.737)	(5.737)	(1.799.959)	(1.736.280)
Materiais, energia e outros.....	(685)	(1.307)	(80.026)	(112.517)
Serviços de terceiros, comissões líquidas.....	(7.052)	(4.430)	(1.699.802)	(1.601.666)
Varição dos custos de aquisição diferidos.....	-	-	(20.131)	(22.281)
Recuperação de valores ativos.....	-	-	-	184
Valor adicionado bruto	(7.737)	(5.737)	1.238.666	601.031
Depreciação, amortização e exaustão	(543)	(852)	(38.960)	(42.024)
Valor adicionado líquido produzido	(8.280)	(6.589)	1.199.706	559.007
Valor adicionado recebido em transferência	502.352	483.966	382.134	903.899
Receitas (despesas) financeiras.....	(39.908)	5.877	736.339	819.834
Resultado de equivalência patrimonial.....	521.633	505.687	-	-
Resultado com operações de resseguros cedidos.....	-	-	(148.589)	91.923
Resultado com operações de cosseguros cedidos.....	-	-	(31.518)	2.530
Variações cambiais – Empréstimos e compromissos mobiliários.....	21.192	(27.808)	21.231	(27.714)
Variações monetárias e cambiais – Seguros e previdência.....	-	-	(318.249)	(255.749)
Atualizações monetárias – Depósitos judiciais.....	68	90	105.679	109.278
Outras.....	(633)	120	17.241	163.797
Valor adicionado total a distribuir	494.072	477.377	1.581.840	1.462.906
Distribuição do valor adicionado	494.072	477.377	1.581.840	1.462.906
Pessoal	2.574	2.528	437.457	390.806
Remuneração direta.....	2.518	2.426	342.348	291.649
Benefícios.....	56	102	78.923	83.548
FGTS.....	-	-	16.186	15.609
Impostos, taxas e contribuições	5.299	7.698	585.233	533.932
Federais.....	5.161	7.667	578.814	527.420
Estaduais.....	-	-	14	683
Municipais.....	138	31	6.405	5.829
Remuneração de capitais de terceiros	2.951	21.469	75.902	92.486
Juros.....	2.759	21.285	26.356	51.539
Aluguéis.....	192	184	49.546	40.947
Remuneração de capitais próprios	483.248	445.682	483.248	445.682
Juros sobre o capital próprio.....	26.630	70.000	26.630	70.000
Dividendos.....	114.772	151.268	114.772	151.268
Lucros retidos do exercício.....	341.846	224.414	341.846	224.414
Participação dos não-controladores nos lucros retidos.....	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.